



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

CHIARA GOMES COSTANZI

**CLANDESTINAS E CLANDESTINOS NA DEEP WEB: CARTOGRAFIA DOS
MODOS DE VIVER O ABORTO ILEGAL EM UM CONTEXTO DE
COLONIALIDADE DOS CORPOS FEMININOS**

Belo Horizonte

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

Chiara Gomes Costanzi

**CLANDESTINAS E CLANDESTINOS NA DEEP WEB: CARTOGRAFIA DOS
MODOS DE VIVER O ABORTO ILEGAL EM UM CONTEXTO DE COLONIALIDADE
DOS CORPOS FEMININOS**

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Administração.

Área de concentração – Estudos Organizacionais, Trabalho e Pessoas

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

Belo Horizonte

2020

Ficha catalográfica

C838c
2020
Costanzi, Chiara Gomes.
Clandestinas e Clandestinos na Deep Web [manuscrito]:
cartografia dos modos de viver o aborto ilegal em um contexto de
colonialidade dos corpos femininos / Chiara Gomes Costanzi. – 2020.
1v.: il.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia.

1. Aborto – Teses. 2. Direitos reprodutivos – Teses. 3.
Administração – Teses. I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e
Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 304.66

Elaborado por Leonardo Vasconcelos Renault CRB-6/2211
Biblioteca da FACE/UFMG. – 68/2025



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração
Programa de Pós-Graduação em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **CHIARA GOMES COSTANZI**, REGISTRO Nº 716/2020. No dia 30 de março de 2020, às 10:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 11 de março de 2020, para julgar o trabalho final intitulado "**O aborto na Deep Web: cartografia dos modos de viver o aborto ilegal em um contexto de colonialidade dos corpos femininos**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

(X) APROVAÇÃO;

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de março de 2020.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri *Carrieri*
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof^a. Dr^a. Juliana Cristina Teixeira *Teixeira*
(DADM/CCJE/UFES)

Prof^a. Dr^a. Raquel de Oliveira Barreto *Barreto*
(CEFET/UFMG)

*À minha mãe, Silvana, mulher de
força, que admiro infinitamente e que
me inspira no meu caminho.*

*Ao meu pai, Alessandro, que motivou
em mim o gosto pelo conhecimento.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer, para mim, é um momento de celebrar todos os encontros maravilhosos e especiais que me permitiram chegar até aqui. Cada momento, cada conselho e suporte contribuíram de alguma forma para o encerramento desse ciclo do mestrado, que foi maravilhoso e cheio de desafios. Inicialmente, agradeço a Deus, que me deu a força para seguir sempre em frente em momentos em que o caminho à seguir não era claro. Também agradeço a minha mãe, por ser a mulher mais forte que eu conheço e por tudo, sempre. Sem você nada disso seria possível. Ao Anderson, seu parceiro, e quem eu considero como um pai, obrigada por tudo. Aos meus irmãos, tantos e amados, mas em especial ao Rafael e o Lucas, que estão iniciando a própria estrada acadêmica no momento em que encerro essa dissertação. Amo vocês!

Ao meu pai, Alessandro, de quem tenho uma saudade absurda e sinto que está sempre vibrando por mim. Ao meu avô Paolo e minha avó Sônia, com os quais guardo sempre no coração as memórias mais tenras. À minha avó Eny por me ensinar o que é fé e o que é amor. Sou fruto do que vocês construíram e sou infinitamente grata por todos os momentos que compartilhamos juntos nessa existência. À minha prima e irmã de coração, Júlia, por me ouvir e incentivar sempre, sem você nada disso seria possível. E a todos os demais membros da minha família e amigos, que não nomeiei aqui mas os quais sei que posso contar sempre.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, pelo acolhimento e incentivo e principalmente pela parceria na produção desse trabalho. Agradeço também a Prof. Dr. Juliana Cristina Teixeira, por me mostrar o caminho, desde a graduação e por todo o auxílio e amizade, sempre. À Prof. Dr. Raquel de Oliveira Barreto, que participou da qualificação da pesquisa e que me inspirou na escolha da perspectiva teórica. À Prof. Dr. Érica Renata de Souza, pelas considerações e indicações na banca de qualificação e por todos os *insights* de gênero.

À todos os amigos que encontrei no programa, do NEOS e da sala. Em especial, à Jade, minha grande parceira de estudos, obrigada por compartilhar tantos saberes e angústias e me ensinar o ritmo da música da vida. Danny, que força você tem, obrigada por permitir que eu aprendesse tanto com você. Te amo e admiro infinitamente. Ao Gabriel, muito querido, por estar sempre lá quando precisei. E também à Carol e Juliana, minhas companheiras de congressos e de pesquisas, que carrego sempre comigo.

À todos os amigos (re)encontrados na Itália, que foram meu suporte no momento final. Ailsa, Ilaria, Luca, Anita, Federico, Marco, Agnese e Sara, grazie per tutto. E também a família Chieruzzi e Sabbatini, que me fizeram sentir acolhida e amada. À minha psicóloga, Ana Maria

Ferreira Rios, que foi fundamental durante todo o processo. Obrigada por todo cuidado comigo! E todas as pessoas com as quais convivi nesses dois anos e que conheci durante as andanças no território. À todos os professores e funcionários do CEPEAD. E, por último, ao CNPQ que forneceu a bolsa que me possibilitou executar essa pesquisa.

*Inseguro, feito de uma forma clandestina
Acorda Brasil, o nome disso é chacina*

Elisa Gargiulo

RESUMO

O objetivo principal da presente dissertação é **rizomatar a prática discursiva da produção de verdades sobre o aborto nas narrativas veiculadas por diversos agentes sociais na internet**, por meio de uma perspectiva pós estruturalista. A expressão rizomatar é usada como metáfora da prática cartográfica a partir do conceito de Deleuze e Guattari, onde o aborto é entendido como um fenômeno complexo, um emaranhado de forças em constante interação, que no contexto da internet ganha contornos próprios. Tal objetivo foi baseado em duas questões orientadoras: 1) **Identificar os diversos agentes sociais que produzem verdades sobre o aborto na internet e suas narrativas** 2) **Mapear a composição do rizoma que se forma nesta produção narrativa**. A produção de dados foi feita a partir da internet, coletando narrativas em páginas de representantes da sociedade civil e religiosa em fóruns de discussão e páginas, que, posteriormente, foram analisadas a partir da análise narrativa, por meio da qual emergiram os eixos que compõem a análise. Decidiu-se pela cartografia pela vontade de entender as diversas experiências que giram em torno do aborto. Coletando-se narrativas de representantes da sociedade civil e religiosa construiu-se um conhecimento, ainda que parcial, sobre os diferentes modos de viver o aborto online, no Brasil. No tratamento dos dados, optou-se pela análise narrativa temática, da qual emergiram três eixos de análise: viver o aborto como pecado, como crime e como necessidade. Em cada um dos eixos foram rastreadas as temáticas, atores e construções territoriais que compõem o rizoma aborto nesse território pesquisado.

Palavras-chave: Aborto; Narrativas; Rizoma; Cartografia.

RESUME

The main objective of this dissertation is to rhizome the discursive practice of producing truths about abortion in the narratives conveyed by various social agents on the internet, through a post-structuralist perspective. The expression rhizomatar is used as a metaphor for cartographic practice based on the concept of Deleuze and Guattari, where abortion is understood as a complex phenomenon, a tangle of forces in constant interaction, which in the context of the internet gains its own outlines. This objective was based on two guiding questions: 1) Identify the different social agents that produce truths about abortion on the internet and its narratives 2) Map the composition of the rhizome that is formed in this narrative production. The production of data was made from the internet, collecting narratives on pages of representatives of civil and religious society and in discussion forums, which were subsequently analyzed from the narrative analysis, through which the axes of analysis that composed the analysis. It was decided by cartography because of the desire to understand the different experiences that revolve around abortion. Collecting narratives from representatives of civil and religious society, a knowledge, albeit partial, was built on the different ways of experiencing online abortion in Brazil. A logbook was also carried out, a resource that contributed to the understanding of the territory and users. In the treatment of the data, thematic narrative analysis was chosen, from which three axes of analysis emerged: experiencing abortion as a sin, as a crime and as a necessity. In each axis, the themes, actors and territorial constructions that make up the abortion rhizome in this researched territory were tracked.

Keywords: Abortion; Narratives; Rhizome; Cartography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de figuras

Figura 1 – Página inicial do Navegador Tor

Figura 2 – Página inicial do Magalichan

Figura 3 - Página inicial do buscador DuckDuckGo

Figura 4 -

Lista de tabelas

Tabela 1- *Imageboards* visitados durante a produção dos dados

Tabela 2 - Domínios visitados durante a produção dos dados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 BIO PODER E O CONTROLE DA POPULAÇÃO	13
2 CORPO FEMININO E O DISPOSITIVO DE GÊNERO	21
3 O PAPEL DA REPRODUÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO E DO PATRIARCADO	29
4 CAMINHOS ACESSADOS PARA A PRODUÇÃO DOS DADOS.....	42
4.1 Rizoma como elemento operatório da prática cartográfica.....	42
4.2 Situando a netnografia na produção de dados	47
4.3 O significar a vida por meio de narrativas	50
5 O TERRITÓRIO.....	54
5.1 Contextualizando o território online	54
5.2 Navegando em mares desconhecidos	55
5.3 O encontro com os <i>chans</i>	58
5.4 Navegando mais um pouco	64
6 TEMÁTICAS, ATORES E CONSTRUÇÕES TERRITÓRIAS	68
6.1 Vivendo o aborto como pecado.....	69
6.2 Vivendo o aborto como crime.....	79
6.3 Vivendo o aborto como um somatizador do gênero como dispositivo de poder.	85
6.4 Redes formadas sobre o aborto	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93

INTRODUÇÃO

Partindo proposta epistemológica de Deleuze e Guattari (1995), nessa pesquisa, o meu objetivo foi **rizomatar a prática discursiva da produção de verdades sobre o aborto nas narrativas veiculadas por diversos agentes sociais na internet**. Em outras palavras, dispus-me a mapear as localidades discursivas e as possibilidades de movimentação de sentidos sobre o aborto no contexto virtual. Acreditando que analisar os discursos sobre o aborto a partir desta proposta teórica permita identificar novas possibilidades de luta e resistência, por primar sempre por uma busca pelo novo (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Me baseei em dois objetivos específicos: 1) **Identificar os diversos agentes sociais que produzem verdades sobre o aborto na internet e suas narrativas** 2) **Mapear a composição do rizoma que se forma nesta produção narrativa**. A produção de dados foi feita partir da internet, coletando narrativas em páginas de representantes da sociedade civil e religiosa e em fóruns de discussão, que, posteriormente, foram analisadas a partir da análise narrativa, por meio da qual emergiram os eixos de análise que compõem a análise. Decidiu-se pela cartografia pela vontade de entender as diversas experiências que giram em torno do aborto. Coletando-se narrativas de representantes da sociedade civil e religiosa construiu-se um conhecimento, ainda que parcial, sobre os diferentes modos de viver o aborto online, no Brasil.

A partir dos resultados da Pesquisa Nacional do Aborto (2016), afirma-se que ao longo do início vida reprodutiva até os quarenta anos, uma em cada cinco mulheres já induziu um aborto, das quais pelo menos metade foi internada posteriormente no Sistema Único de Saúde (SUS) (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017). Apesar de ser um tema que provoca debates de ordem moral, não se pode negar que, independentemente do posicionamento assumido em nível individual ou coletivo a respeito da sua prática, a ilegalidade do aborto se apresenta como um impedimento do exercício da cidadania sobre si, na medida em que as mulheres são impedidas de decidir sobre o próprio corpo (MIGUEL, 2012), além de as dinâmicas sociais que envolvem o tema explicitarem desigualdades sociais de acesso aos serviços de saúde e de educação sexual no Brasil (GUIMARAES; ALMEIDA; CARNEIRO, 2018).

Na esfera pública o debate sobre a legalização do aborto tem se reduzido a questões relativas aos conflitos de direitos entre o feto, discurso mobilizado por grupos conservadores a causa, e o controle da mulher grávida sobre seu próprio corpo. De um lado aqueles que defendem a não legalização da prática afirmam que a decisão da mulher de provocar um aborto fere o direito a

vida, que o feto possuiria desde a concepção, e de outro os movimentos pró escolha argumentam que a mulher possui o direito de realizar um aborto em qualquer estágio da sua gravidez por possuir o direito de controle sobre seu próprio corpo (TONETTO, 2018). Nos últimos anos, discursos que atacam a liberdade das mulheres e o feminismo tem ganhado força. Iniciativas como a PL 5069/13, que propõe a proibição da circulação de qualquer informação sobre o aborto, e o Escola sem partido refletem esse movimento de controle sobre os meios de comunicação e a ação política por meio de restrições sobre o debate de ideias

Segundo Federici (2017), na constituição da sociedade capitalista as mulheres foram alocadas aos espaços privados e tiveram suas concepções de mundo e valores inferiorizados em relação aos masculinos e é somente a partir de reocupação desses espaços que foram capazes de questionar criticamente a sua responsabilização pela reprodução, naturalizada pelas construções sociais que formaram durante a acumulação primitiva (FEDERICI, 2017). Na opinião dos autores desse trabalho, uma vez que a pesquisa foi pensada a partir de um contexto de colonialidade dos corpos, a perspectiva da autora também deve ser situada. Essa perspectiva é ocidentalizada uma vez que houveram diversos outros movimentos de resistência antecessores a essa ocupação desses espaços pelas mulheres. E, também, não foi somente a partir da constituição da sociedade capitalista, que essa divisão do trabalho ocorreu, ela foi apenas reforçada.

Nesse sentido, a partir de articulações entre si, foram capazes de conquistar cada vez mais novos direitos (SAFFIOTI, 2004). Para dar visibilidade à pauta e fortalecer possibilidades de avanços legislativos obtidos a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), segundo Paneghini (2018), os movimentos feministas têm se apropriado de argumentos relativos à como o problema se torna uma questão de saúde pública. Esse posicionamento é interessante para o movimento na medida em que se observa que na sociedade civil, ser contra a prática e contra a legalização são coisas diferentes: nem todas as pessoas que afirmam que não abortariam, acreditam que as mulheres que abortam devam ser penalizadas (PANEGHINI, 2018). As mulheres que, em contextos de ilegalidade do aborto, decidem sobre o não prosseguimento de uma gravidez desafiam a norma social que trata seus corpos como bem público, responsável pela reprodução da força de trabalho. Historicamente, as instituições no sistema capitalista cumprem a função de reforçar e normatizar as diferenciações entre o masculino e o feminino, sendo a desigualdade de gênero uma condição necessária para a reprodução do capital (FEDERICI, 2017).

Por se tratar de uma prática silenciada, ilegal, culpabilizada e de um tema que por muito tempo foi pouco estudado e discutido (MENEZES; AQUINO, 2009) os dados obtidos nas pesquisas não conseguem captar a magnitude real do problema e, por isso, os argumentos ainda são frágeis e facilmente combatidos por grupos religiosos contra a legalização (PANEGHINI, 2018). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela primeira vez trouxe o aborto como uma variável na Pesquisa Nacional de Saúde somente em 2013 (PNS, 2013). Contudo, por a ilegalidade também dificultar a coleta de dados sobre o tema existe uma grande discrepância dos dados da PNS 2013 com o *survey* realizado na Pesquisa Nacional do Aborto (2016) que, mesmo com uma amostra limitada a mulheres alfabetizadas com idade entre 18 e 39 anos, apresenta taxas consideravelmente mais altas. Enquanto na primeira pesquisa se conclui que apenas 2,3% das mulheres entre 18 e 49 anos tenha provocado um aborto, a segunda aponta que aos quarenta anos, quase uma em cada cinco mulheres tenha o provocado (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017). Independente dos números reais sobre a prática do aborto, o atendimento do SUS não é igual para todos como prevê a CF/88. Os marcadores sociais da diferença gênero, raça e classe social, que Saffioti (2004) denominou como as três hastes do tripé da ordem social, vão condicionar o acesso dessas mulheres as políticas e serviços (LEANDRO, 2010). As desigualdades de gênero que afetam essas mulheres não podem, nesse sentido, serem consideradas como homogêneas. A mulher preta e pobre, quando necessitar de cuidados, se encontrará muito mais vulnerável que as demais (CRENSHAW, 1994).

Me fundamentei na crença política de que esse é um tema de relevância política e social sobre o qual não devemos nos silenciar (VASQUEZ; MONTANEZ; MENDOZA, 2018) para responder a seguinte pergunta de pesquisa: **como se insere o tema aborto nas narrativas de diversos agentes sociais na internet?** Acredito, principalmente, que no contexto de retrocessos que tem marcado o cenário político nacional após o golpe essa discussão se torna essencial. Usando as palavras de Franco (2018), trata-se de um período, no qual se ampliam várias desigualdades, principalmente as determinadas pelas retiradas de direitos e as que são produto da ampliação da discriminação e da criminalização de jovens pobres e das mulheres, sobretudo as negras e pobres.

Durante o governo bolsonarista ocorreram uma série de eventos que simbolizam como a conjuntura política atual é favorável às classes dominantes. Dentre elas, o assassinato da vereadora Marielle Franco, a reforma da previdência e o aumento da militarização. Falando

especificamente de como as discussões sobre aborto na esfera política ocorreram nesse período, temos a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 (ADPF 442), que acabou sendo indeferido pelo STF. A petição inicial ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) tem como pedido que o STF declare a não recepção parcial dos artigos 124 e 126 do Código Penal pela Constituição Federal de 1988, onde questiona os Artigos 124 e 125 do Código Penal, que criminalizam a prática do aborto. Acredito ser importante salientar também a tentativa dos grupos conservadores de inserir a proibição do aborto na Constituição Federal de 1988, além de revogar automaticamente os casos de abortamentos já previstos na legislação, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) número 181, do ano de 2015, chamada pelos movimentos em prol dos direitos sexuais e reprodutivos de “PEC do Cavalo de Troia”.

A discussão sobre aborto na forma como é proposta pode também contribuir dentro dos estudos críticos em Administração evidenciando pontos de vista não hegemônicos das diferentes mobilizações e disputas de poder que ocorrem em torno do tema (BARROS; CARRIERI, 2015). Além disso, a perspectiva teórica de Deleuze dentro do campo ainda não foi trabalhada em sua potencialidade, de forma que além das contribuições empíricas da análise podem revelar novas dinâmicas de poder (CAVALCANTI, 2016). Para além das contribuições de Deleuze para o campo tem também o aspecto de gênero, pois é o estudo de um fenômeno que atinge uma incisão muito mais violenta sobre os corpos e subjetividades femininas e que desperta formas de organizar que mobilizam estratégias próprias.

O ponto de partida para rizomatar a prática discursiva da produção de verdades sobre o aborto foi a coleta de narrativas produzidas sobre o tema a partir de grupos em fóruns de discussão e posteriormente em sites. Todo o material coletado, bem como as notas de campo serão foram tratadas com atenção para aquilo que, narrativamente, trazem de diferente para esse fato social. O embasamento para o tratamento dos dados produzidos é aquela da teoria narrativa, que segundo Lauretis (1987) busca compreender os processos estruturantes e destrutivos que se apresentam na produção textual e semiótica. Segundo a autora, essa é uma ferramenta subversiva, que nos conecta com outras cartografias possíveis. Decidiu-se pela cartografia pela vontade de entender as diversas experiências que giram em torno do aborto, a partir da qual emergiram três eixos de análise: viver o aborto como pecado, como crime e como necessidade. Sendo que, em cada um dos eixos foram rastreadas as temáticas, atores e construções territoriais que compõem o rizoma aborto nesse território pesquisado.

O trabalho opera um rompimento com o que hegemonicamente é considerado o organizar na Administração, que em muitas áreas se limita a uma visão de que organizar é prática apenas de empresas. Ao refletir sobre as verdades que se formam em apoio ao aborto reforçamos o movimento de rompimento que já vem sendo praticado dentro de vertentes críticas da Administração. Evidenciando sobretudo que o controle sobre o corpo feminino é uma das disciplinas, como conjunto de saberes legitimados socialmente, que exerce normatizações sobre a população (FOUCAULT, 2001; CARRIERI; BARROS, 2015). Estabelecer a gênese das contra condutas que são identificadas em uma sociedade é importante, segundo o autor, por permitir identificar os caminhos pelos quais os processos, conflitos, e transformações ocorreram.

A revisão de literatura foi dividida em três capítulos, onde foram abordados inicialmente os conceitos foucaultianos de bio poder e controle da população, seguido por uma discussão sobre a relação do corpo feminino com o dispositivo socialmente construído e significado de gênero e finalizando com uma abordagem histórica do papel que a reprodução adquiriu com a origem do estado nação e do patriarcado. Posteriormente detalho os caminhos teóricos acessados para embasar a produção dos dados que eu utilizei para a construção da pesquisa. Seguido de um capítulo sobre o encontro com o território seguido por um sobre o tratamento dos dados entre as temáticas, atores e construções territoriais envolvidas. Em seguida as conclusões, ao fim, as referências bibliográficas utilizadas.

1 BIO PODER E O CONTROLE DA POPULAÇÃO

Como observou Foucault (2008), com a emergência do capitalismo, as formas de controle tiveram que se modificar para se adequar com a nova dinâmica e inserir os corpos na nova lógica de circulação. Na particularidade da sociedade capitalista a normatização sempre visa a circulação de bens e informações, sendo possibilitada por uma constante negociação, que ocorre no nível cotidiano, entre os desejos dos indivíduos e o desejo da população disciplinada. Essa normatização, que antes era exercida por Deus, passa atuar a partir de três elementos: segurança, população e governo (FOUCAULT, 1999). Nessa perspectiva, ao pensarmos sobre o aborto, prática que é criminalizada, devemos pensa-lo não na sua gênese e essência, mas enquanto prática que é constantemente controlada a partir de diferentes dispositivos relacionados com esses três elementos.

O controle sobre os corpos vivos da população, que o autor chama de bio poder, passa a ser feito a partir da otimização e padronização das funções do corpo, criando categorias de conhecimento disciplinar como psicologia, sociologia e economia e dos métodos estatísticos que foram criados por cientistas sociais para supervisionar e administrar a população (FOUCAULT, 1999). Nessa perspectiva, a esfera de atuação do poder vai se sobrepor a “[...] uma técnica de controle dos indivíduos centralmente focadas nos corpos pelas formas de disciplina, de vigilância e da normalização, uma técnica que a engloba e a amplia, focando não apenas no corpo do indivíduo, mas na vida” (BITTENCOURT, 2015, p.227). O termo disciplinar aqui se referindo não apenas a um corpo acadêmico, mas também a formas de punição aos que não se enquadrem no modelo de referência, que é do homem branco. Por isso, as noções de gênero e raça, atuam independentemente ou em conjunto, atuam sobre os corpos materializados, tentando controla-los em suas “suas capacidades, gestos, movimentos, localização e comportamentos” (SAWICKI, 1991, p. 67).

Enquanto a biopolítica molda a economia política da população em uma massa eficiente, a microfísica do poder atua incansavelmente em todas as relações entre os corpos individuais, para que eles se tonem mais dóceis e úteis. Nesse sentido, o poder não atua somente sobre a vida singular dos seres humanos, mas sobre a multiplicidade e o agrupamento de pessoas, de modo que a tomada de poder sobre os corpos é transferida do individual para a massa (FOUCAULT, 1999, p.289). Ademais, acrescenta-se que a biopolítica “[...] lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e

político, como problema biológico e como problema de poder [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 292-293).

Contudo, a formulação e aplicação das normas jurídicas e das políticas públicas são arenas políticas de disputas entre atores, onde grupos diferentes são capazes de mobilizar táticas e argumentos teóricos que mobilizam a opinião pública e fazem com que a lei seja ou não de fato aplicada de acordo com o contexto de cada disputa. Atualmente, tem sido observada uma curva ascendente na quantidade de mulheres encarceradas no Brasil. De fato, houve um aumento de 567,4% do número de mulheres encarceradas de no período de 2000 a 2014 enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, segundo dados do Ministério da Justiça. A maior parte dessas sendo jovens transgressoras, eram responsáveis pelo sustento familiar, possuíam filhos e baixa escolaridade e a maioria foi privada da liberdade por envolvimento com o tráfico de drogas, mas em posições subalternizadas dentro da própria organização, sendo poucas as que exerceriam atividades de gerência (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014). É bem menor a quantidade de mulheres presas por aborto. Em 2014, por exemplo, apenas 33 mulheres foram presas por esse crime, e o fato de esse ser um número bastante menor do que a quantidade de mulheres que afirmaram terem induzido abortos, nos permite pensar que talvez, neste caso específico, no âmbito da micro política do poder, exista uma contra conduta à normatização da bio política onde atuam os dispositivos de gênero proibindo o aborto.

Argumento nesse sentido que as mobilizações de atores sociais que permite a realização do grande número de abortos praticados por mulheres, conforme explicitado pela Pesquisa Nacional do Aborto (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017), pode ser enquadrado naquilo que Foucault define como contra conduta. Ao afirmar:

Vocês também vão encontrar essas lutas antipastorais, essas contracondutas pastorais e toda uma nova atitude, em todo um novo comportamento religioso, em toda uma nova maneira de fazer e de ser, em toda uma nova maneira de se relacionar com Deus, com as obrigações, com a moral, com a vida civil também. É tudo isso, esse fenômeno difuso e capital que foi chamado de *devotio moderna* (FOUCAULT, 2001, p.269).

Essa nova forma de devoção moderna surge a partir de fissuras criadas pelas contra condutas nas dinâmicas de poder que compunham a organização pastoral. No caso específico da ampla realização de abortos ilegais no Brasil parece-me que isso ocorra principalmente baseada na

formação de comunidades, uma das possibilidades de contra conduta frente ao poder pastoral descritas por Foucault.

A divisão entre o bem e o mal não podia existir e nada mais era que o efeito de uma quimera, e, por conseguinte, todos os apetites eram legítimos. Nessa medida, temos um sistema que, pelo menos em princípio, exclui toda obediência ou, em todo caso, afirma a legitimidade de toda conduta (FOUCAULT, 2001, p.278).

Essa forma de contra conduta, ao contrário das demais tem como foco a coletividade, criando novas formas de impor obediência, que não obedecem as mesmas normas do poder pastoral e que são o pano de fundo para a governamentalidade que se forma a partir dele. Na Idade Média, segundo o autor, se formam comunidades a partir de problemas doutrinários com a Igreja Católica, apresentando, conforme a citação acima evoca, novas formas de organização do poder que não aquelas do poder pastoral. Nesse sentido, ao refletir sobre as verdades que se formam em apoio ao aborto é sempre importante ter em mente a importância de romper com uma visão funcionalista do que é considerado hegemonicamente com organizar, movimento praticado dentro de vertentes críticas da Administração. Evidenciando sobretudo que esta é uma das disciplinas, como conjunto de saberes legitimados socialmente, que exerce normatizações sobre a população (FOUCAULT, 2001; CARRIERI; BARROS, 2015).

Estabelecer a gênese das contra condutas que são identificadas em uma sociedade é importante, segundo o autor por permitir identificar os caminhos pelos quais os processos, conflitos, e transformações ocorreram.

Em vez de dizer: cada classe, ou grupo, ou força social, tem sua ideologia, que permite traduzir na teoria suas aspirações, aspirações e ideologia de que se deduzem rearranjos institucionais, que correspondem às ideologias e satisfazem às aspirações – convergia dizer: toda transformação que modifica as relações de força entre comunidades ou grupos, todo conflito que os põe em confronto ou que os faz rivalizar requer a utilização de táticas que permitem modificar as relações de poder e a introdução de elementos teóricos que justificam moralmente ou fundam em racionalidade essas táticas (FOUCAULT, 1988, p. 283)

Historicamente, se concentrarmos nossa visão sobre saberes que foram importantes em decisões pro legalização nas arenas institucionais de enfrentamento, um momento importante foi quando em 2016, a primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) abriu os precedentes para a legalização do aborto nos três primeiros meses de gestação, ao revogar a prisão preventiva de cinco pessoas, que trabalhavam em uma clínica clandestina de aborto. De acordo com o parecer

do ministro Luís Roberto Barroso (2016), a criminalização da interrupção da gravidez viola direitos fundamentais da mulher garantidos pela Constituição brasileira, destacando-se à autonomia, integridade física e psíquica, sexualidade e reprodução, igualdade de gênero e igualdade social. O ministro Barroso também ressaltou que a criminalização representa uma quebra de igualdade de gênero e promove uma visão excludente e submissa da identidade feminina e de seu papel na sociedade (LUNA, 2013).

É interessante pensar como esse saberes são estrategicamente mobilizado por indivíduos que representam o judiciário, uma instituição que têm como função aplicar as normas, materializadas na forma de leis, que *a priori* retificariam os papéis de gênero socialmente instituídos sobre os corpos, principalmente sobre aquele identificados pelo senso comum como femininos. A coerência nas normas do judiciário, nesse sentido, é arbitrária. Isso se explicita quando contrapomos os saberes sobre vida e morte evidenciadas pelo discurso legal nesse âmbito. Apesar do saber médico-legal sobre a morte normatizar que uma pessoa é considerada morta apenas após perda das funções encefálicas, no mesmo âmbito, o saber sobre a vida considera que ela se inicia a partir da concepção, tornando o aborto antes de três meses de gestação como crime de acordo com os artigos 124 ao 128 do Código Penal (CP). Ainda que esse mesmo feto, pela ótica do saber médico legal sobre a morte, estivesse morto antes de completar três meses, pois não apresentaria função encefálica. Como se não bastasse, no artigo 128 do CP, onde eram previstas apenas duas possibilidades de exclusão de ilicitude até 2012, sendo elas: em caso de risco de vida da gestante e quando a gravidez é resultante de estupro, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADPF n.54 de 12/04/2012, o aborto de feto anencefálico também deixou de ser crime, mobilizando estrategicamente novamente o saber médico-legal sobre a morte, que em um dever, poderia possibilitar a institucionalização da legalização do aborto até três meses de gestação (LUNA, 2013).

Nas últimas décadas, a noção de direitos sexuais e reprodutivos tem sido mobilizadas por movimentos LGBTs na América Latina com a finalidade de consolidar uma agenda de políticas públicas que pudesse modificar os marcos normativos e dinâmicas de poder que provocam desigualdades sociais baseada em uma hierarquia sexual que foi socialmente construída entre os corpos (PECHENY; DE LA DEHESA, 2011). No debate público neste contexto, tem-se observado que, simultaneamente a um crescimento de iniciativas que visam promover a flexibilização de normas que limitam as expressões de determinadas sexualidades e diminuir as sanções sociais que recaem sobre os corpos fora do padrão eurocentrado e heteronormativo,

também cresce a mobilização em torno da agenda conservadora, centrada na valorização da tradição e na regulação, modulação e delimitação os corpos. Essa agenda conservadora é resultante de um processo de colonização religiosa exercido pelos países europeus, onde os simbolismos e os valores católicos eram impostos aos membros das populações que não compartilhavam do mesmo sistema cultural. A colonização enquanto momento histórico que marcou a trajetória política e cultural dos países latino americanos, provocou dinâmicas particulares de dominação dos valores, práticas e dos corpos, que repercutem nas construções sócio culturais da atualidade (MORAN; PENÃS, 2016).

A fundamentação religiosa é a primeira dimensão que é acionada no debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos nos países latinos, uma herança da colonização em forma de dispositivo de poder centrado em uma religião europeia, que impacta até hoje nas decisões políticas e controla a materialidade dos corpos nos países que foram colonizados. A Igreja Católica é colocada como ator central, pois além de ser legitimada pela mídia como referência obrigatória na cobertura feita sobre esse tópico nos meios de comunicação de massa, possui representantes do seu grupo em posições políticas estratégicas dentro das instituições democráticas brasileiras. Além disso, o debate sobre aborto é considerado socialmente como uma questão moral, e por isso, pré-política, podendo ser tratada pela Igreja, enquanto reguladora da moral e dos bons costumes, sem ressalvas. Porém, como questão básica de cidadania, como um direito sobre si exercido por mulheres em desacordo com a norma que impõe a compulsoriedade da gravidez e limita sua cidadania, o tema do aborto ainda permanece sempre como um tema de menor importância política (MIGUEL, 2012).

Contudo, conforme problematiza Miguel (2012, p. 669):

Não é uma situação que se possa explicar somente pelo peso da Igreja Católica – e, agora, de muitas denominações evangélicas – na vida pública brasileira. Em Portugal, um país mais católico e mais tradicionalista, em tantos aspectos, do que o Brasil, o aborto foi legalizado, até 10 semanas de gestação, por meio de referendo popular em 2007. Na católica Cidade do México, o aborto foi legalizado até os três meses de gestação em 2008. No Uruguai, em 2008 o Poder Legislativo aprovou a legalização do aborto, mas a medida foi vetada pelo então presidente, o “progressista” Tabaré Vázquez, e está novamente em discussão. A Itália, que abriga a Santa Sé em seu território e convive com reiteradas tentativas de intervenção do Vaticano em suas decisões políticas, legalizou o aborto (até 90 dias de gestação) já em 1978. Outro país de irrepreensíveis credenciais católicas, a Espanha, legalizou o aborto até 14 semanas de gravidez em 1985, ampliando as garantias da lei em 2010, com a retirada da obrigatoriedade da autorização dos pais às adolescentes de 16 a 18 anos que desejem efetuar o procedimento. Em suma, a coexistência entre uma

população católica e o reconhecimento do direito ao aborto já se mostrou factível em muitos lugares do mundo.

Atualmente, além dos membros da Igreja Católica, outros agentes ligados a instituições evangélicas e espíritas se tornam cada vez mais visíveis nestes espaços (LUNA, 2013). Processo que Bandeira e Almeida (2013) definem como um processo de partidização das Igrejas. Todavia, a publicitação de questionamentos que desnaturalizam as normas sexuais e reprodutivas que antes eram silenciadas socialmente, provoca a pluralização de posturas dentro de alguns setores religiosos (LUNA, 2013; VAGGIONE; MUJICA, 2013).

As vertentes religiosas mais conservadoras, não apenas participam dos debates públicos sobre as políticas sexuais, mas operam ativamente junto a outras organizações e atividades que se baseiam em ideias restritivas sobre corpo e sexualidade (WYNARCZYK, 2006). Um exemplo disso são as chamadas curas gays oferecidas por essas igrejas em diversos pontos da América Latina, bem como, no caso específico do Brasil, os boatos sobre um suposto kit gay que seria distribuído nas escolas públicas. Estrategicamente, durante os períodos de eleições nesses países, é comum os candidatos se posicionarem a respeito das questões do DSR para angariar votos. O presidente do Nicarágua, Daniel Ortega, nas eleições presidenciais de 2006 apoiou a penalização absoluta do aborto, enquanto no contexto das eleições de 2010 no Brasil, Dilma Rousseff publicou uma carta de compromisso com a despenalização (CAMPOS, 2012). Esse posicionamento da candidata brasileira provocou uma enorme pressão de movimentos ligados a instituições religiosas, até que, posteriormente, foi pressionada a vir a público e desfazer seu compromisso com a legalização do aborto.

A partir do momento que esses atores religiosos passaram a ocupar posições de poder na hierarquia social e a estabelecer conexões e articulações entre si sua potencialidade de agência e o valor social atribuído ao seu discurso cresceram exponencialmente. Por discursos, entendemos o conjunto de sentidos e ideologias que são evocados a partir de um léxico quando analisado criticamente a partir do seu contexto de produção. A partir da enunciação ele pode então ou agir no sentido de reproduzir formas de dominação simbólicas e fortalecer dinâmicas de poder já existentes ou resistindo e se opondo ao sistema simbólico de poder dado (FOUCAULT, 2008). Nenhum discurso pode ser, em sua essência, neutro, pois o enunciador sempre fala de um lugar inscrito socialmente e ao qual determinado valor é atribuído. A falta de uma postura crítica ao analisar as condições de produção discursiva pode acabar reforçando

normas, dificultando o avanço institucional e de publicitação do debate sobre diversas pautas (FAÚNDES, 2018).

Nas sessões públicas brasileiras onde foram votados e debatidos o uso para fins de pesquisa de células tronco embrionárias e o aborto, apesar do disfarce de discurso neutro estrategicamente instrumentalizado por parte de atores associados a bancada religiosa, que deliberadamente ocultam seu vínculo confessional e/ou associam à suas falas elementos científicidade, Luna (2013) conclui:

Para fins de análise, indo além da abordagem sobre os agentes religiosos envolvidos, é necessário considerar os valores implicados. O móvel principal dessa disputa diz respeito ao valor da vida humana. Esse tópico aparece na discussão sobre a pesquisa com embriões humanos, quando se opôs o direito do embrião à vida e de não ser tratado como objeto (ponto que apareceu entre os juízes do Supremo, no Legislativo e entre os especialistas com inclinação pró-vida) à prerrogativa de enfermos usufruírem dos possíveis resultados da pesquisa, ou seja, o direito a uma vida melhor na recuperação de sua saúde (LUNA, 2013, p. 91)

Ao se debater sobre a vida como um bem ou como um dom, conclui-se que o discurso da laicidade e o modelo da secularização da vida não foram suficientes para romper com os elementos transcendentais que, conforme evidenciado pela conclusão do estudo de Mattar e Diniz (2012) ainda existem no pensamento moderno. Nesse sentido, desenvolve-se o conceito ativismo heteropatriarcal para se referir a esse sistema de poder simultaneamente religioso e secular que se forma nas arenas públicas de debate na modernidade (FAÚNDES, 2018). Considerando que os impactos das ações desses grupos conservadores não se limitam mais apenas a manutenção dos valores religiosos simbólicos, mas um verdadeiro e próprio ativismo que visa a manutenção da matriz heteronormativa. Esses grupos se definem, em muitos casos, como pró-vida e pró-família (FAÚNDES, 2018). Categorias que passam a significar verdadeiros símbolos identitárias sob as quais os membros desses grupos constroem sua noção de coletividade (MORÁN, 2015).

Essa coalizão, no Brasil, ocorre a partir de alianças parlamentares que não são apenas ecumênicas, mas também inter-religiosa, uma vez que estão juntos tantos os parlamentares das religiões católicas e evangélicas como também os espíritas. Segundo Morán e Peñas (2016) os discursos evocados por essa nova integração de agendas foi deslocado dos dogmas religiosos para um ampla defesa da vida e da família monogâmica, heterossexual e reprodutiva.

2 CORPO FEMININO E O DISPOSITIVO DE GÊNERO

O corpo é um objeto e tema político que experimenta transformações e disputas diversas de acordo com o contexto histórico em que se insere. Por ser a partir dele que os marcadores de diferenciação entre os sujeitos operam, permite que novas facetas da realidade social emergjam e é amplamente explorado por pesquisas que propõe um rompimento com uma visão masculina, branca e eurocêntrica do mundo. A partir da revolução do conhecimento do século XVII o corpo passa a ser visto como possibilidade inédita de produção de um conhecimento, oposto à mente, instância que havia sido usada por epistemologias lógico racional até então (JAGGAR; BORDO, 1997). Existe, contudo, uma tensão entre os limites do corpo biológico e simbólico, que se reflete nas disputas que se dão entorno da construção teórica da categoria gênero (MORAES, 1998).

A palavra gênero, proveniente da linguística, antes de chegar as ciência sociais, já havia sido apropriada pelos sexólogos norte-americanos Money e Ehrhardt (1972) para designar a identidade construída a partir de aspectos fisiológicos próprios dos corpos de homens e mulheres. Por serem os responsáveis por popularizar a ideia de que sexo e gênero são duas categorias separadas, o sentido dado ao conceito posteriormente dentro das ciências sociais também coloca como pressuposto das construções sociais a existência de uma diferença biológica entre homens e mulheres. Nesse contexto, os significados sociais sobre ser mulher partem de uma noção que o corpo estaria inscrito em um domínio diferente do mundo social e que gênero seria o processo de transformação psicológica pelo qual alguém acredita que se é homem ou mulher, expresso no comportamento dos indivíduos (BEAUVOIR, 1949). A partir dessa divisão entre as esferas material e social, o sentido dado a gênero até hoje em diversos estudos feministas é de um aparato de aspectos socioculturais construídos historicamente que afetam a identificação de um indivíduo como homem ou mulher (CARVALHO, 2011).

Ao buscar a origem do termo gênero dentro da história do movimento feminista, Louro (1997) percebe que, no princípio, é utilizado não apenas como uma formulação linguística, mas principalmente como uma posição política. Na mesma direção, Piscitelli (2009) identifica que em um primeiro momento, as reivindicações feministas eram principalmente influenciadas pelos movimentos sufragistas do final do século XIX e início do século XX, mas que contudo, a partir da década de sessenta, a luta do movimento passa a ser romper com os argumentos biologicamente determinantes que fundamentavam as diferenças sociais entre homens e

mulheres sobre diferenças genitais, justificando teoricamente um determinismo social que coloca as mulheres em posições inferiores. Apesar dos movimentos de mulheres já argumentarem sobre o aspecto cultural da dominação masculina, é somente com as formulações teóricas de Beauvoir (1949) Friedan (1963) e Millet (1969) que a centralidade do debate feminista passa da igualdade de direitos para os aspectos sociais que situam a mulher em posição de inferioridade (LOURO, 1997).

A partir da década de oitenta, a partir dos exemplos das pessoas intersexo, passa a ser questionada a própria natureza e o sexo como algo fixo, anterior a cultura (SCOTT, 1994; LOURO, 1997; LAQUEUR, 2001, FAUSTO-STERLING, 2002; PISCITELLI, 2009), bem como o pressuposto de que existem diferenças biológicas entre machos e fêmeas que sempre estiveram presentes em todas as sociedades (ANZALDÚA, 1987; WITTIG, 2006; CURIEL, 2007). Isso ocorre a partir do rompimento com as categorias universais por teóricas feministas pós estruturalistas. Elas argumentam que a dicotomia entre sexo/gênero dialoga com os binarismos de natureza/criação e mente/corpo e que, por isso, acaba reproduzindo aquilo que crítica, por conceber que as diferenças entre masculino/feminino originem de diferenças sexuais, sem romper com a justificativa científica e biológica sobre as desigualdades de gênero (JAGGAR; BORDO, 1997). Desde então, acadêmicas feministas passam a questionar a própria noção de sexo como estática e a consideram como passível de mudança em seu significado ao longo do contexto histórico e da posição geográfica e cultural que se toma como referência (MAYORGA; 2013).

Mesmo atualmente a noção de existência de uma diferença biológica entre homens e mulheres que se desassociaria construções sociais sobre essas categorias não foi completamente superada e ainda pode ser encontrada em estudos na área (MAYORGA, 2013). Para autores que partem dessa perspectiva epistemológica, não existe de um lado uma parte material fixa e estável que se contrapõe a uma parte em permanente mudança no mundo social, inserindo o corpo em um domínio diferente da mente, contudo, as influências do material dentro dessa perspectiva também não é um consenso entre as diversas teóricas.

Para Louro (1997), o sexo e a morfologia sexual, apesar de cumprir um papel na construção da identidade de um indivíduo, não pode ser considerado determinante, nem ser utilizado como critério de diferenciação absoluto. A partir de uma pesquisa com foco nas práticas educativas, a autora demonstra como o sistema jurídico, a Igreja e o governo normatizam e reproduzem as

construções sociais de gênero, e que por isso, essas diferenças devem ser situadas socialmente e historicamente. Para ela, gênero se baseia em uma distinção entre sexos que todavia não são desiguais e o foco das pesquisas deveria ser compreender as formas como os comportamentos são construídos, representados e valorizados a partir de suas múltiplas possibilidades culturais e psicológicas (LOURO, 1997).

Na mesma direção, Scott (1994), ao teorizar sobre a oposição entre feminino e masculino, pondera que gênero deve ser pensado como categorias fluidas, incompletas, que vão se resignificando em cada relação situada em determinado tempo e espaço e não como algo fixo e estabelecido. A autora desfaz a possibilidade de pensar os pares como oposições naturais, substituindo-a por uma contextualização histórica e social dessa oposição, para resistir aos dispositivos de manutenção e legitimação do poder político. Nesse entendimento, a mulher é o homem, bem como o homem também é a mulher. Não resumindo os à iguais, mas como categorias que demonstram “[...] apenas uma diferença entre as diferenças” (DELEUZE, 2006, p.22).

Essas teorizações relativizando as concepções fixas e imutáveis também ocorrem no campo da sexualidade. Durante a segunda onda do feminismo a existência de marcadores físicos entre homens e mulheres eram considerados, contudo os sentidos e significados dados a materialidade dos órgãos sexuais em diferentes contextos, bem como as próprias categorias sexuais dicotômicas homens/mulheres, partem de uma interpretação humana da materialidade, conforme demonstra Laqueur (2001). O autor empreende um importante movimento de retomada histórica das diversas construções entorno da concepção de sexo, evidenciando os diferentes significados que as características fisiológicas assumiram em diferentes culturas.

Os gregos, por exemplo, acreditavam que todos possuíam os mesmos órgão genitais e que a diferença entre o pênis e a vagina se daria por uma falta de calor durante a gestação. A observação anatômica dos corpos na cultura grega era feita a partir da busca por semelhanças, ao contrário da nossa lógica na modernidade, que se concentra em estabelecer as diferenças entre os corpos (LAQUEUR, 2001). Conforme pontua o autor, essa mudança de foco no observar ocorre a partir do século XVII, com a popularização dos manuais médicos de anatomia. Contudo, o foco na diferenciação não se justifica apenas por um progresso da ciência, mas dentro do contexto no qual esse progresso ocorre e se estabelece. Laqueur (2001) argumenta que o avanço do capitalismo difundiu o sonho da mobilidade social, que contudo,

não se daria, na prática, para todos. Os argumentos para justificar os motivos pelos quais parte da população seria excluída dessa mobilidade tinha como principal pilar a exclusão das mulheres desse processo a partir da naturalização da maternidade como uma função biologicamente associada ao feminino (LAQUEUR, 2001).

Sobre a própria relatividade dessa materialidade, Fausto-Sterling (2002) argumenta que até os marcadores mais visíveis e exteriores de gênero são construídos, uma vez que os cirurgiões realizam intervenções para criar órgãos mais apropriados em indivíduos que nascem com partes do corpo que não podem ser tão facilmente identificáveis como masculinas ou femininas. A negação da intersexualidade e a necessidade de enquadrar os corpos a todo custo em um sistema binário de sexo é fruto do conhecimento desenvolvidos pelas disciplinas médicas. Para manter sua posição de poder, é fundamental que a medicina seja capaz de sustentarem uma mitologia da normalidade, enquanto disciplina que normatiza uma série de saberes. Para a autora o social se torna corporificado, uma vez que o dispositivo socialmente significado de gênero surgem e operam a partir da natureza física dos corpos (FAUSTO-STERLING, 2002).

A terceira onda do feminismo é caracterizada, nesse sentido, como a compreensão de que aquilo que considerávamos como verdades universais têm origem numa concepção da biologia que surge com o desenvolvimento do capitalismo na Europa e que pode ser considerada também como uma construção social que está “enraizada em histórias, práticas, línguas e povos específicos” (HARAWAY, 1995, p.32). De fato uma das concepções mais centrais do feminismo é que todas as culturas: “organizam seu mundo social segundo uma percepção dos corpos humanos” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 17) como macho e fêmea. Ao questionar esse pressuposto, a autora evidencia como o sistema de gênero é também produto de um colonialismo e posteriormente de um imperialismo acadêmico, que modifica nosso entendimento sobre as diferenças étnicas e raciais.

As formas como as construções de gênero são incorporadas e reproduzidas pelos indivíduos podem ser compreendidas a partir daquilo que Lauretis (1987) define como tecnologias de gênero. Desde a infância, todos os dispositivos que criam roteiros sobre como desempenhar determinado papel em nossa cultura para se adequar as noções socialmente construídas sobre o comportamento feminino e masculino em forma de propagandas, filmes, novelas, acabam por naturalizar essas diferenças nas construções simbólicas, materializando essas diferenças em lugares concretos sociais e simbólicos nas distribuições de poderes na sociedade. Esse roteiro

de gênero, acaba criando aquilo que Zanello, Fiuza e Costa (2015) define como dispositivo amoroso. Segundo o qual as subjetividades das mulheres acabam interiorizando a questão do amor como sinônimo do cuidado e como constitutivo da sua identidade. O que provoca, segundo a autora, também impactos específicos na saúde mental dos indivíduos, que acabam se sujeitando a relações abusivas por mais tempo em prol de uma manutenção de um roteiro normativo, fundamentado nas tecnologias de gênero que ela absorveu ao longo da vida. A relação das mulheres consigo mesmas é mediada pelo olhar masculino e por isso, subjetivam uma necessidade de serem escolhidas como parceiras para serem validadas enquanto mulheres (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015).

A relação amorosa, assim como o casamento, assume em nossa sociedade, contornos diferentes para homens e para mulheres e de acordo com a raça e classe social dos indivíduos. Não ter um parceiro, por si só ainda é motivo de estigmatização e causa sofrimento psíquico para as mulheres. As que não se casam, no campo simbólico fazem parte do grupo de mulheres que não foram ‘escolhidas’ pelos homens (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015). Algumas mulheres terão mais facilidade de encontrar parceiros, conforme argumenta Mary del Priori (2011), por se aproximarem mais aos ideais estéticos de beleza. Na nossa sociedade brasileira o ideal estético é eurocêntrico: branco, loiro e jovem. Por isso, uma mulher negra e velha, que se afasta desse ideal terá menos valor social. Isso provoca impactos diversos na saúde mental das mulheres uma vez que os valores culturais de gênero são os ideais pelos quais o sujeito cria uma noção de julgamento de si pelo olhar do outro (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015).

A interseção das dinâmicas de gênero com raça, classe e outras categorias, como geração e corporeidade influenciaram nas escolhas afetivas e nas experiências de solidão das mulheres, conforme demonstra Pacheco (2013). A autora parte de uma pesquisa realizada pela Revista Veja em 2005 em consonância com estudos que já haviam sido feitos no final da década de oitenta demonstrando que mulheres negras têm menores chances de encontrar um parceiro para matrimônio (BERQUO, 1987; SILVA, 1987), Pacheco (2013) conclui que as representações sociais sobre as mulheres negras faz com que elas sejam excluídas do “mercado afetivo” e naturalizadas ao “mercado do sexo”. Nesse sentido, as representações sociais sobre a mulher negra, quando interseccionadas as construções de gênero e de raça, tem particularidades afetivas sobre a vida dessas sujeitas.

Pateman (1993) ao propor uma reinterpretação das noções de contrato e consentimento, base dos regimes políticos ocidentais, contribui consideravelmente para o entendimento do que é ser homem e mulher na nossa sociedade (MIGUEL, 2017). O corpo humano, com suas distinções naturalistas entre os sexos, é a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo (FEDERICI, 2016). Para Pateman (1993), esse pressuposto foi incorporado às teorias sobre a democracia a partir da noção de Locke de que cada indivíduo possui uma propriedade em sua própria pessoa e se torna essencial para a organização da sociedade civil moderna, que se constitui a partir de um contrato original que pressupõe a liberdade de disposição das suas vontades entre as partes para que os acordos contratuais sejam considerados legítimos

Como efeito das desigualdades de gênero que foram silenciadas da gênese da sociedade civil, a reprodução dos padrões de submissão estaria intrínseca aos contratos sociais (PATEMAN, 1993). Pontua que na sociedade moderna o contrato de casamento surge com a função de subordinar as esposas aos seus maridos, dentro da lógica patriarcal que regula vida em sociedade, mas que as mulheres não pode ser consideradas livres, como os homens, nessas negociações. Para a autora, a diferença sexual atua também como uma diferença política de liberdade para o homem e sujeição para a mulher (PATEMAN, 1993). Mesmo que não se case, nenhuma mulher conseguiria escapar das consequências legais e sociais do contrato de casamento, que está relacionado também a heterossexualidade compulsória, objetificação das mulheres e a reprodução. Nesse sentido, à maternidade é mais uma das expectativas sociais relacionadas ao feminino, um destino natural inscrito em seu corpo, fundamental para a sua função social (MATTAR; DINIZ, 2012).

Contudo, mulheres, na sua complexidade, experimentam essa dominação e negociam os termos dos seus contratos de formas diferentes. Conforme crítica Fraser (1997, p. 229): “os sentidos atuais de gênero, sexo e sexualidade são altamente fragmentados e contestados. Os sentidos inscritos no contrato sexual de Pateman são apenas um componente da mistura”. É necessário que se percebam as diferenciações que se dão entre homens e mulheres rompendo com as generalizações dos conceitos, mas também sobre os dispositivos de poder que atravessam essas categorias, que em cada cultura e contexto histórico irá se associar a valores, crenças e práticas diferentes (HÉRITIER, 2005). Apesar de o casamento ser um comportamento normativo, tem se tornado cada vez menos forte em consequência do acesso a contracepção, da elevada escolarização das mulheres e do seu regresso às atividades profissionais (SARACENO, 1997)

Mary del Priori aponta que com o advento do capitalismo a maternidade passa ser exaltada, de forma a servir de argumento para que as mulheres assumam as funções de cuidado para que os homens pudessem ir para os postos de produção (MARY DEL PRIORI, 1997). O corpo feminino se torna, nesse sentido, fundamental para o desenvolvimento do país e pela formação de cidadãos e as formas de controle sobre a contracepção entram em pauta. Rohden (2002) afirma que o coito interrompido, a abstinência sexual no período fértil da mulher, esterilização e também o aborto, serão condenados como atentados ao futuro da nação em campanhas publicitárias junto à valorização da maternidade integral.

Identifica-se, não obstante, uma distinção entre a maternidade que será praticada dentro de um padrão de normalidade e considerada socialmente como boa e a que será estigmatizada socialmente. O padrão é que o cuidado da maternidade seja exercido por uma mulher (mãe ou funcionária terceirizada), a partir do suporte financeiro provido pelo homem, dentro de um casamento heterossexual. Contudo se difere da realidade de muitos casos, fazendo com que muitas mulheres experimentem sentimento de culpa por não se adequarem com o ideal materno, ou por serem incapazes de gerar filhos (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015). Aos corpos que fogem da normalidade, a reprodução será dificultada, como podemos observar a partir da política de esterilização das mulheres jovens, pobres e negras, nas práticas de retirada de bebês das mães em situação de cárcere, usuárias de drogas e moradoras de rua, entre outras em situação de vulnerabilidade social (VIEIRA, 2012; MATTAR; DINIZ, 2012). O aborto se torna, nesse contexto um território de luta pela gestão do corpo feminino (MIGUEL, 2012).

O aborto deve ser considerado como um fato social que evidencia as desigualdades brasileiras, tanto em termos de acesso aos métodos contraceptivos, educação sexual e acesso as diferentes formas de indução do aborto essas desigualdades também se manifestam. Os estudos de Carneiro (2015) apontam que as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social são as que mais sofrem violências durante seus partos. Além disso, corpos femininos que não correspondem ao padrão de comportamento estabelecido pelo dispositivo de gênero sofrerão julgamentos morais dos profissionais da saúde tanto em situações de abortamento legal ou não como de interrupção da gravidez (VILLELA; MONTEIRO, 2015). O estigma sobre estas questões é em grande parte derivado de crenças religiosas (ALMEIDA et al., 2012), e piorado pela desinformação que pode se perceber nas discussões em torno dos direitos sexuais e reprodutivos (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017). Rosendo e Gonçalves (2015) apontam inclusive que as justificativas que sustentam a criminalização, mobilizadas por atores

sociais em seus discursos moralizantes e interesses políticos se baseiam nos dispositivos da maternidade e da predisposição feminina para o trabalho doméstico.

De acordo com o Código Penal Brasileiro, elaborado em 1940, o aborto só não é crime quando a vida da mãe está em risco ou quando a gravidez é resultado de um estupro. Sendo que em 2012 foi incluída também a possibilidade para casos em que o feto seja anencefálico. Contudo, mesmo nos casos que são previstos legalmente para a realização do aborto, o procedimento é difícil de ser acessado. Conforme percebido por Diniz, Medeiros e Madeiro (2017) dos 68 locais de atendimento que o Governo Federal listava, apenas 37 realizavam o procedimento, dos quais a maioria não treinava a equipe para o acolhimento dessas mulheres. Identifica-se que mesmo na ilegalidade e com as diversas formas de coerção identificadas, o aborto é uma prática muito comum entre mulheres que desejam interromper uma gravidez (DOMINGOS; MERIGHI, 2010), estando entre as cinco principais causas de morte materna no país.

Anjos et al. (2013) argumenta que o desamparo que essas mulheres vivenciam durante o processo de aborto pode ser considerado uma violação dos direitos humanos. Nesse sentido, considerar os direitos do feto como superior ao das mulheres seria paradoxal, visto que eles ainda não possuem o requerimento mínimo para exercer plenamente seus direitos, como autonomia e liberdade, nem para existir fora do corpo de sua mãe (TONETTO, 2018). Para compreender como essa sobreposição foi historicamente construída é necessária a retomada histórica de como a reprodução passa a ser mobilizada dentro da sociedade capitalista para o controle dos corpos, que será desenvolvida no próximo tópico.

3 O PAPEL DA REPRODUÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO E DO PATRIARCADO ¹

Patriarcado deriva etimologicamente do termo patriarcal que serve para caracterizar qualquer sociedade que seja estruturada a partir de uma dominação dos homens sobre as mulheres (MIGUEL, 2017). Segundo Filmer (1680) a trajetória histórica do termo parte em uma doutrina absolutista específica que justifica a legitimidade do seu poder com base em uma derivação do poder paterno, do qual Adão teria sido o primogênito. Parte do pressuposto de que a família teria sua autoridade total concentrada na figura do pai e marido e que, no momento histórico em questão, incluiria também um contingente de agregados de diferentes gerações e serviços (MIGUEL, 2017).

A partir da segunda metade do século XX, tanto no Brasil como na Europa e na América do Norte, a discussão sobre a relação entre gênero e classe social entra em pauta dentro do movimento feminista (SAFFIOTI, 1969) e continua em debate até os dias atuais, sem encontrar consensos (MIGUEL, 2017). Segundo o autor, a imprecisão histórica do termo patriarcado poder induzir pressuposições de continuidades que podem disfarçar a fluidez das dinâmicas de dominação masculina (MIGUEL; BIROLI, 2014), mas deve-se admitir se uma palavra que possui também uma conveniência política, na medida em que dentro dos debates feministas foi ressignificada como rótulo para a denúncia de desigualdades de gênero.

Dominação masculina e dominação de classes, apesar de serem eixos centrais da estrutura social que se inter-relacionam, muitas vezes são tratados como fenômenos que possuem origens e mecanismos de reprodução distintos (MIGUEL, 2017). Ao refletir sobre as origens da dominação de classes, Marx (1872, p. 836) afirma que “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquelas.” Contudo, como a dominação masculina se constrói nas dinâmicas econômicas e simbólicas não fica claro, uma vez que o ponto central nestas análises é a diferença de classes.

¹ Esta sessão está centralmente ligada às contribuições de Federici (2017). Optei por trazer-la dessa forma por acreditar que suas colocações tenham inovado na forma como as construções de gênero são modificadas a partir do estabelecimento do capitalismo enquanto sistema econômico. Neste momento, a sua voz irá se sobrepor aos demais autores por acreditar que, inicialmente, sua perspectiva possa trazer os maiores ganhos teóricos para a questão. Por isso, essa sessão específica trará, em sua grande parte, narrativas desta autora.

No feminismo marxista, uma vez que a categoria classe seria a fonte de todas as formas de opressão social, nega-se a relevância de todas as demandas feministas (MIGUEL, 2017). Os problemas das mulheres, segundo Saffioti (1969, p. 106) “são problemas de classes sociais manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo”. Por esse motivo, na medida em que a reflexão feminista se torna mais sensível as múltiplas diferenças e formas de opressão, a opressão capitalista fica em segundo plano, tornando o diálogo entre perspectivas teóricas marxistas e as demais quase inexistente. Contudo, se a dominação masculina e de classe possui mecanismos de reprodução e origens complementares, essa falta de diálogo entre as perspectivas teóricas provoca prejuízos para os dois lados (MIGUEL, 2017).

Para compreender como essa relação se dá na atualidade, em um país que ainda possui a especificidade de ter permanecido colônia de Portugal por trezentos e vinte dois anos é necessário que se faça primeiro uma discussão sobre as origens do capitalismo e a queda do sistema feudal na Europa. Para isso, me baseio nas contribuições de Federici (2017) com seu livro *Calibã e a Bruxa*, fruto de uma pesquisa onde buscou compreender as origens históricas da dominação masculina a partir da transição da sociedade feudal para o capitalismo. A autora afirma que a diferenciação entre homens e mulheres na relação servil não era da forma como conhecemos hoje (FEDERICI, 2017) e por isso, seria limitante considerar a origem do patriarcado, enquanto sistema de dominação, como apenas uma progressão do poder monárquico ao qual se refere Filmer (1680). Em outras palavras, uma “sociedade capitalista avançada e pluralista está tão distante dos contornos do caso paradigmático [o patriarcado de Filmer] que rotular a ambos como ‘patriarcal’ é embaralhar e distorcer a realidade” (ELSHTAIN, 1981, p. 215).

Apesar de já ser possível perceber uma certa valorização do masculino sobre o feminino nas relações sociais da idade média, as mulheres eram menos dependentes de seus parentes do sexo masculino, conforme pontua Federici (2017). Isso porque, ao contrário dos homens e mulheres “livres” da atualidade, as pessoas tinham acesso direto a terra, que era o seu principal meio de produção, e por isso, podiam produzir para a própria subsistência, além do trabalho ser organizado para subsistência (FEDERICI, 2017). O pedaço de terra em que produziam era chamado de *manus* ou *hide* e poderia ser repassado para os seus herdeiros em troca do trabalho que obrigatoriamente tinham que realizar nas terras dos seus senhores. A terra os proporcionava certa autonomia e permitia que tivessem a possibilidade de questionar em alguma medida as imposições dos seus senhores, o que não ocorria antes, na relação de escravidão (DOCKES,

1982). Existia também as terras comunais, que a partir de uma administração própria e autônoma fornecia recursos imprescindíveis aos camponeses e poderia ser explorada por todos (BIRREL, 1987).

Contudo, conforme pontua Federici (2017), em meados do século XIII, a tensão entre o campesinato e os senhores feudais cresce. A principal demanda por parte dos servos era para preservar o excedente da sua produção e seus produtos. A resolução para o conflito foi a substituição dos serviços laborais por um pagamento em dinheiro, uma espécie de aluguel, pela terra. Porém, esse a monetização dos impostos provoca uma divisão do campesinato entre dois grupos: os que tinham rendimentos suficientes para pagar o imposto aos senhores em dinheiro e os que se endividaram para paga-los e que, posteriormente, acabaram perdendo a própria terra (HILTON, 1985) Inicia-se assim uma diferenciação de classe, desenvolve-se uma grande massa de pobres que passa a sobreviver de doações, em sua maioria mulheres, que, em geral, foram afetadas bastante negativamente, pois tiveram o seu acesso a propriedade e renda reduzidos, principalmente as que eram solteiras e viúvas. É por essa razão que ao fim do século XII, migram em massa para as cidades. Mesmo vivendo em condição de pobreza, lá encontravam uma autonomia maior em relação a autoridade de seus maridos no campo. Muitas viviam sozinhas com seus filhos (HILTON, 1985). Conforme postula a autora:

Isso porque, na Europa pré- capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens, enquanto no novo regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado (FREDERICI, 2017, p. 192).

Na medida em que essas mulheres foram conquistando mais autonomia dentro da sociedade civil, passam a se proliferar os discursos misóginos sobre as suas condutas dentro dos sermões. Simultaneamente, se proliferam pela Europa os movimentos hereges, diversos grupos que desafiavam a soberania da Igreja. Não é de se estranhar que a maioria dos líderes dos movimentos hereges fossem mulheres, afinal estavam expostas a condições mais precárias após perderem suas terras. Por esse motivo e por outros, passam a ser alvo das estratégias de manutenção da ordem pelas elites políticas e a principal forma de controle das elites políticas, como a Igreja, era sobre a sexualidade. Sobre esses conflitos, Federici (2017, p.72) afirma:

O desafio dos hereges, porém, era principalmente político, já que desafiar a Igreja pressupunha enfrentar ao mesmo tempo o pilar ideológico do poder

feudal, o principal senhor de terras da Europa e uma das instituições que mais contribuía com a exploração cotidiana do campesinato.

Heresia era a acusação genérica que a Igreja utilizava para qualquer tipo insubordinação social e política. Os hereges, por serem em maioria mulheres e pobres, utilizavam diversos métodos para controle de natalidade. Durante a Idade média, também eram utilizadas, desde poções e chás até estratégias como postergar ao máximo o casamento, afinal, ter um filho demandaria recursos, que eram limitados (HOMANS, 1960). Contudo, na medida em que a igreja passa a sentir o seu domínio ameaçado pelos rebeldes, mobiliza aspectos relativos a sexualidade de maneira politizada para manter-se no controle. Se antes a igreja via com indulgência a tentativa das mulheres de controlar a função reprodutiva, agora passa a tratar como crime. Afinal, na sociedade medieval, ter filhos era visto como um custo a mais, não como possibilidade de gerar mais mão de obra como na sociedade capitalista (NOONAN, 1965). Como as mulheres pobres eram as que mais abortavam e as que mais utilizavam estratégias de controle de natalidade, heresia passou a ser relacionada a crimes reprodutivos, especialmente à sodomia, ao infanticídio e ao aborto.

A mudança da postura da Igreja em relação a sexualidade também ocorreu por causa da peste negra e da crise de trabalho. A peste negra matou mais de um terço da população europeia e foi seguida por uma crise do trabalho, uma vez que não haviam servos o suficiente para trabalhar a terra. No geral, esse movimento provocou uma ressignificação da sexualidade e do corpo das mulheres, culminando no movimento de caças as bruxas. O crescimento populacional passa a ser uma questão de controle e preocupação para as elites e torna-se economicamente interessante que as mulheres reproduzissem (BOSWELL, 1981).

A familiaridade com a morte, que provoca uma desobediência das normas, bem como uma sobrecarga de terras a serem produzidas pelos camponeses que sobreviveram a peste negra fez com que aumentassem as greves camponesas e regiões inteiras se rebelaram. O que juntamente com a mudança dos impostos sobre a terra, transformou as relações econômicas e culminou no desaparecimento da servidão, que foi substituída por relações com camponeses livres, que aceitavam trabalhar em troca de um recompensa em dinheiro. Para conter a cooptar a mão de obra destes jovens camponeses que haviam se rebelado, uma das estratégias utilizadas foi dar-lhes acesso gratuito ao sexo (FEDERICI, 2017).

Autoridades municipais italianas, por exemplo, no fim do século XIV, praticamente descriminalizaram o estupro de mulheres proletárias, que eram aquelas de classe mais baixas. Não existia nenhuma pena para casos em que as vítimas fosse mulheres de classe baixa. Homens proletários, que possuíam pouca renda, tinham que postergar o casamento por muitos anos, e dessa forma, passam a se sentir no direito de atacar mulheres em bandos nas ruas para obter delas sexo. Cria-se um clima misógino que degradou todas as mulheres, que viviam em constante tensão e medo de serem agredidas. Para além da violência física que estava intrínseca no ato, ao serem estupradas, eram socialmente taxadas como impuras (ROSSIAUD, 1988).

Esse movimento, segundo Federici (2017) acaba desfazendo a consciência de classe que havia se formado durante a luta anti feudal e instaura um clima extremamente misógino dentro das cidades. Somada a legalização da prostituição, também uma medida da nova política sexual, mas para combater a homossexualidade masculina, a reprodução vai aos poucos se tornando um interesse comum da sociedade capitalista, que necessitava de força de trabalho para se consolidar. Esse primeiro momento de transição para a economia capitalista é chamado de acumulação primitiva.

Acumulação primitiva é o momento, segundo Marx (1872), em que a riqueza foi concentrada e centralizada na mão de poucos, gerando a acumulação de capital. Ele se inicia com a privatização da terra e o fim do campesinato, ou seja, a partir do momento que o acesso à terra não se dava de forma direta. Sobre isso, Federici (2017) afirma:

Não foram os trabalhadores – mulheres ou homens – que foram libertados pela privatização da terra. O que se “libertou” foi o capital, na mesma medida em que a terra estava agora “livre” para funcionar como meio de acumulação e exploração, e não mais como meio de subsistência. (FEDERICI, 2017, p. 146)

A privatização da terra inicia processo de aumento das desigualdades sócia que perdura até hoje. De fato, é apontado por De Paula e Gediel (2017) como a principal dimensão da desigualdade no Brasil e apropriação das terras e a formação de uma estrutura latifundiária. Contudo, na Idade média, não existiam mecanismos de controle sobre os preços como atualmente. Logo, os donos dos meios de produção e das terras possuíam poder indiscriminado para estabelecer os preços dos seus produtos como bem entendessem, o que inaugura um longo período de fome na europa (FEDERICI, 2017).

As mulheres foram as principais afetadas, pois tinham menos acessos que os homens para empregos nas comunas. Isso pode ser percebido pelo aumento na prostituição e por revoltas por comida serem protagonizadas por mulheres, em sua maioria. A pobreza generalizada que se instalou durante esse período faz com que se iniciem a criar mecanismos estatais de assistência aos pobres. Esse é um primeiro passo na construção do estado como garantidor da relação entre as classes e como supervisor da reprodução e da disciplina da força de trabalho (FEDERICI, 2017).

A crença de que as colônias pudessem oferecer reservas infinitas de trabalho e recursos era presente no imaginário social da burguesia nesse período. Contudo, sua chegada no continente americano dizimou quase completamente a população indígena, gerando prejuízos enormes aos europeus. Esses prejuízos econômicos, somados a fome faz com que a insatisfação popular na Europa aumentam cada vez mais a preocupação do estado com a reprodução. É a partir desse momento, segundo Federici (2017), que começam a se desenvolver novos mecanismos para controle da população e não as crises da fome no século XIII, conforme afirma Foucault (2001).

Além disso, o autor denomina a crescente preocupação que se inicia nesse período pelo controle sanitário, sexual e penal do corpo dos indivíduos, juntamente com o crescimento e fluxo populacional como bio poder. O fomento do poder da vida (bio poder), segundo ele, possibilitou que se passasse de uma forma mais autoritária de poder para uma mais descentralizada. Contudo, ao elaborar a História da Sexualidade (FOUCAULT, 2001) ele ignora a forma como a caça às bruxas influenciou o processo de modificação do entendimento sobre o corpo das mulheres.

Por isso, os resultados das pesquisas de Federici (2017), ao considerar a particularidade do controle que se desenvolve sobre o corpo feminino, demonstram que os primeiros elementos do bio poder começaram a se desenvolver antes do fim do Estado jurídico e monárquico, como afirma Foucault (1988). A transição para o capitalismo não foi um processo pacífico, mas conflituoso, que acumulou também diferenças dentro da classe trabalhadora. O controle sobre o corpo das mulheres passa a ser exercido pelo estado no momento em que ele precisa restaurar uma proporção populacional e lança uma verdadeira guerra contra as mulheres. O discurso utilizado na caça às bruxas demonizava qualquer forma de controle de natalidade e sexualidade não procriativa, acusando mulheres, principalmente as mais pobres, de sacrificar crianças para o demônio. Antes, na Idade Média, o infanticídio era visto com certa indulgência, e a partir

desse momento, torna-se crime (FEDERICI, 2017). A pena pra infanticídio na Europa até o século XVIII era a morte, contudo motivação que as mulheres encontravam para matar seus filhos eram em sua maioria econômicas.

O infanticídio era um crime que, provavelmente, fora mais cometido pelas mulheres solteiras do que por qualquer outro grupo na sociedade. Um estudo do infanticídio no começo do século XVII mostrou que de sessenta mães, cinquenta e três eram solteiras e seis, viúvas (MENDELSON; CRAWFORD, 1988, p. 149).

Nesse momento, o discurso naturalista da Igreja Católica passa a considerar a procriação um fato da natureza, mas deve ser historicamente contextualizada, pois, assim como todas as demais atividades humanas, é influenciada por interesses e relações de poder diversas. Na idade média as mulheres haviam contado com diversos métodos contraceptivos, que consistiam basicamente em ervas transformadas em poções e “pessarios” A criminalização do controle das mulheres sobre a procriação as destitui desse saber, que havia sido transmitido de geração em geração (RIDDLEJOHN, 1997).

O mesmo movimento ocorreu nos países que foram colonizados. Os povos nativos das colônias também possuíam conhecimentos sobre capacidades medicinais e conhecimentos próprios que foram perdidos. Os que não se perderam completamente, foram apropriados pelo sistema econômico capitalista e ressignificados nesse processo. As dinâmicas entre os sexos também foram afetadas, uma vez que a Igreja Católica se empenhou em catequizar os nativos e apresentar-lhes a verdade de Deus. Esse foi um processo também duro e cheio de conflitos, onde as mulheres indígenas, acabaram sendo as principais prejudicadas e por isso, assim como na Europa, lideravam as principais insurreições contra os colonizadores (FEDERICI, 2017).

Sobre as consequências da mudança do discurso sobre a procriação que foi disseminado nesse período, Federici (2017, p.167) aponta:

Aqui quero apenas ressaltar que, ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido para sociedades anteriores.

A autora ainda demonstra que a discriminação que as mulheres passam a sofrer nesse período em relação ao trabalho assalariado está intimamente relacionada a construção da sua função no âmbito doméstico. Segundo a autora, isso ocorreu pois os homens da classe trabalhadores

estavam aliados aos interesses das elites em relação a exclusão das mulheres. Muitas vezes, as mulheres eram contratadas por menores preços e sua gradativa exclusão do mercado foi a solução encontrada para apaziguar os artesãos rebeldes pelas elites econômicas da época. Para os interesses deles, o fato de o trabalho feminino se associar ao trabalho doméstico, permitiria que os homens se concentrassem no trabalho de produção (FEDERICI, 2017).

A exclusão das mulheres do mercado não ocorreu, porém, sem certa resistência. A principal estratégia que as mulheres pobres, até mesmo as casadas, encontravam para de alguma forma obter renda era por meio da prostituição. Contudo, na medida em que se torna uma fonte de renda pra grande parte da população feminina a atitude institucional a respeito dela mudou: surgem novas restrições e depois ela é criminalizada. Com o período de acumulação primitiva, as mulheres se tornam aquilo que as terras comunais haviam sido durante a Idade média: meio de reprodução básico e bem comum, que qualquer um poderia se apropriar e usar segundo a sua vontade (FEDERICI, 2017).

Isso porque, na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens, enquanto no novo regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado (FEDERICI, 2017, p. 192).

A família nuclear e patriarcal é um ambiente que se modifica a partir destas novas dinâmicas sociais. Agora, os trabalhadores de indústria artesanal não adiam ao máximo o casamento como era feito durante a Idade Média, mas passam a depender dele, pois a esposa funcionaria como uma ocupação auxiliar. A família se desloca para a esfera privada e se torna a base da reprodução da força de trabalho. O casamento, passa a ser visto, para as mulheres, como uma carreira, já que não tinham espaço no mercado de trabalho (FEDERICI, 2017). Difundia-se também o discurso sobre a incapacidade da mulher de sobreviver sozinha e o seu trabalho como reservado ao trabalho doméstico, aquele que era realizado em casa.

Por isso, a autora afirma que a partir desse momento as negociações do contrato sexual de Pateman (1993), passam a ser definidos. Mulheres perdem o direito de realizar atividade econômica por conta própria e o medo começa a dividir espaços sociais. Contudo, é somente com a caça as bruxas que a disciplina do trabalho capitalista se instaura, aprofundando a divisão entre homens e mulheres, destruindo um universo de práticas e inculcando nos homens o medo das mulheres (FEDERICI, 2017).

Quantas bruxas foram queimadas, questão controversa dentro da pesquisa acadêmica sobre a caça às bruxas, contudo fica claro que sua natureza foi política por necessitar de uma colaboração entre a igreja e o clero para a execução das sentenças da inquisição. Foi, nesse sentido, o primeiro espaço de unidade política na consolidação dos estados-nação (TREVOR-ROPER, 1972, p.122). Nesse sentido, a autora afirma:

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura.

Era uma acusação obscura, que tornava-a quase impossível de comprovar e que por isso poderia ser utilizada arbitrariamente. Além de contribuir para o processo de degradação das mulheres que já estava em curso. As acusações eram comprovadas por meio de tortura, que muitas vezes incluía momentos vexatórios em espaços públicos. Basicamente, as mulheres eram acusadas de vender a alma ao diabo, como uma espécie de casamento perverso. Contudo, a campanha para incitar o medo da bruxaria foi bem sucedida em segregar homens e mulheres, por isso, homens tinham medo que suas mulheres pudessem ser bruxas e por isso, nenhuma organização masculina se opôs a perseguição (FEDERICI, 2017).

A caça às bruxas chegou ao final no século XVII após dois séculos de controle e degradação da figura da mulher. Ela só cessa, pois a classe dominante passa a desfrutar de uma crescente sensação de segurança e com o tempo, a crença em bruxaria passa inclusive a ser considerado algo ridículo. Na medida em que os estados nacionais foram se consolidando, criando seus próprios aparatos legais, os crimes sexuais passam a ser normatizados por leis menos arbitrárias e mais específicas em suas razões e penalidades (FLETCHER; 1995).

Nas colônias, a caça às bruxas também foi utilizada como uma forma de desumanização e de destruição da resistência dos povos colonizados. Mas as mulheres também foram as mais prejudicadas. Em muitas religiões pré-colombianas, elas ocupavam posições de poder e por isso, se opuseram mais ferrenhamente à dominação espanhola. Com a reestruturação da economia e do poder político pelos espanhóis em favor dos homens, as organizações, as

atividades e o reconhecimento social das mulheres nestas sociedades se modificaram também, contudo, com as próprias particularidades do contexto de colonização (DELUMEAU; 1989).

Nas colônias, em um primeiro momento, retoma-se a escravidão, que na Europa ocidental já não existia desde o fim da alta idade média. O discurso missionário religioso da Igreja católica que de que os povos nativos deveriam ser catequisados teve um papel importante nesse processo como justificativa moral da escravidão. As mulheres escravizadas desenvolviam estratégias de sobrevivência e redes de mulheres que por meio da apropriação, e a concentração nas mãos de mulheres dos meios fundamentais para a sua subsistência, começando pela terra, pela produção de alimentos e pela transmissão de conhecimento e cooperação (DELUMEAU, 1989). Em outros países como a Índia, a caça às bruxas também ocorre, por volta de 1870 e ainda hoje, na África a acusação de bruxaria ainda é uma forma utilizada para degradação social de mulheres. Mesmo com o fim do colonialismo, as relações de poder que se desenvolveram durante esse período, permanecem marcadas em continuação da dominação no novo mundo, mas numa nova realidade histórica, própria das suas particularidades (FEDERICI, 2017).

No entanto, o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a “anexação da América” e sem o “sangue e suor” que durante dois séculos fluíram das *plantations* para a Europa. Devemos enfatizar essa questão na medida em que ela nos ajuda a perceber o quão essencial foi a escravidão para a história do capitalismo e por que, periódica e sistematicamente, sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma grande crise econômica, a classe capitalista tem que pôr em marcha um processo de “acumulação primitiva”, isto é, um processo de colonização e escravidão em grande escala, como o que testemunhamos atualmente (BALES, 1999, p.207).

Para Mignolo (2017) com as invasões europeias, a formação das Américas e do Caribe e com o tráfico de escravos se constituiu a colonialidade, uma matriz de poder que compõe um sistema de dominação centro/periferia. Maria Lugones (2014) em seus estudos sobre as formas como gênero e a sexualidade se configuram dentro deste sistema pontua que essa matriz de poder perpassaria todos os aspectos da construção de conhecimentos desses países. Um movimento produção própria do conhecimento, a partir do lugar onde nos situamos (DIAZ LEDESMA, 2016).

Alguns feminismos atuais, para romper com a hegemonia que existe em algumas correntes do movimento que acabam reproduzindo racismo e classismo (LUGONES, 2014), se propõe a uma investigação descolonizadora do conhecimento (NAVAZ; CASTILLO, 2008). Os modos de conceber o mundo nesses países tem suas origens em essas matrizes coloniais (SEGATO,

2010). As relações de gênero, nesses países, se constituem a partir de marcos moralizantes fortes, herança da caça às bruxas (DIAZ LEDESMA, 2016).

Em alguns países da África, principalmente na República Democrática do Congo e em Angola, acusações de bruxaria tem ressurgido e se tornado uma preocupação do governo. Os acusados geralmente são crianças orfãs e os acusadores são membros da própria família ou da comunidade. As concepções de feitiço e feitiçaria que se desenvolveram nessas comunidades tem estado relacionados com a cosmologia cristã (MACGAFFEY, 1986). Friedman e N'Senga (2002) defendem que isso ocorreria por uma sobrecarga econômica que as crianças representam nas famílias, e essa seria uma das formas que encontraram de livrar-se delas, aproveitando da sua vulnerabilidade. A suspeição gerada a partir das acusações cumpre a função de redesenhar as fronteiras existentes no espaço público angola. Assim como a caça às bruxas na Europa, cumpre uma função política, redesenhando as relações entre família, igreja e Estado (PEREIRA, 2008). Para compreender como as acusações de bruxaria ainda são mobilizadas pelas dinâmicas de força capitalistas na modernidade é necessário os estudos medievais tenham uma comunicação social e uma inserção institucional mais significativas.

A caça às bruxas é um tema que apesar de sua antiguidade, permanece contemporâneo, e é fundamental para compreender as dinâmicas de gênero na sociedade capitalista, onde todos os caminhos de poder se encontram quase inteiramente em mãos masculinas. O Estado, que se formou com base na família nuclear burguesa, vai aos poucos se ajeitando as mudanças que ocorreram a partir da entrada das mulheres no mercado (MIGUEL, 2017). Compreender as novas configurações da reprodução da força de trabalho nesse contexto é fundamental, tendo em vista que a divisão entre o público e o doméstico é fundante do patriarcado (RUBIN, 1993), mas é uma divisão que nos últimos tempos vem tendo os seus limites exponencialmente alterados. Se há alguns anos aos corpos femininos fossem definidas regras de comportamento que reificam e reprimem a sexualidade, destinando as mulheres a uma vida no âmbito privado, cuidando dos filhos e dos maridos, como colocado por Rubin (1993) atualmente como esses limites estão menos claros, as formas de controle sobre os corpos femininos, principalmente no que tange a reprodução, também tem se modificado.

Rohden (2002) coloca que o desenvolvimento das especialidades médicas foi fundamental para o desenvolvimento do agenciamento sobre os corpos femininos, principalmente durante os séculos XIX e XX, estabelecendo padrões de normatização da vida como um todo. A

criminalização do aborto é um exemplo de uma normatividade institucionalizada exercida pelo poder estatal, exercendo impactos no controle da vida e dos corpos, além de representar uma incongruência no discurso de laicidade que o Estado brasileiro assume a partir da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 19. Contudo, essa incongruência pode ser compreendida se considerarmos o papel fundamental que a Igreja Católica assume na disputa sobre questões reprodutivas no Brasil (LUNA, 2013), como uma sociedade de matriz histórica europeia. Efetivamente, até recentemente ela foi capaz de produzir “os nexos simbólicos e institucionais mediadores de diversas eticidades” nas sociedades com essa matriz (MONTERO, 2009, p. 205), mesmo que exista a convivência em um mesmo espaço político de uma pluralidade de concepções de mundo e de formas de vida. No âmbito do direito, então, a religião cristã ocupa um lugar de privilégios, conforme confirmado no debate público nos âmbitos legislativo e judiciário sobre a pesquisa com células-tronco embrionárias e sobre aborto de anacéfalos, regulamentando os sentidos de valor sobre a vida (LUNA, 2013).

Atualmente as principais formas utilizadas para induzi-lo são medicamentosas, conforme aponta a pesquisa FPA/Sesc (2010), seguida por clínicas clandestinas, remédios caseiros ou parteiras. O fato de estarem sozinhas é o principal motivo apontado para que tomassem essa decisão. As mulheres que mais sofrem com a criminalização são justamente as que se encontram nas classes sociais mais baixas e que encontram maiores obstáculos para interromper a gravidez. Atualmente, o movimento feminista não tem conseguido ampliar o debate sobre o tema para demais âmbitos da sociedade, que encontram respaldo em discursos moralizantes e religiosos (FARIA, 2013) e por isso, compreender como a prática discursiva tem se modificado se torna fundamental para traçar novos caminhos e alcançar o grande número de indecisos sobre o tema que não tem consciência sobre sua importância social (ROSALDO-NUNES; CITELLI, 2013).

Nós, mulheres, deparamo-nos pela primeira vez com a prática do aborto por meio de conversas com pessoas próximas sobre experiências que ocorreram muitas vezes com amigas da escola ou da vizinhança. As formas como é feito, tratado e as experiências que são narradas remontam várias gerações e variam de acordo com o contexto histórico e cultural em que estamos inseridos. Atualmente, as relações de poder que mediam as experiências humanas, tornam a reprodução uma experiência desafiadora, que pode expressar para alguns corpos femininos empoderamento ou até mesmo humilhação. A maternidade é expectativa social tratada de forma naturalizada, como uma essência do ser feminino, que pesa sobre os nossos corpos para que

possam ser valorizados socialmente. Por isso, corroboro com a colocação do debate em torno do aborto como central para a mudança das dinâmicas de poder socialmente construídas em torno do dispositivo de gênero (FARIA; 2013). Pensar sobre os discursos que se formam nas redes virtuais sobre o tema pode permitir compreender como essas relações tem se modificado a partir destes novos territórios de disputas. A intensidade do debate sobre o tema muda com o tempo, alternando momentos de maior ou menor abertura para a discussão do aborto de acordo com a conjuntura política e interesse econômicos. Da mesma forma, são mutáveis também as estratégias de luta pela legalização que buscam, constantemente, modificar as políticas públicas.

4 CAMINHOS ACESSADOS PARA A PRODUÇÃO DOS DADOS

As pesquisas que se posicionam enquanto qualitativas, devem atentar-se para o estabelecimento uma posição coerente entre seus posicionamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. (GOERTZ; MAHONEY, 2012). Deixar esses posicionamentos implícitos torna impossível a adequação das escolhas metodológicas para o estudo (AMIS; SILK, 2007), além de desconsiderar as relações de poder que influenciam a produção de verdades, que é historicamente condicionada e não pode se pretender objetiva nem neutra (FOUCAULT, 1988). Além de reforçar dinâmicas de poder hegemônicas, o não situar-se pode acabar também deslegitimando alternativas metodológicas e diferentes possibilidades de produção de conhecimento nos campos de pesquisa social (REY, 2005).

Usei o rizoma como metáfora ou elemento operatório, como proposto por Barreto, Carrieri e Romagnoli (2020), da prática cartográfica para **rizomatar a produção de verdades sobre o aborto nas narrativas veiculadas por diversos agentes sociais na internet**. O rizoma permitiu explorar a realidade considerando seus processos dinâmicos e interações ocultas (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Inicialmente, escolhi essa abordagem teórica para analisar as narrativas sobre o aborto por acreditar que ela pode evidenciar novas possibilidades de luta e resistência (DELEUZE; GUATTARI, 1995). No próximo tópico explorarei mais profundamente as bases do pensamento desses autores, partindo de uma breve explicação do que é a Filosofia da Diferença.

4.1 Rizoma como elemento operatório da prática cartográfica

Para compreender o conceito de rizoma, início a sessão pontuando alguns pontos da perspectiva ontológica de Deleuze e Guattari (1995) que servem como pano de fundo para o conceito de rizoma. A perspectiva ontológica proposta pelos autores é denominada Filosofia da Diferença, por essa ser, segundo eles, a essência da vida (MACHADO, 1990). Para Deleuze e Guattari, o mundo seria pura diferença, o que inviabiliza qualquer forma de pensamento ou mesmo de vida que opere via criação de modelos ou categorias homogeneizantes. Nessa perspectiva, consiste em um modo de pensar que se contrapõe à lógica da representação característica da tradição platônica que, ao se fixar na busca de uma essência das coisas, valoriza a representação e a identidade. Para os filósofos da diferença, a identidade é uma mera convenção que nos permite a prática cotidiana da vida. Entretanto, se levada a cabo como status constitutivo das coisas (as

coisas como elas são), torna-se uma forma de opressão que busca eliminar as diferenças. Em contrapartida, o que se advoga é um pensamento que reconheça a complexidade inerente à vida e às suas relações.

Tal complexidade se faz evidente por meio do conceito de rizoma. Ela se baseia no entendimento da realidade enquanto um rizoma de linhas e formas de forças coletivas e vetores no qual todos estamos envolvidos (DELEUZE; GUATTARI, 2011). O rizoma é, para a biologia, uma raiz. Por isso, cresce subterraneamente, de forma não visível, mas diferente das raízes pivotantes, é fasciculado, sem um ponto central. Os planos da experiência do viver são ocultos e cheio de dinâmicas e jogos de força que formam uma rede, um rizoma, no qual tudo é conectável, sem início nem fim, certo nem errado assim como as raízes de tubérculos de raízes fasciculadas (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Essa rede é constituída por linhas mais duras e outras mais flexíveis. As primeiras tendem a codificar e classificar, enquanto as segundas são mais criativas, inventivas e não se assujeitam, oferecendo resistência a norma (BAREMBLITT, 2012). Coletivamente, a partir delas, se constroem as diferentes subjetividades dos indivíduos (ROLNIK, 2016).

Como anteriormente pontuado, ao afirmar que a vida acontece apartada dos sentidos que são atribuídos a ela, Deleuze rompe com a lógica da representação que está por trás da construção do conhecimento na modernidade (PÉRAN, 2013), por meio das abordagens ontológicas realista e subjetivista que vem sendo amplamente utilizada no campo dos estudos organizacionais (CAVALCANTI, 2016) e também em outros campos do saber dentro das ciências sociais (TRIVIÑOS, 2006). Para o autor, as duas abordagens se agarrarem a noção de teoria como um representação, com a única diferença de que a segunda se apoiaria a noção de um sujeito soberano (CAVALCANTI, 2016). Para ele, a autorreflexão acerca da experiência, base da abordagem subjetivista, acontece em alguns momentos pelos sujeitos, contudo, não é suficiente para que se possa produzir o conhecimento.

Em *Mil Platôs* (1980), livro que nasce da colaboração entre o filósofo Deleuze e o psicanalista Guattari, os autores propõem uma construção do pensamento que seja igualmente rizomática: sem começo e nem fim, a partir de múltiplas entradas e saídas, que se irradie em várias direções. Os processos operam a partir de multiplicidades e estão em constante estado de transformação, por isso, o olhar dos pesquisadores que se aventuram nesses caminhos, deve sempre se atentar para a imanência. A principal contribuição desse modo de pensar dentro da área de estudos

organizacionais, conforme pontua Cavalcanti (2016), está em conhecer novos arranjos de conteúdo e expressão, revelando elementos que as formas de conhecer dominantes desconsideravam.

A filosofia de Deleuze trata das singularidades da vida de maneira poética, ao considerar a criatividade e a mudança ao afirmar a diferença (DELEUZE, 2006). Para pensar a diferença só se torna possível abandonando verdades supremas e pensando na repetição como uma modificação e uma inflexão que torna inteligível a diferença e a distância de uma noção de caos indiferenciado (CAVALCANTI, 2016). De fato, para ele, a existência das repetições se daria por “uma singularidade contra o geral, uma universalidade contra o particular, um notável contra o ordinário, uma instantaneidade contra a variação, uma eternidade contra a permanência” (DELEUZE, 2006, p. 21).

O pensamento, para ele, é algo inerente ao ser, que se dá a partir dos encontros com aquilo que nos força a pensar e que nos provoca impressões. Ou seja, aquilo que “pode ser apreendido sob tonalidades afetivas diversas, admiração, amor, ódio, dor” (Deleuze, 2006, p. 203). Nesse sentido, rompe com a maneira de pensar que se atenta a uma maneira de pensar linear, historicamente progressiva, mas privilegia a constituição de espaços que são, acima de tudo, antagônicos. O sujeito, na perspectiva Deleuziana, é um ser do subsolo, que não se reconhece nos pressupostos objetivos e nem subjetivos, mas que ao experimentar a multiplicidade ultrapassa o que lhe é dado inventando novas formas de se situar no espaço (DELEUZE, 2006).

Para construir sua proposta ontológica Deleuze rompe com a noção de estrutura estática que embasa grande parte dos estudos das suas perspectivas, o agenciamento dos sujeitos, para Deleuze e Guattari, (1995), é dinâmico e supõe movimento e transformações, a partir de vários estratos, ou estruturas visíveis. Nessa perspectiva, ocorreria agenciamento a partir da interação entre “um conjunto de relações materiais e um regime de signos correspondentes” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 21). Encontrar espaços online onde o agenciamento a partir da interação ocorresse foi um dos principais desafios desta pesquisa, que serão explorados durante a sessão de entrada no território. Nos territórios virtuais ocorre uma multiplicidade de narrativas que refletem diferentes modos de viver, todas necessária a constituição da vida à seu próprio modo.

Dentro do campo de pesquisa da administração, essa é uma pesquisa qualitativa sustentada sobre uma perspectiva teórico e epistemológica pós-estruturalista. Para fugir das estruturas pré-concebidas e da dicotomização dos modos de viver o aborto nas redes, nenhum conhecimento foi considerado *a priori* como absoluto, a não ser aquele que partiram das impressões sobre a produção dos dados. Os diversos domínios do saber foram utilizados de maneira transversal, unindo conhecimentos sobre informática, netnografia, organizações e linguística, e possibilitando novas formas de conhecer (CAVALCANTI, 2016). Entender que apesar da opção por uma teoria ser necessária para definir o sistema de representações capaz de articular diferentes categorias para permitir ao pesquisador observar alguns fenômenos elas são sistemas abertos e não resultados finais, que por isso, ao mesmo tempo em que permite ver alguns fenômenos, limita a percepção de outros.

Se entendermos como realidade parte de um processo interpretativo, enquanto a produção de conhecimento é uma atividade humana que existe a partir de um processo construtivo-interpretativo (REY, 2005). Torna-se inevitável que a subjetividade do pesquisador seja afetada pela construção de sentidos engajada no seu processo de pesquisa ao mesmo tempo em que ele, em certa medida, afeta intelectualmente o processo. Não acho que existam temas de pesquisa que são mais fáceis ou mais difíceis que os outros, mas falar de aborto é um tema particularmente espinhoso, tendo em vista os aspectos de cunho moral e religioso e a forte sanção social em torno do tema. Por isso, a investigação do aborto também requer cuidados metodológicos específicos e uma atenção especial às implicações éticas no manejo do tema (MENEZES; AQUINO, 2009). Concordo com a pontuação de Bastos e Biar (2015) de que, uma vez que os conhecimentos produzidos no campo são alvos de uma construção ativa inserida em um diálogo multidisciplinar entre as diversas formas de pensar as práticas humanas. Por isso, a validade do conhecimento produzido está ligada principalmente ao compromisso ético do pesquisador. No caso da pesquisa, com interpretações que se comprometem a desconstruir práticas injustas e transforma-la.

O fazer ciência parte de um processo de construção e significação do pesquisador que adquire também significação para o conhecimento social. Os espaços sociais geram formas de subjetivação aos quais integramos nossas identidades e podemos produzir novos sentidos subjetivos. Nesse caminho, uma constatação é científica na medida em que for capaz de inaugurar zonas de sentido a partir dos desafios apresentados pelo modelo teórico escolhido (REY, 2005). Inicialmente, a partir das reflexões proporcionadas pela literatura me parecem

que os principais produtores de narrativas nesse sentido são as instituições religiosas, o governo, organizações da sociedade civil e grupos feministas, mas durante a produção se evidenciou como cada um dos indivíduos produzem modos de viver diferentes a partir das suas próprias narrativas sobre o aborto.

Ao mesmo tempo que os ambientes online pode representar uma nova possibilidade de território para discussão do tema, também limita de certa forma as narrativas que serão coletadas, uma vez que nem toda a população brasileira, têm acesso ou utilizam as redes para esse fim. Contudo, se trata de um território típico da modernidade, que está intimamente relacionado com o devir, proposto pela perspectiva da filosofia da diferença e onde narrativas sobre o aborto surgem espontaneamente. Visto que é uma prática ilegal no Brasil, a entrevista com mulheres ou com grupos que se organizassem em torno da indução do aborto é eticamente problemática e poderia acabar expondo indivíduos. Considerei, por esse motivo, que as narrativas que expressam modos de viver o aborto que já estivessem presentes na internet seriam meu ponto de partida para cartografar os modos de viver o aborto.

O caminho metodológico que Deleuze julga adequado para compreender esses processos é o da cartografia, enquanto uma prática performativa de pesquisa que permite que o conhecimento se construa com o outro e não sobre o outro (SILVA; FIGUEIREDO, 2018). Metodologicamente, para que se faça uma cartografia é necessário que se desprenda de técnicas engessadas. Ela pressupõe que o pesquisador esteja aberto para o encontro com aquilo que estará exposto no território intersubjetivo em que irá se aventurar, e, nesse sentido, os conhecimentos sistematizados podem se tornar um obstáculo (SILVA; FIGUEIREDO, 2018). Por isso, afirma-se que o método cartográfico:

não se define pelos procedimentos que adota, mas é uma prática e uma atividade orientadas por uma diretriz de natureza não propriamente epistemológica, mas ético-estético-político. Diversos procedimentos podem ser adotados no que concerne a técnicas de entrevistas, análise dos dados, estratégias e dispositivos de pesquisa existentes (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2013, p. 218).

O conhecimento produzido a partir da cartografia se encontra em uma zona intermediária onde é possível perceber as (des)conexões que existem entre as pessoas e o complexo de forças que circulam nos seus corpos (SILVA; FIGUEIREDO, 2018). Nessa pesquisa, me coloquei na posição de cartógrafa das narrativas produzidas sobre o aborto. Outro motivo que permeou a

escolha dos métodos cartográfico para essa pesquisa é proposta política de descolonização da ciência, fornecendo bases teóricas para uma epistemologia própria do Sul (PERUZZO; 2016) que é possibilitada pela cartografia. Sendo uma alternativa a produção eurocêntrica do conhecimento, buscando trazer a luz a existência de múltiplos saberes e proporcionar que a crítica seja feita também fora das instituições universitárias (MALDONADO-TORRES, 2008). Considerando como agentes ativos e atuantes de produção do conhecimento sujeitos que muitas vezes não estão inseridos no espaço de produção de conhecimento científico. Por isso, os dados em uma pesquisa cartográfica não são apenas coletados, como nas propostas metodológicas que predominam no campo. São parte do processo cognitivo que o pesquisador estabelece com o que busca, construindo um plano comum. Por isso, podemos dizer que cartografar é a construção deste plano comum (KASTRUP; PASSOS, 2013).

O olhar do pesquisador em uma pesquisa cartográfica deve se voltar, de acordo com Deleuze para o território e o coletivo, por buscar compreender as interações entre forças narrativas, a ética, por existir a partir de um conjunto de critérios e referências, a uma estética, que dá forma ao modo de expressão do conjunto. Por isso, podemos dizer que nessa pesquisa a cartografia irá nos permitir compreender as relações de força que compõe o campo do debate sobre o aborto no Brasil, que se constitui no agenciamento de infinitos modos de ser.

A entrada no território foram os fóruns de discussão, conhecidos popularmente como *chans*, onde indivíduos se posicionam sobre diversos temas. Esses fóruns, enquanto ambientes onde as narrativas são em sua maior parte masculinas me forneceram as bases para captar as diferenças que cada sujeito colocava na significação do tema. A cartografia enquanto método geralmente se coloca enquanto pesquisa-intervenção, por se propor a mapear todo o processo de movimento de criação e continuidades dos diálogos, afetos e acontecimentos (PAULON, 2005) e os *chans* eram ambientes onde esses processos e diálogos já aconteciam de forma espontânea. Contudo, tendo em vista a natureza masculina dos modos de viver encontrados ali, em um segundo momento privilegiei a produção dos dados em grupos de discussão de mulheres e que tinham um escopo diferente, para compreender como os efeitos de poder e as experiências que esses diferentes modos de vida criam.

4.2 Situando a netnografia na produção de dados

A primeira parte exploratória da produção dos dados nos diferentes domínios acessados foi ancorada por técnicas de inspiração netnográfica que auxiliaram a captar a complexidade necessária para a apreensão dos processos de construção do sentido das narrativas. Ao estudar culturas e comunidades on-line emergentes, mediadas por computador, ou comunicações baseadas na *internet*, me baseio na proposta de Kozinets (2002) que estabelece as similaridades do território online e o material. O antropólogo solitário do modelo malinwiskiano, que passava longos períodos fora de casa, convivendo com um grupo de cultura diferente da sua própria, geralmente um homem branco padrão normativo, que foi consolidado nas origens da técnica etnográfica, hoje em dia dá lugar a uma amplitude de novas aplicações das técnicas antropológicas e novas experimentações do território.

Segundo Kozinets (2002) o pesquisador ao ingressar no campo o autor afirma que o pesquisador deve ter consciência do tema investigado para poder saber a quem deve se dirigir para obter informações sobre determinado tema. Durante o processo de entrada, deve também compreender qual os tipos de comunidades online que os sujeitos participam e observar a interação dos seus membros a fim de se obter alguma informação sobre a identidade cultural dos integrantes. O autor pontua que a atenção deve estar voltada para o comportamento dos grupos nesses espaços e não aos indivíduos em si. Contudo, isso só foi utilizado na pesquisa para demonstrar os contextos produção das narrativas, uma vez que as narrativas em si exprimiram modos de viver o aborto, que são individuais. Na sua particularidade, os sujeitos são capazes de inventar novas formas de se situar no espaço a partir de um agenciamento que é dinâmico (DELEUZE, 2006) a partir da interação entre “um conjunto de relações materiais e um regime de signos correspondentes” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 21)

A virtualidade da comunicação possibilitada pela internet criou novas formas de interação tanto entre indivíduos como entre indivíduos e grupos. Cria-se uma rede de cadeias de trocas e interações entre os usuários que ocorrem dentro da noção de territórios. Entendo que por isso, a noção de não-lugar proposta por Augè (1994) também pode ser aplicada nestes espaços. Segundo o autor: “um não lugar não se define mais como identitário, relacional, nem histórico, só pode ser pensado como um não-lugar”. [Então, a sociedade contemporânea é produtora de] “não-lugares, de espaços que não apresentam as características de lugares antropológicos e que, ao contrário da modernidade budelairiana, não integram os lugares antigos”(). O lugar é histórico na medida em que conjuga identidade e relação com uma estabilidade mínima. Contudo, sem perder de vista que, ainda assim, que o lugar se encontra no não lugar e o não

lugar no lugar. Exercitando um fenômeno da desterritorialização reterritorializando-se na própria desterritorialização, onde os dois são duas polarizações que nunca se realizam completamente.

Os espaços online são, na perspectiva do autor, não lugares. Neles, são propostos ao usuário um “manual de utilização” em forma de códigos ou até mesmo de uma linguagem específica. A relação do usuário com o não lugar é contratual, podendo ser tanto de comércio, trânsito, comércio ou lazer. No caso do ciberespaço, o usuário interage não apenas com a interface, mas também com o conteúdo (ROCHA, MOTARDO, 2005). O ingresso no território online, como em qualquer território real, exige que o estrangeiro se atente a linguagens, rituais e protocolos daquele espaço, que permitem ao pesquisador operar e ter consciência que está se relacionando com outra temporalidade e espacialidade. O participante, apesar de cumprir todos os rituais exigidos, terá também liberdade para atuar de acordo com os seus interesses e maneira de viver.

É importante pontuar que na abordagem netnográfica o ato comunicativo difere das abordagens tradicionais da etnografia porque: 1) é mediada por computador; 2) está disponível publicamente; 3) é gerada em forma de texto escrito; e 4) as identidades dos participantes da conversação são mais difíceis de serem discernidas (KOZINETS, 2002). Além do mais, na abordagem netnográfica, é possível combinar outras técnicas de produção de dados a fim de se obter uma compreensão mais ampla sobre determinada população estudada. A comunicação nos territórios online pode ser síncrona e assíncrona. As comunicações síncronas exigem que participem dois ou mais usuários, e as mensagens enviadas são recebidas imediatamente, como são o caso das salas de bate papo, messenger, telefone, Skype, etc. Já no caso das comunicações assíncronas, os participantes se comunicam em tempos diferentes, como e-mails, fóruns e listas de discussão.

Nesta perspectiva, o pesquisador, embora se posicione na mesma escala das redes que seus informante, não está situado nelas, no sentido que Donna Haraway atribui ao termo. O pesquisador goza do privilégio de mediar a relação da produção do conhecimento academicamente legitimado e os processos empíricos que são seu “objeto” (CESARINO, 2014). A internet possui recursos digitais próprios que o usuário deve ser capaz de compreender e utilizar. Como na etnografia, a pesquisa dentro dos ciber espaços podem utilizar uma série de conceitos que foram cunhadas nos estudos de territórios feita pela antropologia, levando em conta que, apesar das suas particularidades, as noções de tempo e espaço continuam mantendo

a sua importância. As falas de mulheres no ciber espaço se aproveitam das novas possibilidades de protagonismo que ele proporciona. Criam-se redes de empatia, apoio e adesão onde as mulheres falam e podem ser ouvidas. Assim como territórios onde seus pontos de vista são claramente excluídos.

Os fenômenos, mesmo que as condições de espacialidade sejam diferentes, são parecidos. Ocorrem fenômenos similares aos território físicos como ressignificação dos conceitos. Atenção especial foi dada ao ciber acontecimentos que segundo Jungblut (2015), se origina de um conceito oriundo da comunicação (JUNGBLUT, 2015), chama de ciberacontecimento: “[...] episódios em que há ‘propagação explosiva de informação’ no ciberespaço causada pela divulgação de fatos com grande capacidade de mobilização de atenção através, quase sempre, de material visual, sonoro ou audiovisual” (JUNGBLUT, 2015, p. 21). Justamente por sua rapidez de propagação e por seu alcance, esse tipo de evento é comumente chamado, na própria linguagem da internet, de “viral”, eventos cuja temporalidade, se congelada na etnografia, poderá perder uma dimensão importante do que lhe é característico, seu ritmo, sua capacidade de transformação no tempo, sua duração.

A forma de percorrer esses espaços foi como a do flaneur de Benjamin, de movimento transitório, fugido, efêmero e típico da modernidade. Atentando-me a sensibilidade de cada um dos espaços percorridos. Enquanto na tradição da etnografia, após uma observação densa do universo pesquisado por um período prolongado de tempo, a própria apreensão do campo pelo pesquisador já constitui os resultados da pesquisa. No contexto da análise narrativa, a inserção do contexto da pesquisa irá ancorar as análises dos discursos produzidos no campo. O capítulo das análises intitulado Temáticas, atores e construções sociais irá representar exatamente o processo de fundamentar as bases para interpretar os significados da dos ao aborto dentro dos espaços analisados (DENZIN, LINCOLN; 2007).

4.3 O significar a vida por meio de narrativas

A análise narrativa foi escolhida no contexto dessa pesquisa para a análise dos dados. Sua proposta, originada dos estudos em linguística vem sendo aplicada em áreas diversas do conhecimento como uma forma de atingir o inteligível da vida social organizada, uma vez

que é por meio da narrativa que os indivíduos organizam suas experiências de vida e expressam sentidos sobre seus modos de vida (BASTOS, BIAR; 2015). Além disso, essa forma de tratamento dos dados é interessante enquanto proposta para pesquisas cartográfica na medida em que considera o ato de narrar uma prática discursivo interacional situada, que organiza a experiência humana e constrói sentidos culturalmente relevantes.

Conforme aponta Mello (2016) a questão da experiência é um ponto em comum da pesquisa narrativa com a abordagem netnográfica, contudo, o lugar atribuído a ela nas duas metodologias é diferente. Na abordagem netnográfica a experiência tenta ser compreendida a partir do grupo, o pesquisador tenta entender como todos os demais estão vivendo a mesma experiência naquele momento, enquanto o pesquisador narrativo vive a experiência como um *insider* e depois volta para tentar contar, recontar, compor sentidos da experiência vivida (MELLO, 2016). Ainda segundo a autora, a complexidade que marca a realidade permite que o lugar do pesquisador mude, dependendo dos seus objetivos. Os pontos de contato são múltiplos e só tendem a contribuir para a construção de conhecimento, por isso, optei por abordar o campo das duas formas, em momentos distintos. Em alguns momentos a participação era intensa, como um pesquisador narrativo, em outros buscava compreender a experiência do grupo, como forma de significar também a minha própria. Apesar de uma série de limitações normais do processo de pesquisa como o tempo, acesso, entre outros, a proposta inicial do projeto foi executada usando os pontos comuns das duas formas de experimentar a realidade, em alguns momentos focada no grupo e em outros na minha própria experiência.

Isso foi possível, principalmente pelo cruzamento de três dimensões da experiência: a temporal, a interacional e a contextual. A temporal observa a forma como uma experiência ocorre em caráter contínuo (passado, presente e futuro). A interacional da forma como o particular e o coletivo, o individual e o social interagem concomitantemente na formação da experiência e por fim, a dimensão contextual que soma as categorias anteriores a ideia de localização da experiência. Segundo Clandinin e Connelly (2015), o pesquisador está em algum meio dessas dimensões.

A lente que se analisa o discurso nesse contexto é interacional e por isso dialogam com a metáfora do rizoma deleuziana e também com a descrição de inspiração netnográfica do contexto de produção das narrativas tratadas. Passando-se de um tratamento meramente

descritivo dos dados para um olhar das funções mais complexas e mais comuns à experiência cotidiana, relacionadas à construção de sociabilidade, à conformação da experiência em padrões públicos de aceitação e à construção de um sentido de quem somos e do mundo que nos cerca, a partir de uma perspectiva própria minha como pesquisadora e a produção de dados, construindo sobre o aborto, uma narrativa única. (BASTOS, BIAR; 2015).

As narrativas sobre o aborto foram tratadas com base nas temporalidades que se formam a partir da configuração explanatória do tempo acontecimento, de acordo com uma abordagem laboviana. Para o autor, a narrativa são formas de recapitular em sequência linguística discursiva representativa uma ordem cronológica dos eventos passados no mundo real. Assim, as histórias de vida são construídas mais em função de certos cânones culturais do que de acordo com sua alegada capacidade de representar eventos. Construções de autores como Mishler colocam a atenção para a diferença entre tempo cronológico e tempo experiencial. Como esses autores, percebo a narrativa como uma forma de constituir a realidade sempre mutável a partir de padrões culturais interacionais, uma vez que as histórias narradas não devem informar o “real” mas reivindicar funções mais complexas que permitem a construção de um sentido do que somos e de significação do mundo que nos cerca.

A partir de uma análise tanto do modelo clássico de análise narrativa e das críticas existentes a ele, Bastos e Biar (2015) criam indicações sobre a análise narrativa que também foram utilizadas contexto da pesquisa. Inicialmente se inicia segmentando os dados coletados na pesquisa a partir da presença, ou não, de narrativa. Nesse momento o pesquisador que empreende uma análise de narrativas pode, dentre outras coisas, investigar a emergência de narrativas nos diferentes contextos de pesquisa. Pode ainda observar em que medida os procedimentos descritos na literatura se mantêm, ou não, nas falas em análise: examinar, por exemplo, se nas entrevistas ocorrem, de fato, narrativas mais canônicas, conforme o modelo laboviano; examinar se nas interações cotidianas ocorrem, necessariamente, negociações entre os participantes para a obtenção do espaço para narrar. É possível também observar como as narrativas se relacionam com os tópicos das interações em curso, e analisar como funcionam em relação ao que está sendo dito (como ilustrações, explicações, argumentos, etc.), como novos tópicos são introduzidos, que recorrências, evitações ou resistências estão presentes. Essa descrição, que se dá em nível microanalítico,

sobre as relações observáveis entre narradores e ouvintes, pode gerar extrapolações sócio-políticas sobre, por exemplo, como se constroem, interacionalmente, as relações de poder entre os participantes (BASTOS, BIAR; 2015)

Posteriormente, as experiências captadas pelas/nas narrativas são alvo de uma análise temática, que segundo Riessman (2008), tem como foco não apenas o que é dito, mas as experiências captadas pelas/nas narrativas. Tendo em mente que as narrativas são parte de "embates para legitimar sentidos", e, sendo assim, há que se considerar "quem conta histórias para quem" e "em que espaços institucionais" (BASTOS, BIAR; 2015). Indo além do que está explícito na fala e buscando compreender os efeitos de poder e as experiências que esses diferentes modos de vida, todos necessários a constituição da vida. No caso do aborto, fazendo maior atenção ora as linhas duras, que nos compõem através do estabelecimento de dualidades sociais, da qual problema é seu princípio de fixação, de estancamento do desejo em determinadas formas de vida, ora as linhas mais maleáveis e de fuga.

Tendo como norte os objetivos da investigação, a pesquisa busca os elementos particulares e também coletivos. Isso significou segmentar as análises em um primeiro momento como uma netnografia e em um processo analítico que resultou na construção das narrativas apresentadas posteriormente nos capítulos seguintes. Cavalcanti (2016) pontua que para pesquisas nessa perspectiva, mais importante o que as técnicas de análise em si, é a postura que o pesquisador adquire ao utilizá-las. Seu posicionamento no campo deve permitir que por meio da experimentação possam ser ativados os espaços e momentos do plano comum (KASTRUP; PASSOS, 2013). Por isso, encontrei nas imagens formas de representar a interação dos usuários com o território que são fundamentais e por isso são resgatadas na análise.

5 O TERRITÓRIO

5.1 Contextualizando o território online

A produção das narrativas sobre o aborto para a execução desta pesquisa foi feita a partir da *internet*. Historicamente, este espaço surge no período da guerra fria a partir da concretização de um projeto de pesquisa militar da ARPA (*Advanced Research Projects Agency*) instituída como resposta ao lançamento do *Sputnik* pela Ex União Soviética (LIMA, 2011). Seu escopo inicial era permitir que as informações entre computadores pudesse ser compartilhada de forma protegida, principalmente entre centros universitários e o governo americano, construindo uma rede que pudesse sobreviver no caso de uma guerra nuclear. Sete anos mais tarde, a primeira versão do sistema, sem um comando central foi criada e chamada de ARPAnet, nome derivado da agência de pesquisa militar que o idealizou e funcionava de modo que a destruição de um ou mais dos computadores não impossibilitasse que todos os outros continuassem operando.

O nome “*internet*”, adotado popularmente para designar a rede, surgiu décadas mais tarde, quando o sistema passa a ser utilizado para a transmissão de dados entre as universidades americanas e também institutos de pesquisa sediados em outros países. Manteve-se a ideia central, de uma associação entre computadores a partir de um conjunto padronizado de regras, denominado protocolo. O protocolo aberto TCP IP (Transmission Control Protocol – Internet Protocol), contudo, até 1983, permitia o compartilhamento apenas de textos. É só em 1991 que a World Wide Web é lançada, permitindo que imagens, vídeos e sons também pudessem ser transmitidos. Se populariza e surgem os provedores que concedem o acesso a mesma (OLIVEIRA, 2017). Atualmente, é utilizada no mundo inteiro e permite, através de um conjunto de protocolos, o acesso progressivo de usuários.

Segundo a ABRANET (2020), em 2019 os acessos de banda larga no Brasil eram cerca de dez milhões. A internet mudou drasticamente a forma como pessoas desenvolvem atividades

cotidianas, como obtêm informações sobre mercado e saúde, como fazem pagamentos online, fazendo com que as tarefas se tornassem bem mais fáceis mas ao mesmo tempo, aumentando incidência de interferências negativas nesse processo, com ciber crimes e o uso de dados de usuários (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020). O conteúdo online pode ser diferenciado por dois tipos de indexação diferentes: *deep web* e *surface web* são os nomes dados a duas categorias de conteúdo online diferenciadas entre si pela indexação à mecanismos de busca padrão. A primeira é a parte não indexada, sendo também chamada de deepnet, web invisível, undernet, etc, enquanto a segunda é a parte indexada. Basicamente, a diferença entre os dois é que o primeiro tem mecanismos de criptografia que tornam o acesso mais difícil e por isso, acaba sendo um território utilizado também para uma série de atividades ilícitas como tráfico de drogas e ferramentas de hackeamento.

O termo “deep web” que adoto na dissertação, foi proposto inicialmente por Bergman (2001) para se referir a uma coleção de páginas que só existem quando uma busca específica é feita através de mecanismos de busca. Medir o tamanho da *deep web* é uma tarefa praticamente impossível tendo em vista que o conteúdo é criptografado. Um relatório técnico proposto por Bergman (2001) estima que seu tamanho seja de quatro a cinco vezes maior que a *surface web*. Para conseguir acessar os conteúdos que não fossem indexados é necessário o acesso por um *software* chamado Tor. Segundo Ziccardi (2017) se trata de um circuito pouco visível mas que permite a difusão de conteúdos extremistas com um bom nível de anonimato. A invisibilidade do conteúdo na *deep web* não é um bem (o conteúdo disseminado é bem mais apazível na *surface web*), contudo, graças a criptografia dos dados, é capaz de fornecer graus de anonimato bastante fortes e de contornar os filtros de controle estatais.

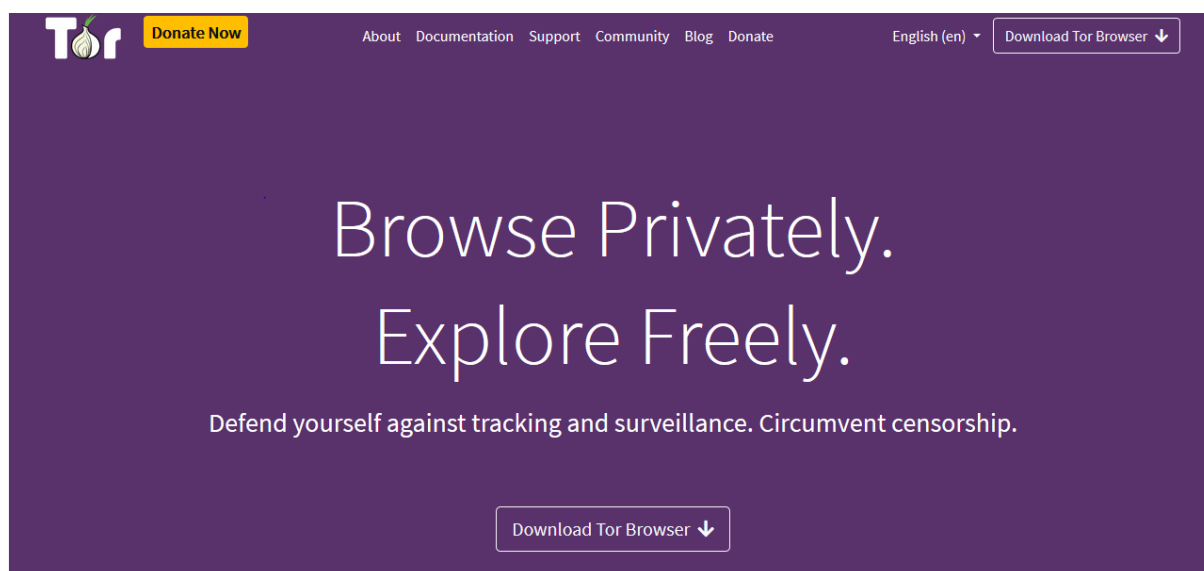
Ziccardi (2017) pontua que os estereótipos negativos em torno da Deep Web começam a surgir em 2013 a partir dos discursos midiáticos gerados quando o FBI fecha um site de comércio e expõe uma rede de tráfico chamada *Silk Road*. Tor, o navegador mais difundido segundo o autor para acessá-la. Me surpreendi com a facilidade com a qual ele pode ser baixado e como funciona.

5.2 Navegando em mares desconhecidos

O navegador usado se chama Tor, ele é propriedade de uma organização sem fins lucrativos chamada The Tor Project, Inc, que o lançou em 2006. A ideia, segundo o site da empresa, surgiu em 1990 à partir de problematizações de três engenheiros de pesquisa naval dos Estados Unidos

sobre a falta de segurança da internet posteriormente com o patrocínio do Eletronic Frontier Foudation (EFF).

Figura 1- Página inicial do navegador Tor



Fonte: <https://www.torproject.org/>

Chamado de roteamento cebola (*onion*) e seu método de funcionamento consiste em mascarar o computador de origem, roteando o tráfego por múltiplos servidores e criptografá-lo. Foi criado para funcionar de forma descentralizada e em 2003 já possuía voluntários para funcionarem como pontos de apoio para o processo de criptografia. Segundo a sua página institucional a rede dispõe de milhares de pontos operados por servidores voluntários com milhões de usuários em todo o mundo e por isso é tão segura, preservando a privacidade e anonimato dos usuários. A arquitetura que esconde essas informações de roteamento (os cabeçalhos dos dados) é conhecida como Onion Routing, por se basear na construção de várias camadas de circuitos virtuais, bidirecionais, anônimos e criptografados, para dificultar a análise do tráfego das informações. Atualmente é financiado não exclusivamente pela EFF, mas também pelo Google, pelas Universidades dos EUA (Princeton, Minnesota e Drexel), Human Rights Watch, Reddit entre outros (TOR, 2016).

Não é o único navegador que permite acessar a Deep Web, além dele, existem o Invisible Internet Project e o Freenet, entre outros, mas é o mais popular. Autores como Shimabukuro e Silva (2017), apontam os seguintes aspectos positivos que garantem a privacidade de quem utiliza: remetente e destinatário da comunicação não conhecem os servidores que utilizados para a transmissão da mensagem; o número de nós utilizados é fluente, o que dificulta a espionagem; e os usuários podem se tornar nós de si próprios, o que acaba dificultando o monitoramento e aumentando a eficiência da estrutura. Apesar de todas as vantagens ele é também facilmente bloqueável, nem garante a inviolabilidade da máquina e nem dos dados, porque não é criptografado (SHIMABUKURU; SILVA, 2017). No anonimato, o discurso misógino ganha ainda mais força, e se estabelece muito mais fortemente como uma das linhas que compõem este rizoma, como se apresentará nas relações analíticas feitas.

Ganhou popularidade entre ativistas por seus esforços em enfrentar a censura e em com sua bandeira política em defesa dos direitos digitais. São usuários também aficionados por tecnologia e interessados em privacidade. Contudo, até 2008, quando se desenvolveu o Navegador Tor seu uso era difícil para pessoas com menos intimidade com tecnologia. Foi uma ferramenta importante a Primavera Árabe em 2010. O anonimato propiciado pelo TOR foi o meio pelo qual tornou possível a comunicação entre ativistas de vários países no movimento revolucionário conhecido em 2010 a meados de 2012 por Primavera Árabe. Essas revoltas aconteceram em mais de 10 países no Oriente Médio e no Norte da África a partir de um movimento em prol da oposição as altas taxas de desemprego, precárias condições de vida e a corrupção do governo autoritário que ocorriam nesses países (LUZ, 2017).

O autor Ziccardi (2017) identifica também, nesse sentido, uma aproximação gradativa dos negacionistas das redes sociais. Esses novos ambientes eletrônicos com controles muito brandos por parte dos provedores e também dos usuários davam uma carta branca a esse tipo de usuários, visto que eram tutelados ainda dos princípios da liberdade de imprensa e também de uma proibição de responsabilidade por parte dos intermediários pelo conteúdo transmitido. Nesse sentido, o mundo eletrônico norte americano se torna o lugar ideal para a divulgação de conteúdos similares. O 4chan foi um dos primeiros *chans* a ser formados e é o maior mundialmente. Serve de modelo funcionamento para vários dos *chans* brasileiros que se e por isso permite também que sejam compreendidos diversos termos usados nestes espaços de socialização.

5.3 O encontro com os *chans*

Os *chans* ou *imageboards* são sites graficamente muito simples, que podem ser acessados de qualquer parte do mundo, voltados principalmente a troca de opiniões, afirmações e comentários (ZICCARDI, 2017). Pinto e Neto (2019) os define como:

Heterogêneos entre si, esses grupos formam uma composição barroca de pautas como o declínio da civilização ocidental (que inspirou os terroristas Breivik e Tarrant nos respectivos atentados), o declínio da masculinidade (em contraponto ao avanços dos movimentos feministas na sua quarta onda), a liberdade irrestrita de expressão (muitas vezes associada ao humor), as diferenças de QI (que vão levar a uma recuperação do chamado “realismo racial”) e o combate ao “marxismo cultural”, chegando a ideologias mais orgânicas como o supremacismo branco e o neonazismo.

Concordo com o autor que são grupos heterogêneos entre si. Cada um era formado por um número limitado de *boards*, ou abas, em português, para cada argumento geral que será discutido ali dentro, deixando optativo que os usuários pudessem escolher àqueles que quisessem participar.

Limitando a busca aos *chans* que tivessem como língua o português (brasileiro) identifiquei sete no início do período em que foram produzidos os dados, que reproduzo abaixo:

Tabela 1: *Imageboards* visitados durante a produção dos dados (junho/2019 a fevereiro/2020)

Nome do fórum	Hospedagem	<i>Boards</i>	Ano de criação	Resultados com o tema
55Chan	USA	24	2007	Sim
RealChan	USA	13	2019	Não
1500Chan	USA	4	2013	Não
SalmãoChan	USA	19	2014-2020	Não
MagaliChan	USA	10	2011	Sim
RevoluChan	USA	17	2019	Não
VHChan	USA	13	2014	Não

Fonte: Elaborado pela autora

O acesso é feito com o link do domínio. Os fóruns, assim como os não lugares de Augè (1994), não tem estabilidade, são lugares de passagem onde os usuários se desterritorializam e reterritorializam constantemente. Nesse sentido, são ambientes extremamente mutáveis, que estão expostos a ataques cibernéticos mas também as limitações impostas pelos moderadores

ao seu funcionamento. O *chan* brasileiro com o maior número de *boards* é o 55Chan e foi nele que a produção de dados se iniciou e onde foram produzidos a maior parte dos dados que serão tratados. O 55chan foi o primeiro “*imageboard*” brasileiro independentemente hospedado e, apesar de ser bem menor que os *chans* em inglês na quantidade de usuários, é bastante similar. O nome é por causa do prefixo telefônico do Brasil, que é 55.

A linguagem foi a primeira barreira sentida durante o acesso aos *chans*. O uso de termos inabituais à linguagem comum é proposital para o controle do espaço exercido pelos moderadores. Cada *imageboard* é gerido por um ou mais moderadores que tem como função garantir que as regras sejam seguidas, corrigir falhas no sistema e analisar pedidos de revisão de banimento de usuários. Considerando a proposição de Augè (1994) de que a relação do usuário com o não lugar é contratual, podendo ser tanto de comércio, como de trânsito, como de lazer, ao início de cada *chan* encontrei um conjunto de regras que considero como os termos gerais dos contratos firmados entre os usuários. Dentro os termos dos contratos de todos os *chans* que possuíam regras escritas aparecem menções fortes ao uso formal do português:

[Resultará em banimento]Escrever incorretamente, incluindo erros de pontuação, grafia, concordância e conjugação (Administração, 55Chan)

Escreva em português corretamente, incluindo utilizando acentuação (Administração, 1500Chan)

Escreva corretamente. (Administração, RealChan)

2-Escreva corretamente, não iremos implicar com erros bobos, porém, não escreva que nem um macaco. (Administração, RevoluChan)

O português correto é uma das linhas duras que limitam o fluxo da vida dentro do território dos *imageboards*. Como observou Foucault (2008), com a emergência do capitalismo, as formas de controle tiveram que se modificar para se adequar com a nova dinâmica e inserir os corpos na nova lógica de circulação. Com a complexidade que os espaços virtuais somam a essa sequência, ali se desenvolvem formas ainda mais particulares de normatização, com regras próprias e/ou novas dinâmicas de poder que estão em constante negociação.

A supervalorização do português “correto” (55Chan), normativo, usado nesses espaços é contraposto a um uso disseminado de expressões em inglês da cultura *channer* (como é chamado algo típico dos *chans*), com ocorre em diversos pontos da narrativa das regras do 55chan: O referimento aos menores de dezoito é feito pela palavra em inglês “*underage*”, “*typos*”, são os pequenos erros em mensagens escritas, “*newfag*” é um termo pejorativo para

designar novatos “*shitpostar*” são postagens agressivas intenção de criar conflitos, “*avatarfag*” os usuários que se identificam postando a foto de um mesmo personagem nos seus posts no *imageboard*; “*traps*” é um termo pejorativo usado na internet para se referir a travestis e transexuais, “*floods*” banimento de usuários. Todos modos de viver que vão contra o comportamento normativo dentro do 55chan.

Os estrangeirismos são definidos como:

palavras, efetivamente, oriundas de outro sistema linguístico, tomadas por empréstimo para suprir alguma necessidade conceitual, de ordem tecnológica, ou para a expressão de elementos socioculturais, referentes às trocas de ordem linguístico-cultural entre comunidades falantes de idiomas diversos. (VALADARES, 2014, p. 111)

Segundo os autores, o seu uso não afeta o sistema da língua, mas demonstra como colonização enquanto momento histórico que marcou a trajetória política e cultural dos países latino americanos e provocou dinâmicas particulares de dominação dos valores, práticas e dos corpos, que repercutem nas construções sócio culturais da atualidade, mais especificamente, na escolha e no uso das palavras dentro desses ambientes.

Se evidencia, tanto a partir das regras resultado das dinâmicas de força e resistência propostas pelos seus moderadores (MORAN; PENÃS, 2016). O *chan* é um espaço de discussão e de construção coletiva do conhecimento, mas que porém fica reservado a ideologias do moderador ou do grupo que exerce coletivamente esse papel. Essa agenda conservadora é resultante de um processo de colonização que marcou os países latino americanos exercido pelos países europeus, onde os simbolismos e os valores eram impostos aos membros das populações que não compartilhavam do mesmo sistema cultural (MORAN; PENÃS, 2016).

Conforme pontua Foucault (2001) a normatização sempre visa a circulação de bens e informações, sendo possibilitada por uma constante negociação, que ocorre no nível cotidiano, entre os desejos dos indivíduos e o desejo da população disciplinada. As regras próprias que cada um dos *imageboards* estabelece para o seu próprio funcionamento é um constante embate entre os desejos dos usuários e os dos próprios moderadores. Conforme consta na página de análise dos banimentos do 55Chan, as regras serão apenas os parâmetros para os usuários, sendo que na prática fica explícito que o julgamento do moderador influenciará a decisão final: “*Lembrando que essas regras servem apenas de parâmetros para os usuários, mas a decisão*

do moderador influenciará na decisão de banimento” (Administração, 55Chan). O banimento, nesse sistema, é a principal forma de impor obediência.

O moderador de um *chans* brasileiro, Marcello Valle Silveira Mello, conhecido na internet como Psy, PsyclOn, Psytore e Batore foi o primeiro brasileiro a ser preso por discurso racista na internet (G1, 2018). Os usuários são recomendados a postar de forma anônima e apenas os moderadores tem acesso aos dados sobre os computadores de origem das postagem. O anonimato encorajando a expressão das pessoas sem os filtros de possíveis punições legais, contudo, existem também diversos conflitos que nascem nesses espaços, principalmente aqueles que buscam romper com o anonimato. Os usuários chamam a sai mesmo de anões que segundo, deriva de anônimos.

As publicações tem o intuito de gerar risadas, ou pelo lulz (variação de lol, termo usado online para indicar risadas). Segundo Dale Beran, um cartunista que faz uma análise dos chans: "É preciso entender esse grupo como pessoas que fracassaram no mundo real e se refugiaram no mundo virtual. São homens sem emprego, perspectivas na vida e, por extensão, sem namoradas. [...] Em consequência de seu fracasso, o conceito distante e abstrato de mulheres de carne e osso provoca neles sentimentos de humilhação e rejeição". No contexto *channer*, a quebra do anonimato é uma das (des)conexões que existem entre as pessoas e o complexo de forças que circulam nos seus corpos (SILVA; FIGUEIREDO, 2018).

Na aba inicial do 55 chan, o mais ativo dentre os *chans* brasileiros, encontramos a seguinte descrição feita pelo administrador: “Para quem não conhece, um *chan* é uma coleção de fóruns em que é possível e recomendado se escrever anonimamente, sem registro algum. Isso traz uma série de vantagens, como criar uma comunidade unida sem que haja pessoas brigando por atenção e popularidade” (ADMIN 55 CHAN, 1997). Contudo, a busca pela construção de uma identidade não é abandonada por alguns usuários, que acabam se tornando personagens relevantes para as narrativas sobre o aborto coletadas nesse território.

Ser um personagem em *chan* não é uma coisa positiva, é visto como pessoas que querem chamar atenção e por isso as regras que propiciam o banimento. O anonimato é garantido entre os usuários mas não entre os moderadores, esses possuem os endereços ips dos usuários e podem passar para a policia em caso de investigação policial. A cada novo post o usuário parra novamente por esse processo de despersonalização onde é novamente anônimo, a não ser que

use estratégias propositais para se identificar. O anonimato é considerado uma questão central nesse espaço. Por isso, ele se torna um espaço propício para pessoas que socialmente possuem algum tipo de condição que no mundo real seria estigmatizadora.

O post acima foi retirado do MagaliChan, que supostamente seria um *chan* feito para mulheres. O que vemos na prática é que ali as regras sobre o anonimato são bem mais flexíveis, tolerando usuários que a quebram. O discurso misógino nos *chans* é um pressuposto. Conforme demonstrado o fato de uma mulher querer se mostrar como mulher pode ocorrer pelo único motivo de querer atenção.

Ao buscar as manifestações de narrativas sobre o aborto nesses espaços, o estabelecimento das regras se tornou um limitador. Uma vez que o ato comunicativo é mediado por um computador, conforme pontua Kozinets (2002), as identidades dos participantes da conversação são mais difíceis de serem discernidas, e a proibição de indicar ser mulher, torna essa possibilidade praticamente impossível nos *chans*. Não se pode, contudo, cair em generalizações. Como espaços heterogêneos entre si, enquanto no 55Chan existe uma das regras passíveis de banimento que diz: “Afirmar direta ou indiretamente ou provar ser mulher” (Administração, 55Chan), o MagaliChan têm como *slogan* ser um *imageboard* “Feito por mulheres e para mulheres”.

Figura 2 – Página inicial do Magalichan



Fonte: www.magalichan.org

Fica evidente que, apesar de estarem inscritos em uma nova forma de transmitir ideias, hegemonicamente, a narrativa que se cria nos fóruns condiz até certa medida, com as construções socialmente instituídas de gênero. Digo, até certa medida pois a ruptura acontece, exatamente a partir da possibilidade criada pelo espaço de romper com a linearidade sexo-gênero, por meio do anonimato. Nos *chans*, como uma nova tecnologia, “aquilo que o sujeito conhece, sabe, é o que o define, o que constitui o seu ego-imaginário” (DIAS, 2011, p.639). Nesse sentido, disseminação das novas tecnologias implicou em uma mudança na forma como a cultura e os valores sociais são transmitidos.

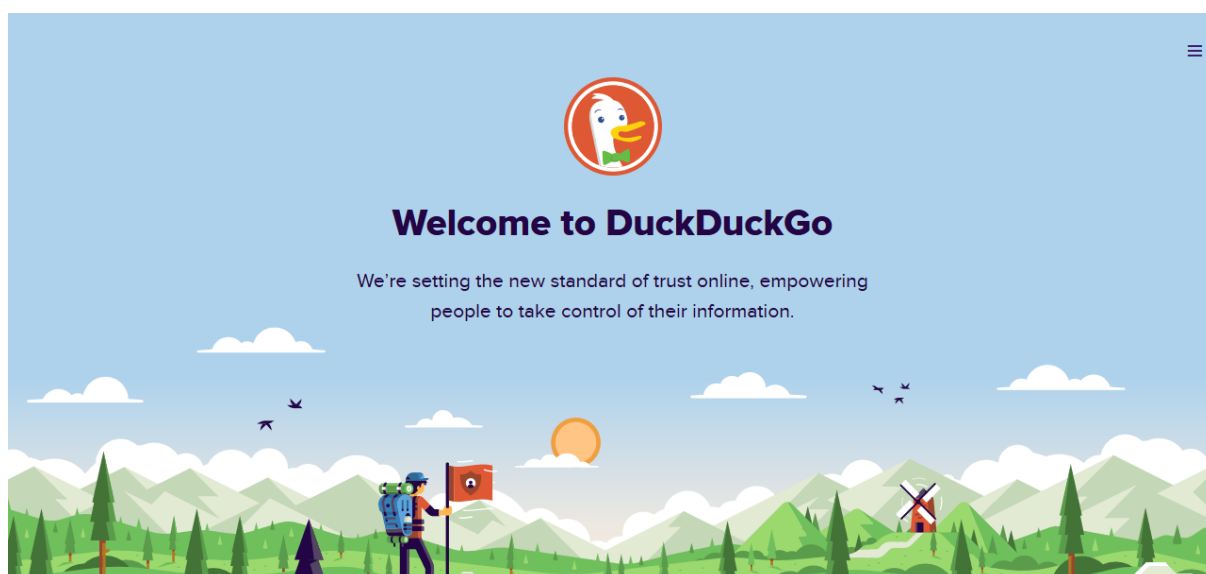
Ser um chan: “Feito por mulheres e para mulheres”, pode não significar de fato, que ele será utilizado por mulheres, ou que foi de fato, feito por elas. O anonimato dos moderadores torna impossível ter certeza disso. Conforme o panorama histórico da construção social das desigualdades de gênero durante o desenvolvimento do capitalismo, o casamento, passou a ser visto como uma carreira, já que mulheres não tinham espaço no mercado de trabalho (FEDERICI, 2017). Essa construção é compartilhada pelo MagaliChan, na medida em que os títulos das *boards*, que definem os modos de viver que serão produzidos ali, são temas como: “Agência de Casamento”, “Eles e Elas”, “Cozinha”, que, pensando no contexto social de produção, são estereótipos do gênero feminino. Conforme pontua Miguel (2017) a dominação masculina se constrói em complexas dinâmicas econômicas e simbólicas, das quais o casamento, historicamente, é uma delas.

Uma nova forma de transmitir ideias ocorreu com a mudança do escrever para o digital. Nos fóruns o sujeito é estimulado a falar de si e da sua visão de mundo, e é a partir desse modo de olhar e de experimentar o mundo que as linhas rizomáticas sobre o aborto se manifestam. No 55Chan, onde os usuários são expressamente proibidos de “Afirmar direta ou indiretamente ou provar ser mulher” (Administração, 55Chan) não foram encontrados relatos que partissem do modo de viver o aborto como protagonistas, mas do ponto de vista masculino, de personagem de menor relevo na prática. Contudo, ilegalidade da sua prática não é um consenso dentro desses grupos e os modos de vive-lo negativamente tomam narrativas extremistas, por também serem espaços anônimos. O compartilhamento de ideias nesses espaços, somada a liberdade e velocidade da produção discursiva desse território provoca uma manifestação e propagação da ideologia de formas diferentes daquelas presentes no mundo material, que, focadas no modo de viver o aborto, serão discutidas no tópico do capítulo temáticas, atores e construções sociais.

5.4 Navegando mais um pouco

No dia 29/10/2019, decidi coletar também dados de outras páginas da internet, visto que apenas o conteúdo dos *imageboards* foram insuficientes para captar a complexidade dos diferentes modos de viver o tema. O buscador usado foi o Duck Duck Go que o principal diferencial dos demais é não coletar e compartilhar dados pessoais das buscas. É o buscador principal do navegador Tor, com uma política de privacidade que tem como escopo estabelecer novos padrões de confiança online, ou “...*empoderando as pessoas a tomar controle das próprias informações*” (Duck Duck Go, tradução da autora), como diz a página inicial abaixo:

Figura 3 – Página inicial do buscador DuckDuckGo



Fonte: <https://duckduckgo.com/>

A privacidade tornou-se uma parte central da experiência cartográfica na internet. Inicialmente impulsionada por um cuidado ao tratar o tema, que, ao realizar uma pesquisa partindo de um navegador que uso normalmente, poderia comprometer a produção de dados uma vez que estariam indexados ao meu próprio histórico de busca. Durante a produção dos dados observei que a privacidade é uma tática também utilizada por diversos usuários e organizações que territorializam esse lugar sociológico (AUGÈ, 1994). A racionalidade por trás da privacidade é uma resposta ao controle exercido nesse território, seja pelos mecanismos governamentais, como aqueles das dinâmicas interpessoais que ocorrem em todos os níveis (FOUCAULT, 1998).

De fato, todos os sites que visitamos geram arquivos, conhecidos como *cookies*, que são salvos no nosso computador e geram informações que permitem que os visitantes sejam identificados e que as páginas sejam personalizadas de acordo com o perfil do usuário. Esses arquivos ficam salvos no computador por meio do navegador e são relacionados a casos de violação de privacidade na internet. Na Europa, no ano de 2019, foi aplicada a lei GDPR (General Data Protection Regulation ou Regulamento Geral de Proteção de Dados, em português), que regulamenta a transparência das informações fornecidas ao site pelo usuário e obriga a exibição de um aviso com a política de cookies adotada. O problema é que a nova regra se aplica apenas a empresas que tenham sede no continente europeu e no Brasil, medidas desse tipo ainda não vigoram.

A importância que a informação assumiu após a era industrial, especialmente na época posterior à década de 1980, fez com que o século XX fosse denominado como a era da informação (SILVA FILHO, 2016). Navegadores de busca como o Google coletam informações sobre os usuários e depois as vendem a empresas de publicidade, que segmentam seus conteúdos a partir delas. Entendendo que existem grupos que contrapõe a essa questão, surgem formas de organização da qual a questão da privacidade é central como o DuckDuckGo, pois diferente dos demais mecanismos de busca ela propõe uma simplicidade na privacidade da busca. A empresa foi fundada em 2008 e arrecada seus fundos a partir de doações. Em 2010, tomam a iniciativa de não controlar o histórico de busca dos usuários. Começam a fazer anúncios no Google com o slogan: “Google te rastreia. Nós não”. Afirmam, no site institucional, que as buscas aumentaram de um milhão de buscas diárias para um bilhão após Revelações de Snowden em 2013.

Bauman *et al* (2015), ao analisar o impacto da vigilância após as revelações de Snowden em um dossiê, pontua que o envolvimento do público com o tema da vigilância orquestrada por agências do governo e viabilizada através da cooperação da empresas de Internet, ainda está por vir. Contudo, segundo os autores, para que isso ocorra, é necessário que a questão se mantenha perante os olhos do público por mais tempo que habitual interesse que a mídia permite. Durante a produção de dados, em um período de quase sete anos após as revelações, ficou evidente contudo que existem grupos e práticas cotidianas utilizadas pelos usuários mais preocupados com a privacidade que se organizam e recebem doações de organizações maiores interessadas em fugir do controle governamental, como, por exemplo o Duck Duck Go, que

recebe doações de empresas como Nginx, FreeBSD, Tor Project, Clamwin, Tahoe-LAFS e OpenSSH, Freenet, Wiki media, todas interessadas na privacidade.

O conteúdo do DuckDuckGo é indexado, então ele serviu nesta pesquisa para oferecer um contraponto entre o conteúdo encontrado nos *chans*, que, apesar de heterogêneos, se localizam em um acesso mais periférico da internet. As palavras chaves da busca no mecanismo foi a palavra aborto. Segue abaixo um quadro onde foram sistematizados os modos de viver o aborto encontrado em cada grupo de sites:

Tabela 2 - Domínios visitados durante a produção dos dados (setembro/2019 a fevereiro/2020)

Sites	Links	Modos de viver o aborto
Agência Católica de Informações (ACI)	https://www.acidigital.com/	Cristianizar
Brasil Escola	https://brasilecola.uol.com.br/biologia/aborto.htm	Conteúdo educativo privado
Portal São Francisco	https://www.portalsaofrancisco.com.br/biologia/aborto	
InfoEscola	https://www.infoescola.com/etica/aborto/	
Mundo Educação	https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sexualidade/aborto.htm	
Wikipedia	https://pt.wikipedia.org/wiki/Aborto	
Toda matéria	https://www.todamateria.com.br/aborto/	
Tua saúde	https://www.tuasaude.com/aborto/	Conteúdo educativo médico
Minha vida	https://www.minhavidade.com.br/saude/temas/aborto-espontaneo	
Cuidate Plus	https://cuidateplus.marca.com/reproduccion/embarazo/diccionario/aborto.html	
Associação para o Planejamento da Família - APF (Portugal)	http://www.apf.pt/aborto-e-interrupcao-da-gravidez	Tópico de educação sexual
Jusbrasil	https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1543120/aborto	Conteúdo jurídico
Exame Notícias	https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/aborto/	Conteúdo jornalístico
Gazeta do povo	https://www.gazetadopovo.com.br/tudo-sobre/aborto/	
Estadão - tudo sobre aborto	https://tudo-sobre.estadao.com.br/aborto	
Aborto.com	http://www.aborto.com/	Apoio à prática
Abortivo.org	https://abortivo.org/	
Somos todas Clandestinas	https://somostodasclandestinas.milharal.org/	

Fonte: Elaborado pela autora

As buscas foram feitas com o filtro da região geográfica brasileira. Posteriormente, a partir dos resultados da ferramenta foi elaborada tabela acima a partir de setenta páginas secundárias como dados de pesquisa. Observei que a argumentação geral das narrativas encontradas, que são o resultado de embates para obtenção do espaço pra narrar, como colocado por Bastos e Biar (2015) fica evidente que o conteúdo educativo do ensino privado é aquele com maior espaço de fala. São *sites* de compartilhamento de conteúdo voltado para estudantes que tentam vestibular ou concurso, conforme informações do site. Em seguida, os dados produzidos são de maior parte modos de viver o aborto como conteúdo médico, jornalístico e de apoio a prática, subversivos, que oferecem informações e apoio a mulheres que desejam interromper uma gravidez. Foram encontradas também narrativas o vivem de forma cristianizada, com atravessamento de narrativas religiosas e aqueles que o vivem na sua concepção jurídica, ou de educação sexual.

Destacamos a relação de gênero do conteúdo do DuckDuckGo que se explicita na Tabela 2 onde a maior parte do conteúdo vem do contexto privado direcionado ao ensino de vestibulandos e etc. Se pensarmos em gênero como um dispositivo de poder que atua sobre os corpos socialmente classificados como femininos, essa educação em relação ao aborto que foi encontrada nas redes é uma forma de educação que acaba reforçando esse controle. Uma vez, como demonstrou Foucault, que a normatização, que antes era exercida por Deus, passa atuar a partir de três elementos: segurança, população e governo (FOUCAULT, 1999), o aborto como prática ilegal passa a ser constantemente controlada por diferentes dispositivos relacionados com esses três elementos. O conteúdo repassado para os alunos de pré vestibulares *online* é um deles. A partir da otimização e padronização das funções do corpo o controle sobre o corpo socialmente classificado como feminino é controlado, não apenas na sua materialidade, mas em um sentido mais amplo, da vida.

Sabendo que as narrativas sobre o aborto são parte de “embates para legitimar sentidos” sobre o mesmo, e, sendo assim disputas complexas que vão além que está explícito na fala, na próxima sessão busquei compreender os efeitos de poder e as experiências que esses diferentes modos de vida produzem (BASTOS, BIAR; 2015). O site Abortivo apoia e escolhe individual, mas não se intitula como feminista. Interessante pontuar que a postura que o Abortivo adota em relação a organizações que se intitulam feministas que pedem doações em troca dos remédios é afirmar que elas não são confiáveis. São produzidas no *site* narrativas explicitamente desfavoráveis a organização como Woman on Waves e Woman on Web, e apesar de na narrativa institucional afirmarem que não indicam nenhuma fornecedor de misoprostol, respondem a comentários dizendo para entrarem em contato com um site chamado Aborto na Nuvem, que segundo eles é o único confiável O tráfico do misoprostol nessa pesquisa é visto como uma forma encontrada de burlar a biopolítica molda a economia política da população com a proibição do aborto. O discurso institucional e aquele que foi encontrado nos comentários do site Abortivo, indicam que existem conflitos entre os sites que se propõe a distribuir o remédio no território brasileiro, que não serão aprofundados nessa pesquisa, mas que podem ser aproveitados futuras.

6 TEMÁTICAS, ATORES E CONSTRUÇÕES TERRITÓRIAS

Por fins didáticos e para a exposição da análise, dividi as narrativas em três grupos, de acordo com três temáticas principais de modos de viver o aborto que, apesar da complexidade da experiência do tema, consegui costurar como narrativas que se encontravam em determinados pontos. São elas: 1) Vivendo o aborto como pecado 2) Vivendo o aborto como crime 3) Vivendo o aborto como necessidade. Os atores que produzem as narrativas são usuários dos *chans*, ou dos *sites* sintetizados no Quadro 2, que em contato com o meu olhar e a literatura, cria-se uma nova narrativa. Deve ser observado que cada um das narrativas partem de atores diferentes, que vivem a experiência do aborto diretamente, como mulheres, ou de forma indireta, como parceiros de mulheres grávidas ou instituições religiosas ou da sociedade civil.

Conforme trabalhado no referencial teórico, parte-se do entendimento que a criminalização do aborto é um exemplo de uma normatividade institucionalizada exercida pelo poder estatal, que afeta a fluidez da vida, além de representar uma incongruência no discurso de laicidade que o Estado brasileiro assume a partir da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 19. A Igreja Católica é um dos atores sociais que historicamente contribuíram para o controle dos corpos, sendo o aborto induzido, nesse contexto considerado pecado e crime. A Igreja Católica assume um papel central na disputa sobre as questões reprodutivas no país, conforme demonstra Luna (2013), regulamentando os sentidos de valor sobre a vida. Contudo, é um argumento complexo, e análises abaixo apresentadas não tem nenhuma pretensão de esgota-lo, ou mesmo de dar conta da totalidade complexidade.

A nossa tentativa nessa pesquisa é exatamente compreender, tendo em mente essas circunstâncias, como se formam as conexões singulares estabelecidas em cada situação, bem como nas força que são ali convocadas (SOUZA, 2012). Apesar de termos identificados na

parte inicial dessa pesquisa que a Igreja e o posterior desenvolvimento do sistema jurídico definiram em grande parte os sentidos institucionalizados sobre o aborto, buscamos nas análises traçar linhas conceituais que se atentam as multiplicidades sobre o tema que existe no cotidiano, para além das visões binárias que existem sobre os modos de vive-lo, a partir das narrativas compartilhadas na *internet*.

6.1 Vivendo o aborto como pecado

Sobre os modos de viver o aborto como pecado parti do site da Agência Católica de Informações (ACI) que elaborou um dossiê agrupando “todas as informações que você deveria saber” (ACI Prensa) sobre o tema. O link foi resultado da busca feita no *DuckDuck Go* pelo tema aborto e foi o único site, dentre aquelas onde os dados foram produzidos, que assumem um posicionamento religioso na sua descrição. As narrativas são alinhadas com as posições que a Igreja Católica assume sobre o aborto, abordada nas narrativas que seguirão. De fato, a ACI é reconhecida judicialmente como uma associação vinculada à Igreja Católica. A organização educativa não tem como foco somente o Brasil, mas, além do português, tem versões do site em inglês, espanhol, italiano e alemão.

Dentre os vários conteúdos encontrados dentro do dossiê, temos o trecho reproduzido abaixo, parte de uma carta enviada aos deputados federais por parte dos bispos em ocasião da PL 20/91, um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde.

A Igreja no Brasil tem se manifestado solidária à mulher tão sofrida nestas duas dolorosas situações, de que trata o citado projeto de lei. Contudo, jamais poderá concordar com o aborto direto e provocado, o qual é um delito grave contra a vida humana, pois representa a morte de um ser humano inocente e indefeso. (ACI Carta aos deputados)

A expressão para caracterizar o aborto implica valores que diz respeito a vida humana, mostrando que nessa parte do território a disputa em questão é essa, conforme já colocado por Luna (2013). Se o aborto induzido em caso de estupro é um “delito grave contra a vida” (ACI Carta aos deputados) narrativamente se coloca vida das mulheres abusadas e a do feto em posições diferentes. O argumento de que o feto é um “ser humano inocente e indefeso” (ACI Carta aos deputados) é o que fornece as pistas sobre como o fluxo da vida é afetado pelas linhas de força do dispositivo de gênero quando se fala sobre aborto, hierarquizando um modo de existir sobre o outro. A mulher abusada não seria inocente e indefesa, ao menos não no mesmo

grau que o feto e por isso, sua vida é colocada em uma posição de valor hierarquicamente inferior na narrativa. O argumento inicial de que a Igreja é “solidária a mulher tão sofrida nessas duas dolosas situações” não é fundamentado na carta contra a PL 20/91.

O projeto de lei posteriormente foi aprovado e o site divulga mais uma nota lamentando o fato e apelando para que “o compromisso com a vida, ameaçada em tantos aspectos, seja a razão de nossas atitudes” (ACI Prensa) e conclui “Preocupam-nos ainda outros projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que agridem a vida e a família” (ACI Prensa). Tal argumento, fundamentado na manutenção da vida e da família, é responsável pela formação de uma coalizão dentro das arenas políticas brasileiras, conforme apontado por Faúndes (2018). A autora pontua que ocorreu uma coalizão de alianças parlamentares, não apenas ecumênicas, mas inter-religiosas, nas arenas públicas de debate e que os símbolos identitários sobre os quais esses grupos definem sua noção de coletividade é a manutenção da vida e da família (MORAN, 2015), mesmo argumento da carta divulgada pela ACI Prensa contra a PL 20/91.

Existe porém, uma fissura nos fluxos de forças que existem dentro dessa parte do território, parte da complexidade percebida principalmente a partir dos comentários dos usuários dos diversos sites onde os dados foram coletados. Uma delas, é a questão de ser católica e apoiar politicamente o aborto. Explorando o *site* da ACI Pensa, em 2019, encontrei uma matéria onde foi feita uma entrevista com o Papa Francisco sobre o aborto, abaixo da qual, um dos usuários pontuou:

Uma pergunta que deveriam ter feito ao Papa Francisco: é possível ser-se católico e pró-aborto? Os falsos “católicos” que defendem o aborto não têm lugar na Igreja. (Pedro Nuno, 2019)

Ao levantar a questão se é possível ser católico e pro aborto, Pedro Nuno se refere à um contorno demarcável nas narrativas sobre o aborto. Como aponta Deleuze e Guattari (1996), linhas duras, quando são excessivamente fortes, caso que identificamos como o dos dogmas religiosos a respeito do aborto, cristalizam uma identidade, hostilizando o diferente. De fato, grupos como o das Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) e outras representações do campo religioso favoráveis à descriminalização do aborto, como a pastora luterna Lusmarina Campos Garcia, são negadas pelas narrativas religiosas mais cristalizadas, apesar de terem espaço dentro das arenas políticas. Ambas estiveram presentes e fizeram sustentações orais em defesa da vida das mulheres no Supremo Tribunal Federal (STF) em ocasião ADPF 442, ação judicial que visa descriminalizar a interrupção voluntária da gestação até 12ª semana.

O grupo é uma Organização Não Governamental (ONG) foi fundada nos Estados Unidos em 1993 e atualmente atua em nível global. Acessamos, após o contato com as narrativas negando o aspecto católico do grupo disponibilizadas no site da ACI, a versão em português do site da ONG, onde elencam seus objetivos:

Contribuir com a construção do discurso ético-teológico feminista pelo direito de decidir que defenda a autonomia das mulheres, a diversidade sexual, a justiça social e o direito a uma vida sem violência.

Conscientizar a sociedade de que a experiência humana da sexualidade e da reprodução de todos e todas deve ser reconhecida, respeitada e vivida de forma autônoma e livre.

Promover o diálogo inter-religioso e uma cultura de respeito à livre expressão religiosa.

Defender os princípios democráticos de laicidade do Estado, particularmente a sua autonomia frente a grupos religiosos.

Trabalhar pela aprovação e efetiva implementação de leis, políticas públicas e serviços necessários à plena cidadania das mulheres, jovens, LGBTs, negras e negros.

O grupo se posiciona no ponto de encontro entre as perspectivas éticas, teológicas e feministas, o qual o seu primeiro objetivo é fortalecer. Abre uma nova configuração no território analisado, onde a questão da autonomia das mulheres sobre o próprio corpo se sobrepõe a valorização da vida do feto, mas que contudo, ainda se convergem dentro do posicionamento religioso. Além também de, ao afirmar: “Defender os princípios democráticos de laicidade do Estado” estabelece um desejo de ver o Estado autônomo frente a grupos religiosos, outro ponto de divergência, do posicionamento da Igreja Católica, que, como visto a partir da carta enviada aos deputados federais por parte dos bispos em ocasião da PL 20/91 apela para a influências dos seus valores morais na votação das leis. Apesar de pactuar simbolicamente com a doutrina religiosa, a CDD não é reconhecida pela Igreja Católica como legítima.

A hostilidade da Igreja Católica em relação ao grupo foi observada a partir das narrativas encontradas no *site* da ACI. Mais de quinhentos resultados de menções ao grupo em notícias e artigos, com temáticas comuns de que elas seriam falsas católicas, que o grupo foi desmascaradas por bispos brasileiros ou que são ligadas à organizações de esquerda e grupos terroristas. No trecho abaixo, retirado de uma das matérias do *site* vemos indícios juízo moral que essa organização provoca na cristalização de uma identidade católica: A respeito do grupo Dom Antônio Carlos Keller (2017) afirma:

Elas têm o direito de decidir onde vão passar a eternidade, se no céu ou no inferno”, escreveu o Prelado, acrescentando que, porém, “não têm o direito de chamar o errado de certo, ou o certo de errado.”

A desqualificação daquilo que não faz parte do critério de valor da moral católica é a construção narrativa feita por Dom Keller. Ao desqualificar o nome da organização civil associando-o à uma escolha de juízo moral como certo e errado é uma “postura facista” (DELEUZE; PARNET, 1998), onde aquilo que foge ao critério de valor é visto como moralmente equivocada. O livre arbítrio, ou escolha de decisão, segundo a Igreja Católica, foi dado por Deus para permitir que os fiéis sigam ou não o caminho indicado pela religião. O sentido da afirmação acima é que a escolha não é entre ter ou não o filho, mas sim aplicar-se às coisas que levam a salvação ou delas afastar-se. Na busca de refletir sobre o rizoma dos modos de viver o aborto, as linhas mais duras são aquelas que impossibilitam o fluxo da vida, como a culpa cristã que está relacionada aos crimes reprodutivos.

Enquanto as CDD acreditam que a narrativa fatídica que a Igreja assume quanto o fim de quem o prática, por mais que considere o livre arbítrio, se contradiz com os discursos bíblicos sobre a graça de Deus. A postura de não reconhecer-las enquanto católicas é uma violência ao de fora, uma experiência de fissura que não admite interação ou fluxo entre os espaços, que não reconhecem as católicas que apoiam o direito ao aborto como parte do grupo. Não se permite, nesse sentido, um questionamento dentro da linha do catolicismo, mostrando uma hostilidade contra tudo o que é diferente. Sendo fortíssimo o juízo moral excessivo em relação ao que é certo e errado (COSTA; AMORIM, 2019).

Ainda assim, no Brasil, os poucos estudos analíticos com amostras selecionadas de mulheres indicam que entre 44,9% e 91,6% do total das que têm experiência de aborto induzido declaram-se católicas. Entre 4,5% e 19,2% declaram-se espíritas, e entre 2,6% e 12,2% declaram-se protestantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). O grande número de mulheres que abortam e que simultaneamente se declaram católicas demonstra que, apesar da cristalização da moral cristã, de alguma forma existem linhas que permitem que as duas experiências ocorram simultaneamente. Ponto já questionado pelas feministas pós-coloniais, que já afirmaram a importância de superar as dicotomias, para se permitir ver outras experiências de religiosidade que nem sempre correspondem as visões ocidentais e liberais (JOHNSON, 2018).

Nesse sentido, as linhas duras que ligam o aborto à uma moral religiosa e tentam interromper o surgimento do novo estão cheias de pequenas fissuras, dadas principalmente pelas experiências individuais das mulheres que abortam com a própria religião. Alguns relatos colocados

relacionam tanto o sentimento de culpa pela experiência, como elementos relativos a fé cristã, como os de Fátima e Stella, encontrados no site do Somos Todas Clandestinas, reproduzidos abaixo:

Hoje 1 dia depois de expulsão do feto tenho muita cólicas e ainda tô sangrando. Arrependo amargamente de ter falado q o odiava, e sei q tenho uma dívida enorme com Deus e vou pagar. Desejo sorte a todas (Fátima, 2018)

Bom, eu só estou escrevendo porque preciso desabafar de vez e encerrar essa história! Como era de se esperar eu estava grávida e n queria e tomei cytotec. Na primeira gota de sangue que saiu veio com ela o arrependimento ... demorou dias pra cair a ficha e eu chorei bastante, n por medo do castigo que irei receber de Deus, mas arrependimento por tirar uma parte de mim. Me perdoa, meu amor, vou te amar eternamente (Stella, 2018)

No relato de Fátima e da Stella surge o elemento do arrependimento após a vivência de interromper um aborto. O arrependimento, dentro da moral cristã, é um dos passos para a confissão, a cerimonia para apagar os pecado cometidos depois do batismo. A religiosidade cristã estabelece uma diferenciação entre um arrependimento perfeito e imperfeito. a narrativa abaixo, retirada do site da ACI Digital: Por sua vez, nas na das as mulheres que se identificam como católicas sofrem um pressão dupla por estar violando o que é esperado delas como mulher e também pela condenação da sua religião de pertencimento (JOHNSON, 2018). Podem, segundo as diretrizes da Igreja, serem perdoadas caso se arrependam.

Os requisitos institucionais para que o arrependimento seja validado estão inscritos no processo de confissão, no qual os fiéis vão até um pároco, após ter feito um exame de consciência, e verbalizam os seus pecados. Dentro das narrativa veiculadas no site da ACI, são elencados perguntas e respostas sobre a confissão, duas das quais estão parcialmente elencadas abaixo:

4. O que se requer para fazer uma boa confissão?

Para fazer uma boa confissão é necessário: fazer um cuidadoso exame de consciência, arrepender-se dos pecados cometidos e o firme propósito de não cometê-los mais (contrição), dizer os outros pecados ao sacerdote (confissão), e cumprir a penitência (satisfação). [...]

17. Quais são os pecados mortais mais freqüentes?

As faltas objetivamente mortais mais freqüentes são (seguindo a ordem dos mandamentos): praticar de qualquer modo a magia; blasfemar; perder a Missa dominical ou as festas de preceitos sem um motivo sério; tratar mau aos próprios pais ou superiores; matar ou ferir gravemente a uma pessoa inocente; procurar diretamente o aborto; [...]

O aborto aparece como um pecado mortal, ou seja, daqueles que violam algum dos dez mandamentos. O arrependimento, na narrativa da Igreja, seria uma das etapas para que o fiel seja absolvido dos seus pecados. Além dele, o fiel que siga o fluxo de vida católico, deverá confessar a um sacerdote e cumprir a penitência, conforme demonstrado na narrativa acima. Nesse sentido, as narrativas de Stella e Fátima pontuam uma verbalização da consciência de que elas haviam ido contra a vontade de Deus. O elemento da consciência sobre o pecado cometido são elemento chave dentro das narrativas católicas sobre o aborto, que na narrativa delas aparece como: “Arrependo amargamente de ter falado q o odiava” (Fátima, 2018) e “Na primeira gota de sangue que saiu veio com ela o arrependimento... demorou dias pra cair a ficha e eu chorei bastante, n por medo do castigo que irei receber de Deus, mas arrependimento por tirar uma parte de mim” (Stella, 2018).

Ao relatar no fórum do site a experiência que cada uma havia tido com o aborto as duas o fazem dentro da lógica da confissão, exceto pela figura do sacerdote. No fórum, ao invés do julgamento eclesiástico, o julgamento é do público, que está ali pelos mesmos motivos que ela, ou seja, para buscar os meios de interromper uma gravidez. É interessante observar a forma que as duas usuárias do fórum do site Abortivo habitam as normas religiosas ao narrar suas experiências com o aborto. As duas descrevem como arrependimento e evocam a imagem de Deus, Fátima como a certeza de que tem uma dívida com ele, e Stella, apesar de considerar que existira um castigo divino, mas sua narrativa se dirige ao filho, pedindo perdão. Fica claro como a religião é uma tecnologia de gênero que impacta sobre as subjetividade e práticas de mulheres que decidem abortar (DE LAURETIS, 1989).

No *55chan* encontrei uma história postada por um perfil anônimo de uma garota que foi estuprada e ficou grávida, que posteriormente vi que foi reproduzida por outras páginas em outras mídias sociais. Diferente dos outros tipos de narrativa que foram analisados nessa sessão, não se trata de um relato de uma experiência própria, mas de uma fabula. É estruturada na forma de um diálogo e escrita em uma linguagem extremamente simples e repleta de erros gramaticais, mas que, contrariamente as regras dos *chans*, não foi banida por isso. A história é narrada em terceira pessoa, a partir de um narrador observador e inicia com um diálogo entre a filha, que foi estuprada, e sua mãe. Ao descobrir que está grávida, a filha vai confidenciar com sua mãe pedindo ajuda. A mãe reage levando a filha a uma clínica de aborto para abortar. Surge neste momento um terceiro personagem que é o médico, ele pergunta a menina se ela quer realizar o

aborto e ela diz novo que não quer. Contudo o procedimento prossegue e a filha morre e a mãe não pode enterra-la pois por medo de ser descoberto, o médico não libera o corpo.

No final, como no modelo de uma fábula, a história termina com uma moral, onde o aborto teria sido a causa de extrema desgraça para a família, pois a mãe morre depois de um câncer. O narrador deixa o questionamento: Será que foi um castigo de Deus? Reproduzo abaixo a última parte da história:

Conclusão:

Essa família poderia esta feliz com uma netinha(o) se não fosse as atitudes tomadas com medo das consequências.

A mãe talvez não estaria com câncer (será que foi um castigo de DEUS?)

As crianças não são culpadas pela ingenuidade das mães

Por favor não tire a vida dos seus filho(a) Dê a chance deles viver como vc teve a sua.

Pense se seus pais também tivesse te abortado? (Anônimo 1, 55Chan)

As fabulas tem função de ensinar, dar exemplos do que seria o comportamento normativo. Conforme Melo (2012) as fabulas, em geral, são narrativas de extensão curta e alegórica, apresentam modelo de conduta ético-moral tomando como base o cotidiano social, fazendo referência a uma situação humana e tendo por objetivo educar e transmitir uma moralidade. No caso da narrativa da fábula produzida no 55chan, a decisão de abortar feita pelas mulheres da família é uma decisão ingênua que desencadeia um castigo divino sobre as personagens femininas. Esse castigo é a lição ético moral que se explicita na conclusão da fábula.

Quero evidenciar também que na narrativa tratada existe uma diferença responsabilização das personagens femininas e masculinos. Aos estupradores que abusaram da filha, não houve nenhum tipo de justiça sendo mencionada. A diferenciação entre homens e mulheres que se faz na narrativa se relaciona com o conceito de Fausto-Sterling (2002) de corporificação de normas sociais sobre os corpos a partir dos dispositivos socialmente construídos. O dispositivo de gênero estabelece na modernidade as diferenças entre os corpos, que sustenta a mitologia da normalidade (LAQUEUR, 2001). A fabula, assim como as narrativas religiosas no início da sessão, se inserem nessas linhas duras que responsabilizam apenas o corpo feminino pela reprodução e conseqüentemente, a criminalizam por violar o que é esperado delas como mulher e também como cristãs (JOHNSON, 2018).

Dentro das perambulações pelo site da ACI, encontramos o relato abaixo, onde o elemento da consciência aparece novamente. A narrativa foi feita com o escopo de esclarecer o

posicionamento da IG a partir de um aborto que resultou de um estupro de vulnerável em Olinda.

Contrariamente ao que assinalou a imprensa local, o Arcebispo de Olinda e Recife no Brasil, Dom José Cardoso Sobrinho, não "excomungou" à menina de 9 anos que recentemente foi o centro de uma polêmica logo que a justiça decidiu que a submetesse a um aborto ao encontrar-se grávida após da violação de seu padrasto. [...] A menina foi submetida na quinta-feira ao aborto em um hospital desta cidade. Dom Sobrinho lembrou que "para incorrer nesta penalidade eclesiástica é preciso contar com a plena consciência. A Igreja, neste sentido, é muito benévola com os menores e as vítimas do aborto"[...] "Aqueles que aprovaram e os que realizaram este aborto, incorreram em excomunhão segundo o número 1398 do Código de Direito Canônico. A Igreja não acostuma comunicar isto, mas é necessário fazê-lo nesta ocasião", disse o Prelado.

Revela-se uma nova fissura que existe dentro do modo de viver o aborto da instituição, relacionada à consciência, assim como as questões apontadas em torno da confissão. Pela ausência dela, a menina que abortou uma criança fruto de um estupro não foi excomungada da Igreja. Um marco importante no posicionamento da IG sobre o aborto se deu com a assunção do papa Francisco ocorreu em um momento que autores como Johnson (2018) apontam como uma nova temporalidade em relação a outros papados. De fato, em relação às mulheres que abortaram, o papa habilitou aos sacerdotes que perdoassem apenas aquelas que se arrependessem.

Assim como na fábula encontrada no *55 chan*, o relato do crime ocorrido em Olinda não se compromete a nenhum tipo de punição sobre o masculino. O padrasto da menina de nove anos de foi estuprada, assim como os amigos da garota da fábula, não recebem sanções divinas. Evidenciando o aspecto também político que essas narrativas possuem. Seus pontos de ruptura estão exatamente no posicionamento religioso sobre a menina que aborta. Se na fábula ela morreu como castigo, no caso de Olinda ela não foi excomungada. O posicionamento da Igreja, mesmo que de forma extremamente lenta, está se atentando ao fato de que as normas religiosas não são mais suficientes para impedir que ocorram interrupções da gravidez e que por isso, muda seus fluxos de força a partir do mecanismo institucional da confissão e do desejo por perdão.

Se em 2008, quando foi organizado o livro *Aborto e Saúde Pública* pelo Ministério da Saúde, as questões simbólicas eram pouco exploradas dentro das pesquisas feitas com mulheres que abortam, segundo o livro, Johnson (2018) ao estudar os diversos aspectos da religiosidade e da experiência com o aborto, aponta diversas maneiras como ela se tenciona com uma religiosidade

católica, observa como as narrativas das mulheres ao contar o momento da decisão apareçam desconectadas das normas religiosas. Assim como, segundo a autora, posteriormente pode existir um sentimento de transgressão sobre o qual essa religiosidade católica será constantemente reelaborada. Alguns relatos compartilhados por essas mulheres apontam o caminho narrativo pelo qual essas fissuras se direcionam:

Agora, tô mais decidida que nunca: quero a minha laqueadura! Espero nunca mais passar por isso! E sabe a minha fé? Continua igual! O meu Deus? Continua me amando! Ele sabe das minhas limitações... E, se Ele não aprova o que eu fiz... mas não deixou me amar por isso! [...] (Adriana, 31 anos, Ceará)

Comecei a pesquisar na internet e cheguei a um contato de uma enfermeira que cobrou 4 mil pelo procedimento. Eu estava desesperada. Peguei um empréstimo e fui até a residência desta pessoa. O procedimento iniciou com injeções no soro de ocitocina e introdução uterina de dilatadores. Tudo foi muito doloroso. Durou um dia inteiro e a expulsão do feto aconteceu em casa. Para todos foi um aborto espontâneo. Me dirigi em seguida para um hospital que fez a curetagem. Em nenhum momento mencionaram que o aborto foi provocado. Fiquei internada 2 dias e tomando antibióticos em casa. Não tive hemorragias. Senti um pouco de cólicas por alguns dias. A dor emocional é destruidora. Todos sabiam que eu estava grávida...então ouço: “Deus quis assim”. Não. Ele não quis assim. Eu escolhi esse caminho e que não terá volta. Tenho vergonha de fazer orações, tenho vergonha de olhar para as pessoas, tenho vergonha de mim mesma. Estou deprimida e só queria poder voltar ao passado e não ter tido aquela transa maldita. Será que um dia Deus vai me perdoar? Será que vou me perdoar? Quero me preparar pra engravidar novamente, só que do meu marido, do meu parceiro. Aventuras, nunca mais! (Ana, negra, 36, Salvador)

O sentimento de transgressão perpassa a narrativa de Adriana e Ana de formas diferentes. Enquanto Adriana é segura de que a sua relação com a religiosidade continua a mesma após o aborto, Ana questiona se algum dia poderá receber o perdão de Deus após os seus atos. Existe uma multiplicidade de olhares sobre a religião, e apesar de a religiosidade representar um fluxo de forças importante nas narrativas sobre o aborto, encontra-se cheio de fissuras por meio das quais as mulheres que abortam ressignificam constantemente a sua relação com a religiosidade.

Durante a viagem, deparei-me também com um fórum do site Abortivo, que apoia a prática, fornecendo instruções de uso dos remédios, conteúdos voltado para mulheres que caíram em golpes na compra do remédio e um espaço para discussão entre elas. No fóruns de discussão do site, encontrei tanto mulheres que buscavam informações sobre o aborto como também os comentários abaixo respondendo algumas que haviam escrito buscando fontes seguras para comprar os remédios. São três respostas consecutivas a três comentários também consecutivos, assinados como Deborah, com o intuito de dissuadi-las.

Moça, não aborte, o aborto não vai resolver seus problemas, criará outros, eternos. Não faça isso consigo mesma e com seu filho, deixe-o viver, ame-o, dê para a adoção, mas deixe que ele aproveita a vida, ela sempre vale a pena, imploro. (Deborah, 2018)

Não faça isso ou, você se arrependerá e sofrerá com as consequências para o resto da vida, um bebê pesa menos no seu colo do que na sua consciência, dê para a adoção então, é difícil, mas nada é mais difícil do que retirar a vida de um ser humano indefeso, deixe sentir pelo seu filho, não abortes, imploro. (Deborah, 2018)

Moça, não tome essa atitude, aborta NUNCA é a solução, você vai contrair traumas inimagináveis e eternos, não se iluda com soluções falsas, elas só causam mais dor e sofrimento, dê para adoção, mas não faça isso consigo mesma e com seu filho. (Deborah, 2018)

Os comentários de Deborah podem ser analisados a partir de sua temporalidade e lugar. Em relação temporalidade escolhe o momento de decisão, onde as mulheres relatam estarem mais desesperadas, para procurar dissuadi-las de realiza-lo. O espaço de sociabilidade é um fórum que ideologicamente a favor da prática. Não é possível apreender o tom, mas o uso de verbos como implorar e de palavras escritas com letras maiúsculas revelam o caráter religioso das argumentações para que as mulheres desistam do desejo de interromper a gravidez, considerando a vida a partir da concepção, mostram uma narrativa que parte de linhas duras. Ela, assim como Ana e Adriana, socializam dentro de uma fronteira, da qual o significado do aborto é negociado.

Um dos argumento utilizado por Deborah é a culpa, que segundo ela, as mulheres estariam expostas após a experiência do aborto. Conforme colocado por Zanello, Fiuza e Costa (2015) mulheres que se desviam do padrão de cuidado maternal podem experimentar sentimento de culpa. O aborto constitui uma ruptura do dispositivo de gênero que entente a maternidade como um destino, e por isso, é considerado um transgressão da própria natureza. Além de poder sê-lo duplamente, a depender do grau das mobilizações religiosas que atravessam os corpos e vidas das mulheres que abortam. Não é, contudo, o único sentimento relatado por mulheres após o processo. No trecho abaixo, do relato de Bruna, fica evidente como o sentimento de solidão afeta a experiência cotidiana dela desde que realizou o aborto:

(...) O brasil toca nesse assunto muito pouco e eu não conheço nenhuma amiga que tenha feito o mesmo, me sinto perdida e sem poder desabafar, só quem passou por isso sabe. Que Deus nos perdoe por todos atos errados nessa vida e se alguém quiser fazer uma amizade, eu peço meu número, sinto falta de conversar com alguém que intenda o que estou dizendo sem me olhar feio ou acusar :// (Bruna, 2018)

Bruna vive o aborto como um pecado, uma transgressão, quando afirma “Que Deus nos perdoe por todos os atos errados”. Apesar dos dados da Pesquisa Nacional do Aborto indicarem que, aos quarenta anos, quase uma em cada cinco mulheres tenha o provocado (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017), ela não conhece nenhuma mulher no seu círculo íntimo que o tenha

realizado e sente falta de poder conversar sobre o assunto com outras mulheres, apontando para um silêncio sobre o tema não apenas no nível institucional, mas também cotidiano.

6.2 Vivendo o aborto como crime

Conforme elaborado por Federici (2017) a dinâmica instituída entre a Igreja Católica e o clero para execução das sentenças durante a inquisição foram os primeiros passos para a consolidação dos sistemas jurídicos dos estados-nação europeus (TREVOR-ROPER, 1972, p.122). Os entendimentos da animação simultânea desde a concepção e o aborto como assassinato foram absorvidos por grande parte das comunidades médias e das elites políticas no decorrer da secularização das sociedades. Na presente dissertação, concordo com a perspectiva de Machado (2017) que entende que a origem das leis que proíbem o aborto são de origem religiosa, fundamentadas em sanções religiosas e regras morais, em concordância com o que discuti na sessão anterior.

As leis se inscrevem como linhas oficiais, uma categoria das linhas duras dentro da perspectiva cartográfica de Deleuze (1996), que organizam os territórios e os movimentos de estratificação, organizando os fluxos dispersivos de desejos em regimes e padrões administráveis. Nas narrativas escritas que são tratadas nessa pesquisa, muitas vezes essas linhas duras inscrevem valores morais e sentidos que desenham uma forma de significá-lo. Essas formas foram construídas historicamente e, apesar de cristalizadas, existem outros trajetos que acabam por sempre fugir da normatividade. Além do papel que a religião possui nessa normatização, é indiscutível que o sistema jurídico também teve um papel importante na tentativa de controle sobre a prática no Brasil.

É importante considerar que, “em uma visão pós-estruturalista, as leis não são, em si, fontes de poder, pois o mais importante é entender as construções sociais que culminam nessas leis” (TEIXEIRA, 2015, p. 43). Se tratando das leis sobre o aborto o percurso teórico demonstrou que a colonização, principalmente em seu momento inicial, com a catequização de valores da religião católica sobre as populações que se encontravam originariamente no território, tiveram um papel fundamental na estruturação das leis que atualmente estão presentes sobre o tema na Constituição Brasileira. Nessa perspectiva, “apesar de o Estado ser considerado um aparelho central de poder, Foucault (1992) enfatizava a articulação de “[...] poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação” (MACHADO, 2012, p.11). Pois a analítica

foucaultiana do poder acaba distinguindo as grandes transformações estatais e as mudanças políticas daquelas relações de poder que se expandem por toda a sociedade em formatos mais regionais e concretos (MACHADO, 2012)

A genealogia foucaultiana, onde é também tratado o conceito de biopoder, se desenvolveu uma concepção de poder que não é jurídica e que não diz respeito fundamentalmente a aspectos legais (MACHADO, 2012). Apesar de o pano de fundo histórico ser essencial para que se compreenda a impossibilidade de neutralidade do discurso jurídico, que foi encontrado em várias narrativas durante a nossas andanças, no território explorado, encontramos o *site* Jusbrasil, que afirma ter sido criado com o intuito de conectar pessoas à justiça. Nele podemos observar como o poder atua a partir das narrativas de conteúdos criados sobre diversos assuntos pensados tanto para leigos como para advogados. Tratando do aborto, encontrei narrativas de profissionais que discutem nesse tópico tanto o início da vida, o início da personalidade e a tipificação penal, como uma revisão dos casos permitidos por lei. Uma análise sobre o tema não tem os autores explicitados, e quando questionados por um dos usuários sobre qual seria o nome do autor, os organizadores do conteúdo respondem: “Nós escrevemos o texto de acordo com a lei” (Examedaoab.com, 2019).

O que significaria escrever de acordo com a lei? A pretensão de objetividade e imparcialidade é um ponto comum entre todas as narrativas jurídicas. Mas não somente nela, é um sintoma da cristalização de forças que se forma e que busca, a partir de um juízo moral, desqualificar outros modos de viver o aborto. Ao silenciar a subjetividade do autor, ignora-se também o fluxo de forças por trás das escolhas dos elementos textuais das leis e, porquanto, a complexidade da vida. Nesse sentido, segundo Lopes (2017), no âmbito jurídico a neutralidade representa uma abstração, na medida em que todo texto é constituído a partir de uma subjetividade, que se evidencia:

A partir da escolha lexical, selecionam-se elementos que não apresentam natureza dêitica ou avaliativa, pois outros fatores operam na construção da subjetividade: a categorização, a conceptualização das cenas e o emprego de operadores argumentativos, por exemplo (LOPES, 2017, p. 15).

Nesse sentido, escrever de acordo com a lei só pode significar uma cristalização da moral religiosa que o aborto é um atentado contra a vida, sobrepondo modos de viver sobre outros. As linhas religiosas tratadas culturalmente como dogmas que não podem ser questionados, faz com que atenção não seja dada as linhas de fuga. O aborto muitas vezes é colocado como um

assunto delicado, sobre o qual é considerado difícil tomar um posicionamento claro, como afirma João Augusto em outro comentário:

Este é um assunto muito delicado. O esclarecimento foi muito bem direcionado sem em nenhum momento tomar uma posição. Vai me ser muito útil. (JOÃO AUGUSTO, 2019).

Quais seriam então os sentidos atribuídos pelos autores das narrativas jurídicas à ilegalidade do aborto? A narrativa de Aureliano Caldeira e Janylla A. Tomaz Silva Andrade em 2017 contribui para a dissertação sobre a questão, diferenciando-se das demais narrativas ao contextualizar historicamente como foram construídas as leis sobre o tema no Brasil desde o império português. Eles afirmam:

No Brasil, o Código Criminal do império de 1830 não previa o crime de aborto praticado pela própria gestante, mas apenas criminalizava a conduta de terceiro que realizava o aborto com ou sem o consentimento da mulher. (BRASIL, 1830).

Decorrido o tempo o Código Penal de 1890, por sua vez, passou a prever a figura do abortamento provocado pela própria gestante. Enfim, o Código Penal de 1940 tipificou as figuras do aborto provocado, nos termos dos artigos 124 e 125. O artigo 124 dispõe como crime “provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque”. (BRASIL, 1940). No mesmo sentido, porém um pouco mais abrangente, o artigo 125 disciplina: “provocar aborto, sem o consentimento da gestante” (BRASIL, 1940). (JUSBRASIL, 2017)

Ao argumentar que a legislação sobre o aborto é historicamente contextualizada e que nem sempre mulheres foram penalizadas legalmente por abortarem, os autores criam fissuras nas linhas mais duras do discurso jurídico homogeneizante. Ao pontuar que o Código Criminal do Império de 1830, não considerava um crime o auto aborto, apenas tipificando como crime o aborto realizado em outra pessoa, evoca o sentido de honra. O envolvimento da questão da honra está relacionada a uma concepção, conforme apontada por Beraldo, Birchall e Mayorga (2017) de que era motivado para salvaguardar a honra de mulher no caso de uma gravidez adulterina ou que ferisse outros motivos morais. As autoras indicam que uma gravidez não planejada fora do casamento constituiria um motivo moralmente aceitável para a realização de um aborto, uma vez que seria uma evidência da atividade da vida sexual da mulher e portanto, uma ameaça a sua honra.

Contudo, no período republicano, com o aumento das preocupações sobre a regulação populacional e a inscrições de natalidade, as linhas de força da criminalização se endureceram, agravando no texto do Código Penal também a possibilidade de auto aborto (MACHADO, 2017). As novas dinâmicas de controle a população evoluíram na medida em que novas lógicas

de circulação foram se formando, conforme colocado por Foucault (1999). Contudo, quando se trata das negociações que ocorrem em nível cotidiano entre os desejos dos indivíduos e os desejos da população disciplinada, a ilegalidade da indução do aborto produziu efeitos perversos para a saúde das mulheres e à saúde pública (CORRÊA, MASTRELA; 2012).

A justificativa formal para a restrição da ANVISA sobre o remédio pontua que existe uma associação entre o uso de misoprostol e a ocorrência de uma anomalia raríssima chamada Síndrome de Moebius, apesar das normas e evidências científicas, nacionais e internacionais (CORRÊA, MASTRELA; 2012). Contudo, como revelou a Pesquisa Nacional do Aborto (2016), metade das mulheres aborta usando medicamentos, isso ocorreu em mais de 48% dos casos válidos. Nos caminhos percorridos no território *online* a comercialização de misoprostol no Brasil é um dos principais pontos de tensão dentro dos diversos modos de viver o aborto como crime. O misoprostol foi incorporado a um conjunto de mercadorias ilegais no Brasil após a expansão do seu uso não-hospitalar como meio para induzir abortos.

Conhecido popularmente como Cytote, o misoprostol é comercializado e contrabandeado no Brasil. Não teria, então, as narrativas legais e institucionais alguma simpatia pela atividade subterrânea que proporciona seu controle? De uma parte da negociação, mulheres ou homens que se deparam com uma gravidez indesejada e precisam do remédio o mais rápido possível e de outra farmácias, ONGs e indivíduos que o contrabandeiam e comercializam ilegalmente. São vendidos a uma média de cem reais por comprimido, sendo que em média, são necessários pelo menos quatro comprimidos. É nessas linhas da ilegalidade que surgem os golpistas de cytotec.

No site Abortivo encontrei um fórum de mulheres que compartilhavam experiências sobre a compra do remédio, inclusive com informações e dicas para que não caíssem no chamado “golpe do Cytotec”. A comercialização ilegal do produto no Brasil, conforme demonstra Arilha (2012) expõe mulheres e homens a diferentes graus de vulnerabilidade, que depende diretamente dos itinerários desenvolvidos por cada uma para acessar o remédio, sem nenhuma garantia de êxito. Reproduzo alguns trechos dos comentários das mulheres abaixo:

Fui vítima de golpe aqui em São Paulo, achei o contato dela na internet que atende pelo nome de Mariana (acredito que seja um nome falso adotado por ela). Ela me vendeu 6 comprimidos de Cytotec por R\$800,00, eu estou desempregada dei todo o dinheiro que eu tinha para aquela mulher, só Deus sabe o desespero que passei quando usei o remédio e após 3 dias sem efeito algum, tive a convicção de que usei produto placebo.

Essa mulher me encontrou na estação de trem, ela é branca, alta (por volta de 1,76 de altura) tem cabelo preto Chanel, e piercing no nariz.
 Telefone dela [...], ela dizia vender o Cytotec cujo fabricante era Apotex.
 Estou triste e revoltada com a situação, queria que ninguém passasse por isso.
 (MAYZA, 2016)

O contrabando é uma linha flexível que surge a partir do território endurecido da ilegalidade do aborto no Brasil. Sintomas dos fluxos de forças traças as linhas duras sobre o senso comum do tema. Os relatos no site de mulheres que caíram em golpes no site ao tentar coprar o remédio passam mais de três mil no site Abortivo, todas unificadas pelo desejo, mesmo que momentaneo, de interromper a gravidez, mostram como a ilegalidade, na micropolitica, não é sujeitada pelas leis. O relato de Bruna, abaixo, é um deles:

Caí em um golpe de 400 reais aqui no RJ pena que não entrei antes no site para verificar as fotos.
 Porém já conseguiram pra mim original e funcionou em 4hrs!! Em uma farmácia em Nilópolis (não me disseram o endereço até hoje)
 Agora estou com 11 semanas (quase chegando na 14. Semana decisiva)
 (BRUNA,2015)

Como podemos ver pelos relatos de Mayza e Bruna cada uma desenvolveu um itinerário para acessar o remédio. Uma conseguiu um contato na *internet* e posteriormente encontrou pessoalmente a vendedora em uma estação de metrô para completar a transação e a outra por meio de uma farmácia de bairro no interior do estado. O site contraindica veementemente que se compre o medicamento de contatos conseguidos via internet, pois geralmente são golpes, contudo fornecem também instruções para que as mulheres possam tentar recuperar o dinheiro caso o golpe já tenha ocorrido. A estratégia que o site abortivo encontra para evitar o estelionato é criar uma lista de golpistas alimentada pelas informações dadas pelas próprias mulheres, para que outras, antes de comprar o remédio, possam conferir os dados bancários na lista e ver se existe algum registro do vendedor no site.

O site se apresenta como importante aos usuários para que a má informação a respeito do aborto diminua. É, nesse sentido, uma das rachaduras que rompem com a visão do aborto como proibido Além das informações sobre as quantidade, ainda tem indicações de fornecedores, relatos de mulheres que já passaram pela experiência de induzir um aborto, cuidados para antes e depois e informações sobre possíveis complicações. Para evitar o estelionato é criaram uma lista de golpistas alimentada pelas informações dadas pelas próprias mulheres, para que outras, antes de comprar o remédio, possam conferir os dados bancários na lista e ver se existe algum registro do vendedor no site sobre golpes anteriores. Uma das usuárias, que se intitula como

Alegria, afirma na sua narrativa sobre a experiência do aborto que as informações encontradas ali serviram de base para o seu processo de interrupção da gravidez, conforme relato abaixo:

Primeiro quero parabenizar a todos os envolvidos pelo site. É uma das melhores coisas que eu já encontrei pela internet. 22 anos e uma vida que não inclui uma criança. Eu nunca julguei o aborto, inclusive sempre soube que se caso algo acontecesse, não ia pensar 2x. [...] No dia 10/04 fiz outro teste e tava lá, as duas barrinhas. Ver aquilo fez meu coração bater forte por 1 minuto mas decidi ser extremamente racional [...] Tenham paciência, infelizmente meu aborto foi demorado mas valeu a pena esperar os 5 minimos dias como o site aconselha. Depois ainda fiz um teste de farmacia só pra ter certeza e dessa vez tava lá, só uma barrinha linda e maravilhosa (ALEGRIA, 2018)

As narrativas presentes no site mostram vários fluxos de forças que rompem com as noções equilibradas estipuladas pelas linhas duras. As informações são essenciais para se obter um desfecho positivo para saúde em relação as próprias experiências com o aborto em um contexto de ilegalidade, conforme Arilha (2012) demonstra. Segundo a autora, uma experiência positiva durante o processo está intimamente ligado com as redes sociais a que as mulheres pertencem e os mediadores que tem acesso e se vinculam. A internet é um desses acessos que podem ser veiculados e que auxiliam mulheres e homens nesse sentido. Contudo, segundo a ABRANET (2020), em 2019 os acessos de banda larga no Brasil eram cerca de dez milhões, sendo que, em 2010, quando foi elaborado o último censo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de famílias brasileiras era de 37,3 milhões, quase um quarto dos acessos de banda uma década depois.

Observamos que conforme demonstra Arrilha (2012) o processo de compra parece trazer para a cena a figura masculina, que muitas vezes media o processo de compra ou se manifesta na figura do vendedor. O aborto aparece tanto no contexto dos *chans*, como também nos fóruns do site Abortivo. O 55chan é um ambiente onde a linguagem padrão é extremamente misógina, onde a maior parte das postagens sobre aborto foram encontradas em uma *board* chamada escória, uma aba onde o objetivo é discutir quaisquer assuntos relativos à “depósitos” (de porra, expressão usada para se referir a mulheres nos *chans*).

A *thread* abaixo foi publicada no 55chan de forma anônima pedindo um contato que venda drogas abortivas:

Minha pitanga tem um feto indesejado em seu útero e eu quero tirar ele de lá na base da porrada. Anões, preciso de sugestões menos invasivas/contato de algum traficante que venda drogas abortivas. (Anônimo, 2019)

A mudança nos modos de ver o aborto nas narrativas produzidas nos diferentes fóruns que transitei durante a produção dos dados se modifica principalmente a partir de mudanças no sujeito narrativo e nas regras do espaço. Enquanto os *chan* são frequentados por anônimos que representam os ideais da masculinidade e branquitude, o personagem da narrativa acima se sente à vontade para compartilhar que cogita resolver a situação a qualquer custo, seja por meio de violência física, ou através de remédios e outros métodos. A mensagem foi banida pela moderação, mas ainda continuava visível para todos os usuários. É uma ameaça que representa um aspecto dos inúmeros riscos que as mulheres podem experimentar durante a experiência do aborto como ilegal, além da violência financeira, ela é também física.

6.3 Vivendo o aborto como um somatizador do gênero como dispositivo de poder.

Em diferentes espaços do território foram encontrados relatos que se uniam em torno do aborto como uma necessidade. Narrativas enunciadas de diferentes personagens, que se identificavam como homens ou mulheres, buscando apoio, ou comentando sobre pedidos de outros usuários. Ao desejar interromper uma gravidez cada sujeito vai experimentar complexidades diferentes relacionadas às linhas de poder de gênero impõe sobre cada um dos corpos. A partir do 55Chan iniciei a refletir sobre as formas como as identificações de gênero afetam as forças mobilizadas nas narrativas dos diferentes sujeitos se iniciou sobre como as linhas duras e como a criminalização do remédio é experimentada nas narrativas masculinas e femininas de formas diferentes.

A forma como homens participam da reprodução e do aborto tem sido uma lacuna na literatura científica, conforme apontado por Brandão *et al.* (2020). Abordar as narrativas dos homens sobre o aborto é um esforço de compreensão das diversas nuances que se instauram nos relacionamentos afetivos-sexuais e heterossexuais, a partir de uma mobilização de recursos materiais e simbólicos acionados frente a uma gravidez imprevista por representações do masculino e do feminino nas produções narrativas coletadas no contexto online. No 55chan as linhas duras que regulam os comportamentos dos usuários estão diretamente relacionadas à normatividade de gênero imposta pelo senso comum. A máscara da masculinidade é apropriada como modo de ser único nessa parte do território e isso afeta as formas como as narrativas sobre o aborto são produzidas.

A maior parte de narrativas sobre o aborto dentro do *55Chan* foi produzida na *board* de conselhos. Primeiramente, reproduzo os relatos de dois sujeitos anônimos que se identificam como homens que solicitavam informações sobre possíveis formas de interromper uma gravidez, levantando o nome de remédios abortivos. Os dois abaixo, do anônimo 1 e anônimo 2 relatam ter medo de uma possível gravidez das suas parceiras:

Postei em outro chan, muitos anões falaram que não vai dar em nada, quero dizer, todos falaram isso. Ontem conversei com a menina, pois tava preocupado sobre essa merda de gravidez, então vi vídeos a respeito, além de ter falado com muitas pessoas experientes que me disseram que não daria merda nenhuma. Só que hoje a menina inventa que tá sentindo os peitos ressecados. Eu presumo que seja o psicológico dela, pois como avisei pra ela, percebi que ficou um pouco preocupada. Vocês também acham isso? Porra, como é possível engravidar, sendo que não gozei no ato inteiro? [...] (Anônimo, 2019)

A menstruação da minha pitanga está atrasada como a foda, sendo que sempre transamos com camisinha e ainda tento realizar o “coito interrompido” mesmo usando capa. Além disso, sempre dou um conferida na camisinha após gozar, não sei em que momento a merda pode ter acontecido. (Anônimo, 2018)

Ao questionar “como é possível engravidar, sendo que não gozei” o usuário propõe que não é possível que ele seja o pai, por não ter gozado. A imagem do homem maduro e viril é colocada em cena. Segundo Brandão *et al* (2020) na trajetória dos jovens existe uma forte dimensão sobre “assumir o que fez” instituídas pelas normas de gênero que podem afirmar que o desenlace majoritário seja de levar a gestação à termo. A autora exemplifica que é como se o jovem não pudesse se furtar de assumir sua responsabilidade, com pena de colocar sua imagem de homem maduro e viril em risco. Elementos como a explicação dada sobre os métodos anticoncepcionais utilizados são utilizados para argumentação. O segundo anônimo, ao dizer “transamos com camisinha e ainda tento realizar o coito interrompido” faz uma relação entre dois métodos contraceptivos que segundo ele são utilizados para evitar uma gravidez. A responsabilidade, nas narrativas acima

O uso inadequado dos métodos contraceptivos são responsáveis pela maioria dos casos de insucesso na prevenção da gravidez, segundo Prietsch *et al.*(2011). Dentre os pesquisados em uma pesquisa realizada com a todas as parturientes residentes no município de Rio Grande, os autores ainda apontam como a figura masculina costuma ter mais influência na decisão do método que será utilizado pelo casal, certamente uma manifestação das linhas de força de gênero no cotidiano. A possibilidade de que a gravidez não tenha sido resultante do ato sexual onde eles foram os parceiros é o ponto comum entre as duas narrativas tratadas nessa pesquisa. Se diferenciam na medida em que na segunda a voz ativa do verbo transar é na segunda pessoa

do plural, ou seja, que os dois se responsabilizam por usar a camisinha como método contraceptivo, contudo no método do coito interrompido, ela é responsável apenas do homem.

A contracepção é uma prática que envolve diversas dificuldades ao longo da vida reprodutiva de homens e mulheres, afetada por vários fatores circunstanciais como parceria ocasional ou estável, condições de saúde e renda, (in)existência de filhos, perfil do parceiro (colaborativo, violento) etc. Nem sempre as circunstâncias são previsíveis e garantidas a todas as mulheres. Ao tratar o tema sob a perspectiva de gênero fica evidente a complexidade que envolve também os enfrentamentos a uma gravidez indesejada. Respeitando a precedência de mulheres no processo de tomada de decisão sobre uma gravidez imprevista, é uma decisão imersa em relações de afeto e parentesco, que impõe uma compreensão mais relacional dos fenômenos sociais e que busca também uma responsabilização do masculino nas questões relativas a contracepção, ou ausência dela, gravidez e tomada de posição diante da paternidade ou de sua negativa, pela via do aborto (BRANDÃO *et al*, 2020).

A participação do parceiro na decisão de abortamento não é homogênea, em linhas gerais oscila entre sua exclusão do processo, consenso sobre o procedimento ou a recusa que o mesmo aconteça. Ao consenso em caso de gravidez argumentado pelos usuários nas narrativas acima, seguem as seguintes manifestações de outros usuários, reproduzidas abaixo:

Carvalho, OP. É claro que não tem chance dela engravidar. Se engravidar o filho não é seu. Lubrificação não engravida porra nenhuma. [...] Se houver gravidez, pode apostar suas bolas que esse filho não é seu [...] E fica nisso de querer abortar. Puta que me pariu, isso é filhadaputice mesmo. Ao invés de ser um homicida de inocente, force a vagabunda a ir até o fim com a gravidez e dê a cria para adoção. Depois trate-a como a vagabunda que ela é, que deu para outro e colocou a culpa da gravidez em você. Aproveite a criança para fazer o DNA e revelar a si mesmo o tipo de vadia que ela é. (ANONIMO, 2019)

[...] Converse com a depósito para não falar com ninguém também. A última coisa que você precisa é que coloquem tourobosta na cabeça dela. A mantenha em rédea curta, até resolver a situação. (ANONIMO, 2019)

Amigo, atrasou 3, 4 dias é teste de gravidez, dá tempo de correr atrás do Cytotec se for o caso. Atrasada como a foda e você ainda não fez ela mijar no negócio? Quer ser papai? (ANONIMO, 2018)

Nas narrativas acima, é novamente questionada a possibilidade de a gravidez não ser resultante do ato sexual em questão nas narrativas. A sexualidade feminina é colocada como evidência de uma desonra da mulher. Quando o usuário anônimo 1 diz que ele “force a vagabunda a ir até o

fim com a gravidez e depois dê o filho para a adoção” ele sugere uma atitude de constrangimento do homem em relação a parceira na decisão pelo aborto. Esse tipo de reação dos homens em relação ao desejo de interromper uma gravidez indesejada já havia sido percebido na pesquisa de Brandão *et al.* (2020), em situações onde há menos negociação e mais constrangimento, por meio de uma imposição masculina para não levar a gestação adiante.

As construções de gênero definem regras para um comportamento normativo que reificam e reprimem modos de ser e viver a sexualidade (RUBIN, 1993). O posicionamento de que o homem deveria ou força-la a prosseguir com a gravidez, ou mesmo de “manter as rédeas curtas, até resolver a situação” vê a figura masculina como responsável por assumir a questão, sem criticar, contudo, as formas pelas quais as medidas serão tomadas de frente ao corpo da mulher. Seria, nesse contexto, papel do homem resolver a situação e tomar providências. Na perspectiva das mulheres, por outro lado, o envolvimento do parceiro no processo é um ponto de reflexão ao se confrontar com uma gravidez indesejada.

Para mulheres, a depender do contexto onde o devir mãe se apresenta, o aborto se torna um desejo ou até mesmo uma necessidade. São várias as questões que se cruzam, como pode ser percebido no relato abaixo, produzido na página da ONG “Somos todas clandestinas”:

Quando eu vi o resultado do teste, me senti sozinha e presa mais uma vez à relação que não estava me fazendo nada bem. O meu parceiro já tinha uma filha de outra relação, e ele era um péssimo pai. Eu, vivendo tudo isso, resolvi abortar sozinha, escondido dele porque eu não confiava nele, tinha medo que ele contasse para os meus pais, que nunca aceitariam, e comecei loucamente a procurar alguém que me vendesse os remédios. Encontrei várias pessoas horríveis que fazem do seu sofrimento e desespero um comércio e queriam me vender a quantidade errada de remédios para a quantidade de semanas que eu estava, por valores absurdos. Foi quando eu consegui entrar em contato com uma moça de um coletivo de mulheres que foi um anjo na minha vida, me ajudou, tirou todas minhas dúvidas, me deu a quantidade correta dos remédios, me explicou todo o procedimento sem nenhum tipo de julgamento e salvou minha vida. (CLANDESTINA, negra, 22 anos, ACB Paulista)

O fato de estar em uma relação que não estava bem e onde não podia confiar no parceiro é uma das razões colocadas pela Clandestina para interromper o aborto sozinha. São várias as questões envolvidas na decisão, mas nesse caso principalmente o fato de já saber que o parceiro seria um pai ausente e de que não poderia contar com o apoio da família. A clandestina cria novas redes de afeto durante o processo, tendo em vista que não poderia contar com o parceiro para realizar o aborto. O principal motivo apontado por ela para optar por não informa-lo da gravidez, é de que sentia medo de que ele a expusesse para outras pessoas. A exposição, em um contexto de ilegalidade e de condenação moral, pode provocar danos tanto na esfera legal, como na social.

A ausência de julgamentos, na narrativa acima, surge apenas no momento em que a Clandestina pode encontrar uma mulher que conseguiu fornecê-la os remédios, informações sobre a dosagem e também apoio emocional. Um encontro diferente dos de antes, que havia acessado na busca pelo remédio, relatando na narrativa que havia sido vítima de golpes, quando afirma que: *Encontrei várias pessoas horríveis que fazem do seu sofrimento e desespero um comércio e queria me vender a quantidade errada de remédios para a quantidade de semanas que eu estava, por valores absurdos.* O acesso aos remédios no Brasil é bastante difícil desde que ele foi proibido e o número de golpistas aumentou com a ilegalidade.

Nesse sentido, Roso *et al* (2017) apontam que os blogs tem um papel importante sobre a diminuição da experiência de sofrimento experimentada pelas mulheres pela falta de suporte afetivo e médico durante a experiência com o aborto. Permitem compartilhamento e um possível atenuamento das consequências negativas da ilegalidade. A falta de um parceiro com o qual sentisse segurança também é apresentada também pela clandestina abaixo em seu relato, corroborando com a discussão de que as narrativas femininas traem diversas dimensões que interagem na decisão do aborto, inclusive uma ponderação sobre o tipo de parceria e as expectativas de gênero que as qualificam.

Dado esse contexto prévio, vamos ao contexto no qual eu vivia quando me descobri grávida pela terceira vez: Separada, 2 filhos, trabalhando 10 horas por dia por 1 salário (no dia que confirmei o exame de sangue foi o dia que assinei o aviso prévio na empresa – sintam o drama!), pagando aluguel que leva metade do salário, e “saíndo” (não era um namoro) com um rapaz 6 anos mais novo, desempregado e amigo do meu ex marido! (CLANDESTINA, branca, 31 anos, Ceará)

No seu relato, a Clandestina aponta também questões financeiras foram consideradas no momento de tomar a decisão, o fato de já ter vivido duas maternidades e já entender o que seria esperado dela, tanto economicamente como em relação ao tempo no cotidiano. Mostra que nesse contexto, a escolha para ela, assim como para o relato anterior, pesa diferentes aspectos objetivos e também emocionais, como o salário, que não seria suficiente para dar conta de duas crianças e do aluguel. Era uma decisão estratégica, não religiosa. Assim como apontado por Johnson (2018) os elementos religiosos não impactam no momento da decisão, mas serão posteriormente constantemente negociados. O aborto, para além do discurso público de *advocacy* como uma necessidade de saúde pública, torna-se uma necessidade de vida, uma estratégia.

Inicialmente essa sessão tinha sido pensada para se chamar: aborto como desejo e necessidade. Posteriormente, foi apontado pela professora Juliana Teixeira (obrigada!) de que aqui não temos

muitos elementos para isso, uma vez que em muitos momentos o homem assume um lugar de protagonismo. É importante demarcar esse desejo e necessidade, quando partem especificamente de narrativas femininas, como uma ruptura do modo como o feixe de relações de poder ocorre.

6.4 Redes formadas sobre o aborto

No primeiro momento da pesquisa, embarquei no território com o objetivo de identificar os agentes sociais e suas narrativas. Entender os modos de funcionamento dos diferentes espaços online foi uma contribuição importante dos dados tratados que surgiu de forma espontânea a partir do contato com o campo. A internet tem um papel é central para mulheres obterem informações sobre o aborto em um contexto de ilegalidade, e surgiram também narrativas de homens que estiveram presentes nos processos de interrupção de uma gravidez. Outros autores também transitam nesse espaço de transito e significam nele o tema do aborto, como instituições religiosas, médicas e de educação. A partir das narrativas encontradas, surge a seguinte sistematização dos agentes sociais, respondendo ao primeiro objetivo específico:

Figura 4 – Agentes sociais que produziram narrativas sobre aborto no território



Fonte: Elaborado pela autora

No exercício do segundo objetivo específico, de mapear a composição do rizoma que se forma a partir das produções narrativas, foram encontrados três eixos narrativos principais nas falas, que seriam, viver o aborto como um pecado, como um crime e como uma necessidade. A base teórico-epistemológica que norteou o olhar da pesquisa foi a proposta por Deleuze, buscando as (des)conexões que existem entre as pessoas e o complexo de forças que circulam na realidade. Sendo a cartografia uma literatura ainda pouco explorada no campo dos estudos organizacionais e também da Administração, essa pesquisa, mesmo deu conta, mesmo que de forma transitória e parcial, da complexidade que marca a realidade e nossos objetos de pesquisa, de forma geral. É a complexidade que demanda novas formas de leitura da realidade e dos processos sociais e institucionais.

As linhas que operam no território cartografado são parciais, limitadas apenas de alguns dos planos possíveis que conformam a ilegalidade do aborto no Brasil. Existe uma divisão binária entre os sujeitos, entre mulheres e homens, religiosos ou ateus, negros e não negros, as que já abortaram e as que nunca abortaram. A religião é a principal linha dura que foi percebida no território que limita o fluxo da vida no território, influenciando também a visão construída pelas instituições jurídicas sobre o tema em suas narrativas, que representam, na concepção dessa pesquisa, formas de viver o aborto. Surgiram também manifestações relacionais que perpassam as construções sociais de gênero, tanto no fluxo de força que afeta os modos de ser de sujeitos identificados como homens ou como mulheres.

Para além das questões norteadoras, posso dizer que a pesquisa demonstrou como mulheres e homens são afetados pelas linhas duras que se formam ao redor do tema do aborto induzido. Nesse sentido, as linhas de forças que envolvem o tema vão afetar todos os corpos, aqueles que engravidam e os que não em planos diferentes, sendo relacionada também o contexto onde o sujeito se encontra de frente a uma gravidez indesejada e as redes de relações que é capaz de estabelecer a partir dessa posição. Sendo o olhar rizomático voltado para as possibilidades de conexão entre as linhas que tornam possíveis que a prática seja ilegal no Brasil percebi que apesar da força das linhas que a estratificam, como as forças religiosas, as construções sociais de raça e gênero e o a pretensão de neutralidade do discursos médico científico, coexistem no território linhas menos duras, como as que se relacionam para o contrabando do *misoprostol* e redes de apoio online a mulheres que desejam interromper uma gravidez.

Pensando nas linhas que estratificam e modelam e nas que permitem linhas de fuga, observamos, por exemplo, a religiosidade se apresenta em algumas situações como linha dura, valorizando a vida do feto sobre a da mulher grávida, e em outros momentos, ao ser moldada e significada, se torna uma linha de fuga, funcionando como uma forma de significar o que experimentou durante o processo. Da mesma forma, foram identificadas essas complexidades em relação a legislação, a questão da paternidade e também em relação aos modos de vive-lo. São formas múltiplas e distintas, que, mesmo que particulares, são um fragmento do contexto social que as atravessa, moldando-as e sendo moldado por elas. Apesar de reiterar que, o sofrimento causado pelas linhas duras, extremamente cristalizadas no caso do aborto, geram um sofrimento real que afeta a vida de milhares de mulheres em um contexto de ilegalidade, e que, devido a um contexto atravessado por diversas nuances de poder, muitas vezes o acesso à narrativas dessa ruptura são obstaculizados seja por regras específicas dos espaços (como nos *chans*), seja por envolvimento e atuação dos parceiros homens no processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar as discussões que envolvem o tema do aborto é tarefa que não cabe em uma dissertação, menos ainda em uma cartografia. As discussões efetuadas até aqui foram propostas com o intuito de contribuir para a compreensão das particularidades do tema do aborto no Brasil nesse momento histórico, sem certezas, exceto da complexidade do tema e dos diversos modos de vive-lo. O objetivo que nos propomos foi **rizomatar a prática discursiva da produção de verdades sobre o aborto nas narrativas veiculadas por diversos agentes sociais na internet**, por meio de uma perspectiva pós estruturalista. Sendo a expressão rizomatar uma metáfora da prática cartográfica a partir do conceito de Deleuze e Guattari, onde o aborto é entendido como um fenômeno complexo, um emaranhado de forças em constante interação, que no contexto da internet ganha contornos próprios.

Decidiu-se pela cartografia pela vontade de entender **como se insere o tema aborto nas narrativas de diversos agentes sociais na internet?** Inquietações que surgiram, principalmente em um contexto de retrocessos que tem marcado o cenário político nacional e de um aparente crescimento do discurso hegemônico que considera um tema de cunho religioso ou médico na gestão das políticas públicas sobre o tema por meio de propostas que tencionam proibir o aborto inclusive nos casos que são permitidos por lei. Inicialmente, foram traçadas dois objetivos específicos para guiar essa viagem cartográfica: 1) **Identificar os diversos agentes sociais que produzem verdades sobre o aborto na internet e suas narrativas** 2) **Mapear a composição do rizoma que se forma nesta produção narrativa.** Nesse sentido, os dados foram produzidos na internet, em páginas de representantes da sociedade civil e religiosa em fóruns de discussão e, posteriormente, foram analisados a partir das proposta de tratamento da análise narrativa, por meio da qual emergiram os eixos de análise que compõem a última parte

dessa pesquisa. Em cada um dos eixos foram rastreadas as temáticas, atores e construções territoriais que compõem o rizoma aborto nesse território pesquisado. Reitero, que o rizoma apresentado não é um sistema fechado, mas um sistema aberto em constante mudança.

A complexidade desse tema mostrou uma infinidade de novos percursos que podem ser estabelecidos para futuras pesquisas. No exercício de buscar uma agenda de pesquisa para o campo já que estamos falando de um tema não explorado na área. Principalmente analisar os aspectos mais entranhados sobre as dinâmicas de gênero que se explicitam nas narrativas femininas e masculinas que se envolveram no processo de busca por métodos abortivos nas redes. Outro caminho seria também explorar os impactos que o anonimato permitido pela internet têm sobre os discursos ali produzidos, uma vez que vimos como nos *chans* são particularmente misóginos. O aborto é um tema que é permeado de conflitos, explorar também como essas disputas de poder ocorrem em outros ambientes que não o online é uma possibilidade.

Entendo, nesse sentido, que as lacunas são uma contribuição dessa pesquisa na medida em que mostram caminhos possíveis para o que está por vir e possibilidades de construção de uma nova narrativa sobre o aborto. Observei que as relações rizomáticas mostram novas formas de fazer os agenciamentos que podem ser exploradas profundamente e a partir de perspectivas científicas que considerem os saberes que são considerados menores. O aspecto relacional das complexidades de gênero também pode ser mais especificamente explorado. Assim como o rompimento com o tratamento do tema como de flexibilidade feminina e, incluindo o ponto de vista de diferentes da masculinidade sobre o assunto. Assim como o mesmo exercício pode ser feito nas negociações que ocorrem tanto entre o discurso religioso, legal e médico.

Importante mencionar a limitação da análise de viver o aborto como pecado ao contexto católico, nas análises, apesar de buscar sempre evidenciar as tensões entre as forças existentes e os “pesos” desses diferentes discursos e práticas na construção de modos de vida. No movimento de concluir as discussões, como o contexto macro (Brasil) se relaciona com as micropolíticas dos territórios cartografados? A religião aparece em diversos momentos, bem como as disputas dentro das relações socialmente construídas de gênero, demonstrando como o processo colonizador ainda impacta as dinâmicas de gênero, mais especificamente, a discussão sobre o aborto nesse território. Com os discursos “semi-anônimos”, os usuários dos

fóruns e dos *chans* se expressam sem os filtros que se apresentam em outros territórios, explicitando as tensões que existem nesse contexto entorno das disputas de gênero.

Finalizo as discussões sobre o tema com a certeza de que o processo de transformação nas narrativas sobre o aborto, vem, pouco a pouco, rompendo com as linhas duras que envolvem o tema, e que essa mudança continuará acontecendo, mesmo que de formas que possam passar despercebidas para olhares desatentos. As mulheres encontram formas de continuar existindo, mesmo que a mobilização de elementos religiosos e políticos busquem controle de gênero sobre seus corpos e sobre suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. et al. Legislação Brasileira Relativa ao Aborto: o Conhecimento na Formação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**. , São Paulo, v. 36 n. 2, p. 243-248, 2012.

AMIS, J. M.; SILK, M. L. **The philosophy and politics of quality in qualitative organizational research**. Organizational Research Methods. 2007.

ANJOS, K. F. et al. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 504-515. 2013.

ANZALDÚA, G. E. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute Books, 1987.

BALES, K. **Disposable people: new slavery in the global economy**. Berkeley: University of California Press. 1999.

BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, v. 2, n. 1, p. 35-46, 17 dez. 2013.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Belo Horizonte. Ed. FGB/IFG. 2012.

BARRETO, R. O.; CARRIERI, A. P.; ROMAGNOLI R. C., O rizoma deleuze-guattariano nas pesquisas em Estudos Organizacionais. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro. 2020.

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.55, n.2, 2015.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, São Paulo, v. 31, n. spe, p. 97-126, Aug. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BERALDO, A.; BIRCHAL, T. de S.; MAYORGA, C. O aborto provocado: um estudo a partir das experiências das mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1141-1157, Dec. 2017 .

BERQUÓ, E. **Nupcialidade da população negra no Brasil**. Campinas: NEPO, UNICAMP, 1987.

- BERGMAN, M. K. White Paper: The Deep Web: Surfacing Hidden Value. **The Journal of Eletronic Publishing**. v.7, 2001.
- BIRREL, J. Common rights in the medieval forests: disputes and conflicts in the thirteenth century. **Past and Present**, 1987.
- BITTENCOURT, N. A. A biopolítica sobre a vida das mulheres e o controle jurídico brasileiro. **Gênero e Direito**, 2015.
- BOSWELL, J. **Christian tolerance and homosexuality**: gay people in western europe from the beginning of the cristian era to fourteenth century. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- BRANDÃO, E. R. et al. Homens jovens e aborto: a perspectiva masculina face à gravidez imprevista. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, 2020.
- CARNEIRO, R.G. **Cenas de parto e políticas do corpo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- CAMPOS, M. D. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2012.
- CARVALHO, M. P. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 46, p. 99-117, Apr. 2011 .
- CAVALCANTI, M. F. R. Estudos organizacionais e filosofia: A contribuição de Deleuze .**Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 2, p. 182-191, 2016.
- CRENSHAW, K. W. "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). **The public nature of private violence**. Nova York, Routledge, pp. 93-118. 1994
- COSTA, L. B.; AMORIM, A. S. L. Uma Introdução à Teoria das Linhas para a Cartografia. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v.14, n.3, p.912-933, set./dez. 2019
- CURIEL, O. La crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo, antirracista. **Revista Nomadas**, n. 26, p. 92-101, 2007.
- DE LAURETIS, T. **Technologies of Gender, Essays on Theory, Film and Fiction**. Bloomington/Indiana: Indiana University Press, 1987.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2 ed. São Paulo: Editora34, v.1, 1995.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2006
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**: Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34. 2010.
- DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Cia. das Letras, 1989
- DE PAULA, R.; GEDIEL, J. A. P. Questão agrária: entraves jurídico processuais recorrentes e desigualdade social. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro , v. 8, n. 4, p. 2819-2842, Dec. 2017
- DIAZ LEDESMA, L. Brujas y hechiceros: género, religiosidad y colonialidad en la cotidianidad santiagueña (Argentina). **Nómadas**, Bogotá , n. 45, p. 241-249, Dec. 2016 .

- DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional do aborto 2016. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660. 2017.
- DOCKES, P. **Medieval slavery and liberation**. Londres: Methuen, 1982.
- DOMINGOS, S. O aborto como causa de mortalidade materna: um pensar para o cuidado de enfermagem. **Esc Anna Nery Rev Enferm**; 14 (1): 177-81, 2010.
- ELSHTAIN, J. B. **Public man, private woman: women in social and political thought**. Princeton: Princeton University Press, 1981
- FARIA, N. Entre autonomia e a criminalização: a realidade do aborto no Brasil. In: VENTURINI, G.; GODINHO, T. **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados: uma década de mudanças na opinião pública**. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2013. 504 p.
- FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 17-18, p. 9-79, 2002 .
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Ed. Elefante. 2017.
- FILMER, R. Patriarcha: the naturall power of kinges defended against the unnatural liberty of the people. In: **Patriarcha and other writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1680.
- FLETCHER, A. **Gender, sex & subordination in England 1500-1800**. New Haven and London: Yale University Press, 1995.
- FOUCAULT, M. A Casa dos Loucos. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. (pp.113-128). Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro. Graal. 2001
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRANCO, M. UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: n1ed, 2018. 160 p.
- FRASER, N. **Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition**. Nova York: Routledge, 1997.
- FRIEDAN, B. **The feminine mystique**. Nova Yorque: Norton, 1963.
- FRIEDMAN, K. E.; N’SEGA, B. N. **Estudo sobre crianças em situação de risco nas províncias de Zaire, Uíge e Luanda**. Relatório Preliminar. Luanda, 2002.
- G1. Homem é condenado a 41 anos de prisão por crimes como racismo, terrorismo e divulgação de pedofilia na internet. 2008. Acessado em: 18 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/12/19/homem-e-condenado-a-41-anos-de-prisao-por-crimes-como-racismo-terrorismo-e-divulgacao-de-pedofilia-na-internet.ghtml>
- GOERTZ, G.; MAHONEY, J. **A tale of two cultures: qualitative and quantitative research in the social science**. Princeton University Press. 2012.

GONZALEZ MARTINEZ, M. N; FERNANDEZ MATOS, D. C.. La narrativa descolonizada como alternativa pedagógica práctica y espacio de emergencia identitaria desde un enfoque de género. **Rev. Lasallista Investig.**, Caldas, v. 15, n. 1, p. 152-158, June. 2018.

GUIMARAES, S.; ALMEIDA, D. V.; CARNEIRO, R. O aborto e uma história de vida: Cuidar de si, filhos e parceiros em circulação. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 28, p.136-158. 2018.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, p. 7-41, 1995.

HÉRITIER, F. Quel sens donner aux notions de couple et de mariage? A la lumière de l'anthropologie. **Informations sociales**, 2005.

HILTON, R. **Class conflict and the crises of feudalism: essays in medieval social history**. Londres: The Hambledon Press, 1985.

HOMANS, G. C. **English villagers of the thirteen century**. Nova York: Russell and Russell, 1960.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde. 2013. Ciclos de vida. Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE; 2015.

INFOPEN MULHERES, Ministério da Justiça, 2014

JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Record. 1997.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263-280, Aug. 2013

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Trad. Vera Whathely. Ed. Relume Dumara, Rio de Janeiro, 2001.

LEANDRO, M. E. “Teias da Saúde: desigualdades de saúde, saúde das desigualdades”. In: BESSERMAN, H. (org.). **Saúde e direitos humanos**. Ano 7, nº 7. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Grupo Direitos Humanos e Saúde. 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

LOPES, M. G. A pretensa objetividade e imparcialidade da narrativa jurídica simples. **ArReDia**, Dourados, v. 6, n. 10, p. 15 - 29, jun. 2017. ISSN 2316-6169.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014.

LUNA, N. O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um estado laico. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 71-97, 2013.

MACHADO, L Z. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

MACHADO, R. **Deleuze e a filosofia**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Graal, 1990.

MACGAFFEY, W. **Religion and society in central Africa::the BaKongo of lower Zaire**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

- MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2008.
- MARX, K. **O capital**: volume 1. 1872
- MATTAR, L.; DINIZ, C. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface** (Botucatu), vol.16, n.40, p.107-120, 2012.
- MAYORGA, C. A. *et al.* As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Revista de Estudos Feministas**, v.21, n.2, 2013.
- MENDELSON, S.; CRAWFORD, P. **Woman in early modern England**. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- MENEZES, G.; AQUINO, E. M. L. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. 193-204, 2009.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 32, n. 94, 2017.
- MIGUEL, L. F. Aborto e democracia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 657-672, set. 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro / From “Marxist indoctrination” to “gender ideology”: Escola Sem Partido (non-partisan school) and gag laws in Brazilian congress. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, p. 590-621, set. 2016. ISSN 2179-8966.
- MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 32, n. 93, e329303, 2017 .
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MILETT, K. **Sexual politics**. Ed. University of Illinois Press, 1969.
- MONEY, J, EHRHARDT, A. **Homem e mulher, menino e menina**. Baltimore, John Hopkins University Press. 1972.
- MONTERO, O. Jurgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade. **Novos Estudos CEBRAP**, 2009.
- MORAES, M. L. Q. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, v.11, 1998.
- MORAN FAUNDES, J. M. El desarrollo del activismo autodenominado ‘Pro-Vida’ en Argentina, 1980-2014. *Revista Mexicana de Sociología*, 77(3), 407-435, 2015.
- MORAN FAUNDES, J. M. Religión, secularidad y activismo héteropatriarcal: ¿qué sabemos del activismo opositor a los derechos sexuales y reproductivos en Latinoamérica?. *La ventana*, Guadalajara , v. 5, n. 47, p. 97-138, jun. 2018
- MORAN FAUNDES, J. M.; PEÑAS DEFAGO, M. A. Strategies of Self-Proclaimed Pro-Life Groups in Argentina. Effect of New Religious Actors on Sexual Policies. **Latin American Perspectives**, vol. 43, nº 3, 2016.
- NAVAZ, L. S.; CASTILLO, R. A. H. Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes. 2008.

NOONAN, J. T. **Contraception: a history of its treatment by the catholic theologians and canonist.** Cambridge: Cambridge University Press. 1965.

OYĚWÙMÍ, O. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms.** CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

PACHECO, A. C. L. **Mulher negra: afetividade e solidão.** Edufba, 2013.

PANEGHINI, L. R. Lutas feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): uma breve análise. **Serv. Soc.** , São Paulo, n. 132, p. 252-267. 2018.

PASSOS, E; KASTRUP, V; TEDESCO, S. Dossiê cartografia: pistas do método da cartografia - Vol. II. Fractal, **Rev Psicol.** 2013

PATEMAN, C. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULON, S. M. A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, 2005.

PERÁN, M. Maneras de Hacer Mapas. **Revista de La Escuela de Arquitectura de La Universidad de Costa Rica**, v. 2, n.4, 2013.

PERUZZO, C. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. In **Anais XXV Encontro Anual da Compós** (pp. 1-22). Goiânia: Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2016

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In. ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. **Diferenças, igualdades.** São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009.

PEREIRA, L. N. Crianças feiticeiras: reconfigurando família, igrejas e estado no pós-guerra angolano. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 2, p. 30-55, 2008.

PRIETSCH, S. O. M. *et al* . Gravidez não planejada no extremo Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 1906-1916, 2011.

PRIORE, M. del. **Entrelinhas**, TV Cultura, São Paulo, 30 maio 2011. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/enterlinhas-mary-del-priore-30-05-cmais>> Acesso em: 17 dez. 2018.

REY, F. L. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RIDDLEJOHN, M. **Eve's herbs: a history of contraception and abortion in the West.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ROHDEN, F. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 8, n. 17, p. 101-125, June 2002 .

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** 2a edição. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2016.

ROSALDO-NUNES, M. J.; CITELI, M. T. Os númros e para além deles: consenso ético e incertezas em torno do direito ao aborto. In: VENTURINI, G.; GODINHO, T. **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados: uma década de mudanças na opinião pública.** Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2013. 504 p.

ROSENDO, D., GONÇALVES, T. Direito à vida e à personalidade do feto, aborto e religião: mulheres entre a vida e a morte. *Etic@*, Florianópolis, Santa Catarina. v.14, n.2, p.300 - 319, 2015.

ROSSIAUD, J. **Medieval prostitution**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1969.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARACENO, C. **Sociologia da família**. Lisboa: Editorial Estampa. 1997.

SARBIN, T. The narrative as a root metaphor for psychology. In: SARBIN, T. (org.) **Narrative psychology: The stories nature of human conduct**. Ed. Praeger. New York. 1986

SAWICKI, J. **Disciplining Foucault**. Nova Iorque, Routledge, 1991.

SCOTT, J. W. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, nº.3, Campinas/SP 1994.

SEGATO, R. L. Gênero e a colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonil. **E-cadernos ces**, 2012.

SILVA, N. V. **Distância social casamento inter-racial no Brasil**. Estudos AfroAsiáticos, v. 14, p. 54-83, 1987.

SILVA, P. S.; FIGUEIREDO, N. M. A. Cartographic research: theoretical and methodological reflections for nursing. **Texto contexto - enferm**. Florianópolis, v. 27, n. 4, 2018.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 299-322, aug. 2013.

TEIXEIRA, J. C. As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas. 2015. Tese (Doutorado em Administração) Centro de Pesquisa em Administração – Universidade Federal de Minas Gerais.

TONETTO, M. C. The human right to liberty and Brazilian abortion practices. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 26, n.1, p. 58-66. 2018.

TREVOR-ROPER, H. R. **The european witch-craze of the sixteenth and seventeenth centuries and other essays**. Nova York: Harper and Row, 1956.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

VAGGIONE, Juan Marco; MUJICA, Jaris. A modo de introducción: algunos puntos de discusión en torno al activismo (religioso) conservador en América Latina. In: VAGGIONE, Juan Marco; MUJICA, Jaris (comp.). **Conservadurismos, Religión y Política: Perspectivas de Investigación en América Latina**. Buenos Aires: Ferreyra Editor, 2013.

VASQUEZ, C. L.; MONTANEZ, R. A. C.; MENDOZA, Z. C. U. Mujeres que deciden interrumpir su embarazo: ¿Cómo son percibidas por un grupo de profesionales en Colombia?. *Sex., Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 71-89, abr. 2018.

VIEIRA, E. Aborto legal: o conhecimento dos profissionais e as implicações das políticas públicas. **Rev Bras Ginecol Obstet**, 34(1):1-3, 2012.

VILLELA, W.; MONTEIRO, S. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 24(3):531-540, jul-set 2015.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Egales, 2006

WORLD ECONOMIC FORUM, **The Global Risks Report 2020**. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2020>

WYNARCZYK, H. Partidos políticos evangélicos conservadores bíblicos en la Argentina: formación y ocaso 1991-2001. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 2, p. 11-41, 2007.

ZANELLO, V; FIUZA, G; COSTA, H. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 27, n. 3, p. 238-246, Dec. 2015 .

ZOURABICHVILI, F. L'écriture littéraire de L'anti-Oedipe. In: **Journées sur l'AntiOedipe à l'Université de Poitiers**, 2005.